

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

RITA COELHO DE MELLO DE ALMEIDA

O LUGAR DO PASTOR JUBILADO NA IGREJA

São Paulo
2012

RITA COELHO DE MELLO DE ALMEIDA

O LUGAR DO PASTOR JUBILADO NA IGREJA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião

Orientador: Prof. Dr. Antonio Máspoli de Araujo Gomes

São Paulo
2012

RITA COELHO DE ALMEIDA

O LUGAR DO PASTOR JUBILADO NA IGREJA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião

Orientador: Prof. Dr. Antonio Máspoli de Araujo Gomes

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Máspoli de Araujo Gomes – Orientador
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Dr. João Baptista Borges Pereira
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Dr. Patrícia Pazinato
Faculdade Teológica Batista – FTB

A447L Almeida, Rita Coelho de Mello de
O lugar do pastor jubilado na igreja / Rita Coelho de
Mello de
Almeida – 2012.
117 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade
Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Máspoli de Araujo
Gomes

Bibliografia: f. 108-117

1. Pastor 2. Igreja Presbiteriana do Brasil 3. Aspectos sociais
4. Jubilação 5. Velhice I. Título

LC BX9042.B66
CDD 285.181

A memória de meu querido pai, Reverendo Elcys Alves de Mello, que nos deixou de forma repentina em Setembro de 1999, ofereço este trabalho em agradecimento pelos maravilhosos anos de convívio que tivemos, e em homenagem a você ter sido um pai atuante e participativo, um avo dedicado e carinhoso, meu amigo de todos os momentos, felizes e tristes, que passamos neste tempo em que Deus me deu o privilégio de estar ao seu lado. Obrigado pela sua preocupação diuturna comigo e com meus familiares, muitas vezes se posicionando não apenas como pai, mas como um verdadeiro Pastor.

Com amor e saudades...

Rita Coelho de Mello de Almeida.

AGRADECIMENTOS

Primeiro, a Deus, inicio e motivo de tudo, por todas as coisas que possuo na vida, pela família maravilhosa que tenho e pelas inúmeras oportunidades e portas que ele me abriu em toda minha existência.

Às pessoas mais preciosas da minha vida, Washington, Washington Junior, Elcias Neto e Carolina, que são a razão da minha existência e o motivo da minha caminhada e dos meus sucessos, pois delas subtraí vários momentos de convívio dedicando-me as pesquisas e a conclusão da presente dissertação.

Ao Professor Dr. Antonio Máspoli de Araujo Gomes, meu orientador que confiou de pronto neste tema e franqueou-me a oportunidade de ingressar no mundo da pesquisa e produção acadêmica.

Ao Professor Dr. Joao Batista Borges Pereira e a Professora Dra. Patricia Pazinato, pela orientação e gentileza em me ajudar a organizar os pontos principais do trabalho por ocasião da qualificação.

A todos meus professores e amigos e amigas, minhas homenagens e o meu muito obrigado pela convivência.

Vale a Pena Ser Pastor?

Atualmente a figura do pastor está em baixa. Ela vem sofrendo uma série de desgastes. Várias são as razões que têm contribuído para que isso aconteça.

Podemos começar pela sociedade moderna que, com sua índole secularizada e materialista, não valoriza o pastor. Houve época – no tempo do assim chamado “corpus christianum”- em que o cristianismo era a grande força civilizadora. E, como consequência, a igreja e o clero estavam no centro dos acontecimentos. Hoje, essa presença e influência são cada vez mais periféricas.

Outro fator que tem contribuído para este desgaste, e quase descrédito do pastor, são os “pastores” fabricados da noite para o dia. São pessoas que se auto-denominam pastores, se auto-ordenam pastores e se auto-provem “bispos”. Não têm preparo e nem formação. E muitos aliam a esta falta de preparo e formação a falta de escrúpulos também. E aí estão os escândalos de toda ordem na manchete dos noticiários comprometendo ainda mais a já desgastada imagem do pastor.

Mas não são só estes fatores externos que têm contribuído para tal desgaste. Há fatores internos também. Queiramos ou não, a própria Igreja tem dado sua contribuição minimizando a figura e o papel do pastor, especialmente quando, na prática, não toma em consideração a dignidade profissional do ministério pastoral.

E, por fim, há os próprios pastores que se não chegam a desonrar o “múnus pastoral” de que estão investidos, o desqualificam pela maneira relapsa com que o encaram.

É por essas e por outras razões que podemos afirmar, sem medo de errar, que, nas atuais condições, o ministério é para pessoas valentes e corajosas. Os fracos não servem e não sobrevivem no ministério.

E é por essas e por outras razões também que os que são verdadeiramente pastores sentem um santo orgulho por sua vocação e profissão. Mais que decisão humana, o pastorado é um chamamento divino. E os que sentem este chamado irresistível jamais perguntam se vale a pena ser pastor. “Apenas questionam diante daquele que os vocaciona”: “serei digno, Senhor?”.

RESUMO

As Ciências da Religião são um tipo de ciência que precisa da pesquisa constante pois, muitos são os temas que orbitam nos seus domínios, desde aspectos bíblicos, passando por sua relação com a sociedade até o dia-a-dia da vida dos religiosos, esta vasta gama aliada dinâmica do mundo atual precisa ser continuamente estudada. Entre os temas possíveis encontrou-se a vida do pastor que após anos de estudos, prestação de serviços a comunidade e a sociedade e de remuneração financeira para sua atividade vê-se com 70 anos exonerado. Com a exoneração compulsória como fica a vida do pastor presbiteriano? A presente dissertação tem como objetivos a análise do lugar ocupado pelo pastor presbiteriano na igreja após a sua jubilação, analisando ainda os conflitos advindos nos aspectos sociais e patrimoniais após a jubilação. Para tanto, usará a metodologia dedutiva partindo da pesquisa bibliográfica do assunto nas mais diversas fontes científicas, como por exemplo o senso da Igreja Presbiteriana do Brasil/2010 e os índices de desenvolvimento Humano(IDH), bem como nos ordenamentos da Igreja Presbiteriana do Brasil. Pretende-se com o presente trabalho apresentar todas as questões relacionadas com o tema e apresentar uma solução digna para a vida do pastor após a jubilação e da mesma forma atual tendo em vista os atuais aumento na expectativa de vida e da qualidade de vida dos seres humanos, respeitando assim os direitos de personalidade do idoso.

Esta dissertação analisa a situação fática da jubilação do pastor presbiteriano ao completar 70 anos. Este fato é uma realidade em toda Igreja Presbiteriana do Brasil, porém as conseqüências na vida social e patrimonial deste fato é pouco discutida.

A vida do pastor presbiteriano é regrada por seus estudos e a aplicação dos mesmos nos ensinamentos para a comunidade das diversas maneiras possíveis.

Após anos e anos de cumplicidade o pastor sabe que aos 70 anos será jubilado, porém atualmente ter 70 anos é bem diferente do que ter 70 anos há 10, 20 ou mais anos atrás. O índice de expectativa de vida aumenta a cada ano no Brasil e na maioria dos países do mundo, além disso, a qualidade de vida é cada vez melhor devido ao maior conhecimento da sociedade e a prática de atitudes saudáveis e estudos médicos.

Todos esses fatores levam ao questionamento da necessidade de jubilação aos 70 anos, uma vez que muitas vezes o pastor nessa idade nos dias de hoje pode estar no auge de seus conhecimentos e ensinamentos para a comunidade.

Todavia, esta é a realidade, a jubilação hoje altera significativamente os aspectos da vida social e patrimonial do pastor.

O pastor enquanto na ativa leva uma vida social de acordo com suas tarefas e obrigações, mas se ver de uma hora para outra obrigado a refazer suas atividades, sua rotina, suas tarefas e obrigações podem ter diversos resultados que serão analisados por essa pesquisa.

Além disso, da mesma forma, o pastor quando da jubilação terá sua vida patrimonial afetada a princípio, a não ser que o mesmo em conjunto com a Igreja desenvolvam um plano de aposentadoria.

Estes aspectos de extrema importância para a condução digna e correta da Igreja Presbiteriana do Brasil, além de outros correlacionados é que serão abordados neste trabalho com o intuito de solucionar esta grande questão atual que envolve o pastor presbiteriano.

Palavas-chave: pastor presbiteriano. Jubilação. Efeitos sociais. Efeitos Patrimoniais, Violência eclesiástica. Velhice do pastor.

ABSTRACT

The Science of Religion is a kind of science that needs constant research because there are many issues that revolve in their fields, from biblical aspects, through its relationship with the company until the day-to-day life of the religious, this wide dynamic range combined with the world today needs to be continuously studied. Among the possible subjects met the life of the pastor who after years of studies, provision of services to the community and society and financial remuneration for their activity is seen in 70 years exonerated. With the dismissal is mandatory as the life of the Presbyterian minister? This dissertation aims to analyze the place occupied by the Presbyterian minister in the church after his retirement, still analyzing the conflicts arising in the social and property after retirement. To do so, use the deductive approach starting from the literature of the subject in various scientific sources, as well as the orders of the Presbyterian Church of Brazil. The intention with this paper to present all the issues related to the topic and present a dignified solution to life after the retirement of the pastor and the same current form given the current increase in life expectancy and quality of life of human beings humans, thus respecting the personal rights of the elderly.

This dissertation examines the factual situation of the Presbyterian minister's retirement age of 70. This fact is true throughout the Presbyterian Church of Brazil, but the consequences in social life and heritage of this fact is rarely discussed.

The life of a Presbyterian pastor is ruled by his studies and applying them to the community in the teachings of the various possible ways.

After years of complicity pastor knows that the age of 70 will be retired, but currently have 70 years is quite different than having 70 years 10, 20 or more years ago. The index of life expectancy increases every year in Brazil and in most countries of the world, moreover, the quality of life is getting better due to greater knowledge of society and the practice of healthy attitudes and medical studies.

All these factors lead to questioning the need for retirement at 70, since many times the pastor at that age these days can be at the peak of his knowledge and teachings to the community.

However, this is the reality, the jubilation today significantly alter the social aspects of life and property of the pastor.

The pastor takes a while in active social life according to their duties and obligations, but if you see a sudden you have to redo their activities, their routine tasks and duties may have several results that will be analyzed in this research.

Moreover, as the pastor of retirement when his life has affected the equity principle, unless the same together with the Church to develop a retirement plan.

These aspects of extreme importance for the correct and dignified conduct of the Presbyterian Church of Brazil, and other related is to be addressed in this work with the intuit to solve this major issue surrounding the current Presbyterian minister.

Keyword: Presbyterian minister. Jubilation. Social effects. Equity Effects.

Lista de Tabelas

Tabela 1 Relação de todas as igrejas, congregações e pastores	22
Tabela 2 Etapas e trajetórias do candidato ao pastorado na IPB (síntese).....	31

LISTA DE ABREVIATURAS

Igrejas

- IPB Igreja Presbiteriana do Brasil
IPI Igreja Presbiteriana Independente do Brasil
IPU Igreja Presbiteriana Unida do Brasil
FENIP Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas

Seminários

- SPS Seminário Presbiteriano do Sul, em Campinas, SP
SPN Seminário Presbiteriano do Norte, em Recife, PE
SPC Seminário Presbiteriano do centenário, em Vitória, ES

Estrutura e Organização

- CI Constituição da Igreja
CD Código de Disciplina
PL Princípios de Liturgia
BP Jornal Brasil Presbiteriano
PR/SC Presidência do Supremo Concílio
SE/SC Secretaria Executiva do Supremo Concílio
TE/IPB Tesoureiro da Igreja Presbiteriana do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 O PASTORADO PRESBITERIANO NA SOCIEDADE BRASILEIRA ATUAL	19
1.1 A IGREJA PRESBITERIANA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO	19
1.1.1 Origens históricas	19
1.1.2 Estrutura Governamental da Igreja	20
1.1.3 Oficiais da Igreja e suas Atribuições	22
1.1.4 A vida religiosa do pastor presbiteriano, comprometimento e atribuições.	29
1.2 . O LUGAR DO PASTOR JUBILADO E SUA MORTE SOCIAL	33
1.2.1 Problemas Sociais do idoso e do pastor jubilado	39
1.2.2 Aposentadoria e jubilação: morte antecipada do profissional	43
1.2.2 Jubilação do Pastor Presbiteriano	45
1.2.3 A trajetória social do pastor e o capitalismo constitucional	46
2. CONSTRUÇÃO SOCIAL DA VELHICE: MEMÓRIA E A SOCIEDADE	49
2.1 A respeito da velhice e as lições da vida social	49
2.1.1 Pastor Jubilado e as Conseqüências de sua Inatividade Perdendo Autonomia .53	
2.1.2 Conflitos econômicos da jubilação: uma dura e cruel realidade	56
2.1.3 Trabalho pastoral e a inexistência de relação de emprego: um chamado	58
2.1.4 O Amor na Preparação de uma Velhice Digna do Pastor	63
2.2 OS CONFLITOS ENTRE O TRABALHO RELIGIOSO E CONVIVÊNCIA FAMILIAR NA VELHICE	66
2.2.1 Mitos e preconceitos	66
2.2.2 Expectativa de Vida Após a Jubilação	70
2.2.3 O trabalho sem salário como produto econômico	75
2.2.4 A manutenção dos valores na visão dos familiares do pastor jubilado	80
2.3 A MANIPULAÇÃO DO PASTOR JUBILADO NA IGREJA	86
2.3.1 Efeitos psicossociais	86
2.3.2 Os trabalhos alternativos como forma de integração social	94
2.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
2.4.1 Jubilamento: significados e concepções da velhice (estudo de casos)	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108

INTRODUÇÃO

A Igreja Presbiteriana do Brasil faz parte da comunidade cristã que, desde os dias apostólicos, tem reconhecido Jesus como seu Salvador e Senhor. Ao longo dos séculos, houve desvios da fé, mas, em alguns pontos da história, movimentos de reforma e de avivamento foram usados por Deus para restaurar o seu povo e fazer com que a mensagem do evangelho chegasse até nós.

A Igreja Presbiteriana do Brasil é herdeira da reforma religiosa do século XVI, que foi uma volta às escrituras Sagradas, esquecidas e desrespeitadas por muitos. Sustentamos as doutrinas características de todos os cristãos, incluindo a Trindade; a verdadeira Deidade e verdadeira Humanidade de Jesus Cristo; a necessidade do sacrifício de Jesus para expiação dos pecados; a Igreja como uma instituição divinamente estabelecida; a inspiração da Bíblia; a exigência para que os cristãos tenham uma vida ética e justa; e a ressurreição do corpo.

A doutrina bíblica que mais nos caracteriza é a da Soberania de Deus. Segundo ele mesmo revela nas Escrituras, Deus domina sobre todas as coisas. Ele é a realidade última e absoluta. Ele é a verdade e a sua vontade é lei para todos em todas as áreas da vida. Devemos agradá-lo com o culto que lhe prestamos reunidos, mas também devemos adorá-lo com o nosso trabalho e as atividades de todo o dia. As doutrinas bíblicas como as entendemos estão expostas nos Símbolos de Fé, a Confissão de Fé de Westminster, o Catecismo Maior e o Breve Catecismo da Igreja Presbiteriana do Brasil.

A partir das pesquisas realizadas neste trabalho, verifiquei que, influenciada pela sociedade capitalista, moderna e secularizada, os pastores da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) vem se tornando vítima de sua própria trajetória, absorvendo a mentalidade dominante do competitivo mercado de trabalho, e adotando medidas que resultam na profissionalização e secularização da vocação pastoral. O pastor presbiteriano ao ser ordenado ao sagrado ministério recebe todos os deveres e também os direitos preconizados na Constituição da IPB e o carinho da igreja onde é designado a exercer seu pastorado. Observei durante a realização das pesquisas e elaboração da presente dissertação que muitos de nossos ministros se quer recolhem a contribuição previdenciária e com isso não gozam do privilégio dos benefícios da aposentadoria junto ao órgão governamental.

Como filha e esposa de pastor presbiteriano, observo que, se de um lado há crescimento quanto ao número de congregações e de ministros, por outro, existe um descontentamento crescente com a situação dos agentes sociais que interagem diferentes segmentos da instituição. Ao se analisar esse fenômeno a partir da ótica dos ministros, podemos observar que sempre começam motivados por uma vocação religiosa que, paulatinamente, vai perdendo o seu encantamento, dando lugar a uma crise que culmina muitas vezes com sua jubilação àqueles que permanecem até atingirem os requisitos.

A freqüente conotação de perda associada ao envelhecimento chamou atenção para o propósito de investigar as conseqüências sociais e psíquicas em torno de envelhecer, analisando “pastor indivíduo” dentro de sua trajetória, o papel social que desaparece com sua jubilação, muitas vezes não sendo aceitas pelos indivíduos, impondo-se como um desafio inicial a definição, posto que são várias as formas de conceituar a jubilação. Frequentemente, recorre-se à estrutura biológica ou cronológica, associada às características culturais e a ordem jurídica.

É certo que com o passar dos anos o processo de envelhecimento traz uma série de mudanças físicas e biológicas atreladas a maiores desgastes. Esse processo pode acarretar limitações para algumas pessoas, sem necessariamente caracterizar a estagnação das mesmas. Deve-se, para tanto, buscar atuar no ambiente para que os pastores jubilados desenvolvam possibilidade que garantam o sentido de continuidade implícito no exercício de viver, impedidos por força legal de considerar seu ministério pleno, praticar atividades compatíveis ao seu chamado o que professou sua vida toda.

Muito mais reconhecidos pelas limitações do que pelas possibilidades de novos arranjos, os jubilados são, freqüentemente, vistos pelas igrejas como improdutivos e alavancadores de custos, como apontam pesquisas e relatórios do IDH/2010:

1. A demanda por serviços e o gasto com saúde, em decorrência do envelhecimento da população, devem crescer em termos absurdos aproximadamente 80% a 110% entre 1998 e 2050 ... (Kilsztajn, 2001, p.11-12)
2. Demógrafos da ONU utilizam uma estatística chamada “coeficiente de apoio potencial”, que busca retratar o número de pessoas que estão com idade de trabalhar (entre 15 e 64 anos) e a relação com o número daquelas com mais de 65 anos. Na matéria divulgada a respeito do assunto no jornal O Estado de São Paulo de 03 março de 2010, chama a atenção o uso da expressão que caracteriza o primeiro grupo de

peças como sendo *aquelas aptas a trabalhar e sustentar aposentados*, supostamente entendidos como o segundo grupo de pessoas.

Ainda que muitos pastores jubilados não sejam considerados ativos pelo modelo previdenciário ou não sejam geradores de renda de acordo com o sistema econômico fortemente baseado no capital, entende-se que aportam com grande contribuição social e eclesial na igreja, mediante realização de trabalhos de evangelização e apoio as famílias, demais atividades, dando suporte espiritual e contribuições oportunas no desenvolver da propagação do evangelho.

O Universo do trabalho pastoral busca um ambiente sócio-político-religioso e necessita analisar as transformações, rupturas e continuidades no contexto histórico, a partir desses estudos procurei compreender e aprender as conseqüências na vida do Ministro Jubilado, ocorrendo quase sempre uma deterioração de sua imagem, inclusive na vida familiar, entender quais os fatores que influenciaram no processo e como este poderia acarretar num verdadeiro lugar na igreja após sua jubilação, com isso minimizando as conseqüências psíquicas e sócias que atingem diretamente sua vida.

A Atividade pastoral, implica em fazer coisas para garantir o caráter efêmero do tempo humano, produzindo um mundo de coisas relacionadas a salvação em Cristo Jesus, atendendo à condição humana. O exercício do ministério assegura a sobrevivência do indivíduo e da espécie remetendo à relação biológica entre atividade e corpo humano, à condição humana de ida por meio da qual são produzidas as necessidades vitais que garantem o funcionamento do metabolismo. É pela necessidade que o homem tem de vincular todos os aspectos da vida humana a valores e validações que se busca apontar tais ganhos.

A bibliografia foi a primeira grande dificuldade encontrada, a inexistência de obras específicas a respeito da jubilação do pastor presbiteriano dentro das perspectivas das ciências sociais, busquei realizar diferentes estudos que permitissem definir e situar o que realmente ocorre na vida do pastor jubilado e o verdadeiro lugar na sociedade após sua jubilação. Verifiquei a necessidade de conhecer o ambiente familiar, como vivia no ambiente de sua formação. Para a construção social da instituição “pastor”, foi necessária realizar uma pesquisa nos Seminários Presbiteriano do Sul, em Campinas, fundado em 1888, pelo missionário norte americano Dr John Rockwell Smith(1846-1918) e seminário José Manoel da Conceição (JMC), em São Paulo, José Manuel da Conceição (1822 — 1873) foi um ex-sacerdote católico-romano que ingressou na

Igreja Presbiteriana do Brasil e tornou-se o primeiro pastor evangélico brasileiro; a data da sua ordenação, 17 de dezembro de 1865, é o dia do pastor presbiteriano; suas viagens evangelísticas foram a sementeira de muitas igrejas.

Para entender as implicações e repercussões do verdadeiro lugar do pastor na igreja após a jubilação, realizei pesquisas em publicações nos Jornais “Brasil Presbiteriano”- órgão oficial da IPB no período de 1975 a 2011, períodos diferenciados pela forma de governo Militar e Civil que muito influenciou nos posicionamentos de nossos ministros em relação à política aplicada na época do regime militar e a abertura ocorrida em 1979, busquei ainda acompanhar as resoluções do Supremo Concílio da IPB observando que jamais deixou de constar nas pautas das reuniões, mas sempre tratada a jubilação de forma obscura, não precisa, deixando lacunas na sua aplicação e parecendo não ser tema prioritário. O levantamento documental realizado, o estudo e análise do material coletado e as entrevistas realizadas demonstram o quanto é importante o tema em estudo, sendo que o objetivo deste trabalho é verificar as possibilidades de vida social ao pastor presbiteriano após sua jubilação, avaliando as possibilidades da vida patrimonial após o exercício de seu Ministério, avaliando os diversos cenários relacionado a qualidade e expectativa de vida, aposentadoria e outros indicadores relacionados ao lugar do pastor jubilado.

É nesse modelo, inserida em uma proposta de realidade que preza a inter-relação e interdependência essencial dos fenômenos físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais, que considera que “nenhuma teoria modelo será mais fundamental do que o outro e todos eles terão que ser compatíveis” (Capra, 1982, p 260) – que se faz a análise do valor social dos trabalhos realizados.

O estudo é constituído de dois capítulos centrais, além de uma parte dedicada às considerações finais e outra a apêndices e anexos.

No primeiro capítulo encontra-se fundamentação teórica de conceitos relacionados a vida do pastor presbiteriano na sociedade brasileira atual, estrutura e organização da IPB, bem como seu lugar após a jubilação.

O segundo capítulo trata da metodologia adotada, explicando os passos percorridos em direção ao desenvolvimento da pesquisa exploratória e à construção de resultados alcançados, tratando as consequências da jubilação e a perda da autonomia, surgindo daí conflitos econômicos e uma nova realidade social.

Nas considerações finais, busca-se chamar a atenção para o contexto maior em que está inserido o pastor presbiteriano jubilado, no qual sua grande contribuição recai sobre a qualidade de ser único em meio ambiente que só se realiza por meio da pluralidade de todos os membros da igreja. Convida-se a uma reflexão sobre o reconhecimento de capacidades produtivas relacionadas não apenas a produto eclesialístico, envolvendo diferentes formas de contribuição para a consolidação da riqueza de uma família, de uma igreja, de um país.

1 O PASTORADO PRESBITERIANO NA SOCIEDADE BRASILEIRA ATUAL

1.1 A IGREJA PRESBITERIANA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

1.1.1 Origens históricas

A igreja presbiteriana do Brasil considera-se herdeira da Reforma Religiosa do Sec. XVI, movimento do qual originaram-se as Igrejas denominadas “protestantes” ou “protestantes históricos”, ou sejam: Luterana (Martinho Lutero, 1486-1546) , Reformada (João Calvino, 1509-1564) , Anglicana (Igreja da Inglaterra, 1534), e suas demais ramificações (Batista, 1611), (Metodista, 1740, dentre outras).¹ Seguidores da teologia de João Calvino, líder da reforma em Genebra, os reformados expandiram-se para outros países chegando a Escócia, onde o reformador John Knox (1505-1572) passou a utilizar o nome “Igreja Presbiteriana”, após verificar que a estrutura governamental da igreja previa o exercício da liderança através de um conselho de anciãos ou presbíteros que formavam um consistório (expressão posteriormente substituída por Conselho). A expansão do presbiterianismo ocorreu sob o fogo cruzado do rigor disciplinar do puritanismo inglês e de pressões sociais de conquista da America do Norte, em pleno Sec.XVII.

Após as fracassadas tentativas de inserção no Brasil – junto a invasão francesa, no Rio de Janeiro; e invasão Holandesa, no Nordeste, os reformados adentraram ao território nacional através do Rev Ashbel Green Simonton, que aportou na Baía de Guanabara, aos 12 de Agosto de 1859 – data atualmente reconhecida com de aniversario do Presbiterianismo nacional – enviado pela Junta de Missões Estrangeiras (conhecida no Brasil como Board de Nova Iorque), da Presbyterian Church in the United States of America. Preocupados não apenas com a fundação da Igreja Presbiteriana, os americanos enviaram também ao Brasil George Chamberlain, um dos companheiros de Simonton, que mostrou-se igualmente interessado na obra educacional. Fundou em São Paulo, não somente um igreja, mas também uma escola, a saber “Escola Americana” – gérmen da Universidade Mackenzie.

¹ Vd. WALKER, W. Historia da igreja cristã, vol2. São Paulo, Aste, 1974

Em sua trajetória mais que centenária, a despeito dos vários cismas, a Igreja Presbiteriana do Brasil conta atualmente com meio milhão de membros, distribuídos em mais de duas mil comunidades em todos os estados da federação, além de atividades missionárias em outros países. Diz a constituição, em seu Art.1º.

“Art.1 - A Igreja Presbiteriana do Brasil é uma federação de Igrejas locais, que adota como única regra de fé e prática as Escrituras Sagradas do Velho e Novo Testamento e como sistema expositivo de doutrina e prática a sua Confissão de Fé e os Catecismos Maior e Breve; rege-se pela presente Constituição; é pessoa jurídica, de acordo com as leis do Brasil, sempre representada civilmente pela sua Comissão Executiva e exerce o seu governo por meio de Concílios e indivíduos, regularmente instalados”²

1.1.2 Estrutura Governamental da Igreja

Promulgada em 1950, no templo da Igreja Presbiteriana de Alto Jequitibá, MG, a Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil continua inalterada até o momento presente. Por várias vezes tem havido propostas de reformas e emendas da CI/IPB. No entanto, a última consulta apresentada a reunião do Supremo Concílio da IPB, julho de 1994, em São Paulo, não alcançou o número exigido de votos favoráveis, o que demonstra ainda haver bastante resistência a mudanças no seio da igreja. Ao analisar a estrutura da igreja iremos demonstrar o sistema de governo da IPB.

O sistema de governo da Igreja Presbiteriana do Brasil é *conciliar* ou *representativo*. Os concílios são assembleias constituídos de pastores e presbíteros. Os concílios que, guardam entre si graduação de governo e disciplina, exercem jurisdição sobre os seus trabalhos, mas os inferiores estão sujeitos a autoridade, inspeção e disciplina dos superiores. Em ordem ascendente, os Concílios da IPB são:

O Conselho, que exerce jurisdição sobre a Igreja local

O Presbitério, que exerce jurisdição sobre os ministros e conselhos de determinada região

² Manual Presbiteriano. São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 8ª edição, p.8

O Sínodo, que exerce jurisdição sobre três ou mais Presbitérios

O Supremo Concílio, que exerce jurisdição sobre todos os Concílios

IPB – Organograma simplificado



As comunidades locais são organizadas pelos presbitérios tão logo garantam estabilidade quanto a parte financeira e pessoas aptas para os cargos eletivos. Após a organização, estas passam a ser governadas através de um Conselho de dos membros da Igreja. “O conselho da Igreja é o Concílio que exerce jurisdição sobre presbíteros, eleito pelo voto direto uma reja e é composto dos pastores e dos presbíteros.”

O Presbitério é um concílio regional composto dos pastores membros e dos representantes das Igrejas jurisdicionadas. Cada Conselho de Igreja elege anualmente um representante junto ao Presbitério. Conseqüentemente, os presbitérios são supervisionados por um Concílio superior denominado Sínodo, que reúne os Presbitérios sob a sua jurisdição que, elege os seus

representantes a cada biênio. Finalmente, os Sínodos e Presbitérios encontram-se sujeitos ao Supremo Concílio - o concílio maior da igreja que se reúne a cada quatro anos.

Considerando que o governa da Igreja Presbiteriana é representativo (sistema parlamentarista), é de fundamental importância a escolha dos representantes que são ordenados e investidos em seus cargos para administrar a Igreja. Alias, os “presbíteros” são a coluna mestra de toda a estrutura funcional da Igreja que assume o seu nome em função deste modelo de liderança (presbítero – presbiteriana).

1.1.3 Oficiais da Igreja e suas Atribuições

De acordo com dados estatísticos levantados na entidade Luz para o Caminho, com sede na cidade de Campinas, responsável pela elaboração, impressão e distribuição de um anuário com a relação de todas as autarquias, sínodos, presbitérios, igrejas, pastores, missionários e evangelistas da IPB, temos os seguintes números em junho de 2003:

Tabela 1 Relação de todas as igrejas, congregações e pastores

IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL

Local	Igrejas	Congregações	Pastores
Brasil	1272	1080	1273
Estado de São Paulo	276	-	456
Cidade de São Paulo	86	-	215

Fonte: Primeiro Censo da IPB 14 de Novembro de 2008

Uma análise superficial dos dados obtidos mostra que em termos nacionais há ainda um maior número de igrejas do que de pastores, diferença que pode aumentar se as congregações forem organizadas em igrejas. Não entramos aqui no mérito de discutir se essas possíveis novas igrejas terão ou não condições financeiras de sustentar seus futuros pastores. Temos que levar em conta, todavia, que o número de pastores tende a crescer relativamente ao número de igrejas, em todo o Brasil, porque a IPB dispõe hoje de oito seminários oficiais, que estão formando, a cada ano, aproximadamente 300 novos bacharéis em teologia (Brasil Presbiteriano, dez/2004:11).

Sobre o grande número de pastores que já estão sem campo, atentemos para um trecho do editorial do jornal oficial da IPB, O Brasil Presbiteriano, de agosto de 2004, em vista do 145º aniversário da IPB:

“Os campos sempre estão brancos para a ceifa” e não dá para entender por que temos um tão grande número de pastores ociosos. Desejo de permanecer nos grandes centros urbanos? Crise de vocação? A igreja que o Presbitério designou não serve? A Igreja Presbiteriana do Brasil deve se empenhar em descobrir a razão de tão elevado número de obreiros sem campo. Nesse passo, em poucos anos, terá um número bem maior de pastores à procura de igrejas, pois os seminários estão, anualmente, entregando aos Presbitérios boa safra de formandos. Que vão eles fazer se lhes falta igreja?

Esse mesmo jornal (Brasil Presbiteriano, dez/2004:10) voltou ao tema com a seguinte crítica: “Para os „trabalhadores de obras feitas“, pastores que querem o salário garantido, o emprego pastoral assegurado, não há campo, os quadros estão completos”. Ainda na mais recente edição do jornal (Brasil Presbiteriano, jan.2005:3), esse tema mereceu destaque em um artigo intitulado “Dança das cadeiras”, no qual lemos o seguinte: “Um novo problema atinge todas as regiões do Brasil. Alguns pastores, depois de terem passado por várias igrejas, ficam sem lugar. Como naquela brincadeira de rodar em volta das cadeiras, todos se assentam e sempre sobra um”. Por sua vez, o jornal Mediador (nov/dez 2004:2), do Presbitério de Pinheiros, trouxe o editorial: “Pastores „desempregados“”, do qual destacamos as seguintes afirmações: “Há muitos pastores desempregados. Não há estatísticas exatas, porém fala-se em mais de 800 pastores sem campo na Igreja Presbiteriana do Brasil (...) algumas famílias de pastores iniciarão 2005 sob o fantasma do desemprego” (o itálico é nosso). Deve-se levar em conta também, que essa situação tende a se agravar pelo fato de ter a IPB aprovado, na última reunião da Comissão Executiva, em março de 2004, uma emenda à sua Constituição que passará a vigorar a partir da reunião do Supremo Concílio em 2006, segundo a qual, a jubilação dos pastores aos 70 anos de idade não será mais compulsória.

Na lei atual da IPB, consta que um pastor presbiteriano pode ser jubulado ao atingir trinta e cinco anos de atividades efetivas ou por motivo de saúde ou invalidez. Aos 70 anos de idade, no

entanto, a jubilação é compulsória. Ainda segundo a lei atual, o pastor jubilado não pode continuar exercendo o cargo de pastor efetivo de sua igreja, mesmo que não haja um pastor para substituí-lo, podendo ele apenas colaborar esporadicamente. A emenda recentemente aprovada é fruto de muitas reivindicações feitas por pastores, pois diversos deles chegam aos 70 anos em pleno vigor e ricos em experiências e sabedoria (Brasil Presbiteriano, agosto/2004:14). Pela nova emenda, não haverá mais limite de idade para o pastorado e a jubilação não impedirá ou vetará os privilégios do pastor presbiteriano, inclusive o de poder ser designado pastor efetivo, se para tanto apresentar vigor e se houver convites das igrejas (Suplemento do Brasil Presbiteriano, abril/2004:17).

Isso significa que muitos pastores que gozam de uma boa saúde aos 70 anos vão querer continuar trabalhando e disputando com os mais jovens o pastorado das igrejas locais. Há ainda mais um ingrediente nessa questão – o salário. Os pastores dificilmente conseguem viver com a aposentadoria paga pelo INSS. Sendo pastor efetivo de alguma igreja, o pastor terá mais uma fonte de renda. Em acréscimo, há certos benefícios oferecidos ao pastor, além da cônica pastoral, como casa pastoral ou o aluguel de um imóvel, bem como o pagamento de despesas como telefone, água, luz, combustível, etc.. Segundo o jornal Brasil Presbiteriano (dez/2004:10), “A possibilidade do fim da jubilação compulsória, o contingente de novos pastores lançados todos os anos pelos seminários e a quantidade de pastores sem campo e sem sustento têm assustado algumas pessoas em relação ao futuro dos ministros da IPB”.

No que diz respeito à situação do Estado de São Paulo e da capital paulista, podemos observar que o número de pastores, em ambas as esferas, é superior ao de igrejas. Em todo o Estado de São Paulo temos 905 pastores para 762 Igrejas, ou seja, um déficit de 143 igrejas (15,80%). Na cidade de São Paulo, a diferença, em termos proporcionais, é ainda mais acentuada: Para 151 igrejas, temos 215 pastores, um déficit de 64 igrejas (29,76%). Esses dados mostram que em todo o Estado de São Paulo, especialmente na capital, há uma concentração de pastores, aumentando ainda mais a concorrência entre eles.

Como cada igreja local é administrada por um Conselho de Presbíteros, estes ocupam um posto privilegiado nas comunidades locais, sendo denominados presbíteros regentes, ou sejam, aqueles que são eleitos para dirigir a vida administrativa da Igreja.

O Presbítero regente é o representante imediato do povo, por este eleito e ordenado pelo Conselho, para, juntamente com o pastor, exercer o governo e a disciplina e zelar pelos interesses da Igreja a que pertencer, bem como pelos interesses da Igreja a que pertencer, bem como pelos de toda a comunidade, quando para isso eleito ou designado.

Para ser eleito presbítero de uma igreja local, o candidato haverá de atender a varias exigências. Algumas dizem respeito a sua vida espiritual, pois ele deve ser um exemplo de fé pura para os fieis, outras envolvem exigências constitucionais, uma vez que ele é um modelo para os membros de sua congregação local. Diz a CI que os presbitérios devem ser “... assíduos e pontuais na cumprimento de seus deveres, irrepreensíveis na moral, são na fé, prudentes no agir, discretos no falar e exemplos de santidade na vida”. Segundo a CI, são de competência dos presbíteros:

- a) levar ao conhecimento do Conselho as faltas que não puder corrigir por meio de admoestações particulares;
- b) auxiliar o pastor no trabalho de visitas;
- c) instruir os neófitos, consolar os aflitos e cuidar da infância e da juventude;
- d) orar com os crentes e por eles;
- e) informar o pastor dos casos de doenças e aflições;
- f) distribuir os elementos da Santa Ceia;
- g) tomar parte na ordenação de ministros e oficiais;
- h) representar o Conselho no Presbitério, este no Sínodo e no Supremo Concílio.

Acrescenta-se ainda que o mandato dos presbíteros é por um período de 05 anos que poderá ser renovado, o que ocorre em freqüência e é bastante estimulado, pois a CI prevê a titulação honrosa de presbítero emérito aos que tenham atuado por mais de 25 anos consecutivos. E como nos concílios, os presbíteros tem autoridade igual à dos ministros, existem conflitos de interesse, gerando uma luta interna (competitividade) entre as partes envolvidas, já observada há tempos na

historia das igrejas calvinistas, conforme constatou Emite Leonard, historiador Frances que estudou o protestantismo brasileiro. Ele reuniu interessantes depoimentos extraídos de jornais da igreja em que os líderes do passado constataam, de um lado, o “espírito burocrático e papelista” da igreja e de outro os inevitáveis choques entre ministros e presbíteros.

Constatamos, portanto, que a espinha dorsal da estrutura governamental da IPB é feita através da eleição dos presbíteros regentes que deve representar os interesses da comunidade. Consideramos então que sua importância, compreender e depois analisar sociologicamente a liderança da Igreja. Ainda que não conste nos regulamentos e nem sempre mencionados publicamente, observa-se que encontra-se introjetado no inconsciente coletivo da instituição ao longo de décadas, um modelo ideal de representante, que norteia as eleições nos diversos níveis da instituição, das comunidades locais até ao Supremo Concílio que apresenta as seguintes características:

Estabilidade Financeira: Na IPB raramente, um homem poderá chegar ao exercício do poder sem dispor de bom nível socioeconômico. Isto é fundamental não apenas para a preservação do “*status quo*” da comunidade, mas também como uma inspiração para os fieis que haverão de se mirar (e se estimular) a buscar sua prosperidade financeira. Neste aspecto ao acúmulo de bens é reconhecido como sinal de muitas bênçãos celestiais. Max Weber em sua obra “A ética protestante e o espírito capitalismo”³ demonstra o favorecimento mútuo entre o protestantismo e o capitalismo. Para a ética protestante, o trabalho profissional é mais do que o ganha pão suficiente a manutenção da vida, ele é um fator de progresso. Nesta organização religiosa, os líderes bem sucedidos favorecem a manutenção da instituição tipo classe média, estável e bem equilibrada financeiramente, através de suas generosas oferendas. Um homem pobre ou de poucas posses em relação aos demais membros da igreja, dificilmente conquistará o cargo de representante da comunidade.

Eficiência profissional: Concomitante, observamos que os representantes, via de regra, são profissionais exemplares, de ofícios reconhecidos e valorizados pela sociedade: profissionais liberais, administradores, gerentes, empresários etc. Os profissionais que atuam no trabalho braçal ou na sociedade informal ou em serviços gerais etc., haverão de encontrar muitos obstáculos para chegar ao presbiterato. O presbítero deve ser um trabalhador padrão que demonstre sempre estar muito ocupado com os seus afazeres – no protestantismo, a ociosidade de

qualquer ordem é mal vista e motivo facilitador de ação do mal. O mesmo pode se dizer em relação a formação acadêmica dos eleitos, pois homens iletrados ou analfabetos raramente conquistarão o direito à eleição, pois além de serem vistos como incapacitados para o exercício de um cargo na Igreja, encontrarão dificuldades em acompanhar a mentalidade racionalista que domina liderança.

Exemplo de vida familiar: À semelhança da situação socioeconômica, a vida familiar é também um grande fator de importância na escolha dos presbíteros. A maioria dos presbíteros é casada. Os solteiros dificilmente poderão exercer cargos de liderança, pois não são reconhecidos como capazes, pois ainda não aprenderam a administrar a própria casa. Dificuldade maior haverá de enfrentar os divorciados, estigmatizados como “fracassados” em sua experiência conjugal e um mal exemplo aos demais. Geralmente a participação ativa da mulher e dos filhos dos presbíteros será decisiva na sua eleição – o mesmo se espera das esposas e filhos e pastores. Observa-se ainda que, as mulheres dos presbíteros exercem bastantes influência nas decisões da comunidade, constituindo-se como a base política do marido e motivadas por este interesse comum cultivam entre si um inter-relacionamento bastante próximo, sendo vistas como um grupo de elite da comunidade.

Opção política: Ainda que discretamente, os presbíteros devem manter uma posição política de direita. O apoio ao governo federal é de fundamental importância para manter-se no cargo. Dificilmente, um homem comprometido com movimentos populares, sindicatos, partidos de esquerda etc., chegara ao exercício do poder na IPB. Nem mesmo a mentalidade crítica aos atos do governo é bem-vinda, pois segundo a mentalidade dominante, a Igreja deve aprender que toda autoridade vem de Deus. Até mesmo as orações em favor da Pátria sempre privilegiam e exaltam os governantes com quem a Igreja faz questão de manter um relacionamento “fraterno e amoroso. É interessante verificar que na década de 40 muitos líderes presbiterianos chegaram a participar de partidos comunistas e isto não se constituía problema para o exercício de funções-chaves na Igreja, como observou o Prof. João Dias em suas pesquisas: “Não houve reações muito fortes contra tais candidaturas”⁴. Porém, a partir da ditadura militar, a Igreja se tornou uma forte aliada do governo federal.

Conservadorismo: Como o presbiterianismo nacional procede do EUA de onde recebeu forte influência do puritanismo inglês e do rigor disciplinar, a mentalidade dominante na

liderança, com raras exceções, é bastante conservadora, chegando algumas vezes, a intransigência e a intolerância. Geralmente, os presbíteros adotam a linha teológica fundamentalista que adota a interpretação literal da Bíblia Sagrada. Até mesmo teólogos considerados neo-ortodoxos, muitos dos quais lutaram contra o liberalismo teológico europeu, são recebidos com reservas, e os temas polêmicos nem devem ocupar o espaço religioso, exceto, se adotar a linha apologética, em defesa da sã e reta doutrina. Os seminários teológicos da igreja chegaram a dispensar alguns professores em virtude da linha teológica adotada que contrastava com a mentalidade conservadora da cúpula da Igreja.

Rigorismo disciplinar: O rigor herdado do calvinismo suíço continua a influenciar a postura dos líderes presbiterianos. Observa-se que os presbíteros são, geralmente, exigentes quanto a observância de horários dos cultos e reuniões da Igreja, e das leis e normas parlamentares previstas na CI, mas, sobretudo, quanto a conduta da moral dos fieis. Existe boa aceitação e até incentivo para que a comunidade exerça vigilância sobre o comportamento tanto dos membros quanto da liderança. Desta forma existe fiscalização dos presbíteros que são desafiados a levar informações ao Conselho e este, por sua vez, poderá aplicar severa disciplina ao faltoso, inclusive afastamento dos privilégios de membro. Os atos de liderança são facilmente justificadas em nome da pureza da Igreja e da boa ordem que devem caracterizar a tradição presbiteriana.

Espírito anti-católico: O espírito ecumênico que permeia o presbiterianismo mundial não é mais cultivado na IPB, apesar de ter havido no passado uma das maiores expressões do protestantismo brasileiro, Erasmo Braga, pastor e educador, que foi um importante personagem na luta internacional do ecumenismo⁵. Ocorre que até recentemente, década de 60, havia perseguição religiosa aos protestantes brasileiros, principalmente no interior do país. Estes fatos produziram grande aversão dos presbiterianos aos católicos. Apesar do tempo decorrido, ainda hoje, continua haver grande distanciamento entre presbiterianos e católicos e há rigorosas penalidades aos que participam de atividades religiosas com os católicos. Em muitas comunidades ainda persiste o espírito sectário, separatista e excludente.

Centralidade de poder: Ainda que investidos de autoridade para dirigir os destinos da comunidade nada impede aos representantes de consultar as bases ou a própria assembleia da Igreja. Porém, observa-se que isto raramente acontece, uma vez que os presbíteros temem dividir o poder com a congregação, preferindo exercê-lo isoladamente, suspeitando do enfraquecimento

de sua liderança. Como a organização da instituição tem fortes marcas patriarcais , ainda hoje a mulher é alijada de acesso ao poder, sendo-lhe vedada a permissão de ocupar cargos de importância na estrutura governamental da IPB. Expressões típicas como *verdadeira auxiliadora*, são utilizadas no meio presbiteriano para designar o papel secundário ocupado pela mulher na igreja e visam apenas como “função” consoladora. Argumentos bíblicos são invocados para refutar o ministério feminino e utilizado como instrumento eficaz para a manutenção da mulher posição de inferioridade. Nas discussões conciliares sobre o assunto (o que raramente acontece e em um ambiente bastante nervoso) a tônica determinante é se homens vão permitir ou não a entrada de mulheres ou se aceitam ou não dividir com ela o poder religioso.

Elitismo: Ao contrário de que se verifica no país, a grande maioria dos representantes das igrejas é de cor branca, o que nos leva a concluir que a Igreja não atinge nem as pessoas negras. Outro fato merecedor de análise é localização dos templos presbiterianos pois raramente estes são construídos em bairros pobres. Daí, os presbiterianos serem apontados como um grupo de elite, formado a partir de uma membresia de classe média, o que estaria em tese limitando o campo de ação da Igreja e a sua composição. Este fato requer maiores pesquisas que poderiam inclusive contribuir para esclarecer o porque da IPB se encontrar cada vez mais distante do povo em detrimento de novos e crescentes movimentos religiosos.

Símbolo de status: Finalmente, ao contrário do que prevê a sua estrutura governamental quando a inexistência de hierarquia entre os diversos cargos na Igreja. Os presbíteros representam o poder na instituição e, devido aos privilégios, competem entre si e especialmente com o pastor. Outra evidência do status da posição frente ao grupo é evidenciada por ocasião das eleições internas que são bastante concorridas, envolvendo disputa pelo exercício do poder, uma vez que este é o posto de maior importância na comunidade local e oferecerá condições para galgar outros cargos nos concílios superiores. O que se verifica no processo eleitoral é que, geralmente, os não-eleitores se distanciam da comunidade e de outros cargos menores, ou passam a frequentar outra comunidade visando reiniciar a sua trajetória na busca do exercício do poder.

1.1.4 A vida religiosa do pastor presbiteriano, comprometimento e atribuições.

O pastor e suas atribuições legais

Para se entender o real papel exercido pelo pastor dentro da estrutura da IPB, torna-se necessário verificar a forma como a constituição o vê e de que forma a sua função é normatizada. Segundo a Constituição da IPB, a lei que regulamenta o governo e o funcionamento do sistema presbiteriano.

Segundo a Constituição da IPB, o ministro “é o oficial consagrado pela Igreja, representada no Presbitério, para dedicar-se especialmente à pregação da Palavra de Deus, administrar os sacramentos, edificar-se os crentes e participar, com os presbíteros, do governo e disciplina da comunidade”.

“Os títulos que a Sagrada Escritura dá ao ministro, de Bispo, Pastor, Ministro, Presbítero ou Ancião, Anjo da Igreja, Embaixador, Evangelista, Pregador, Doutor e Dispenseiro dos Ministérios de Deus indicam funções diversas e não graus diferentes de dignidade de ofício”.

“São funções privativa” do ministro: a) administrar os sacramentos; b) invocar a bênção apostólica sobre o povo de Deus; c) celebrar o casamento religioso com efeito civil; d) Orientador e supervisor a liturgia na igreja de que é pastor”.

“O ministro, cujo cargo e exercício são os primeiros na Igreja, deve conhecer a Bíblia e sua teologia; ter cultura geral; ser apto para ensinar e são na fé; irrepreensível na vida; eficiente e zeloso no cumprimento dos seus deveres; ter vida piedosa e gozar de bom conceito, dentro e fora da Igreja.”

Os pastores são eleitos pelos membros da igreja ou designados pelo Presbitério do qual é membro, para atuar como Ministro da Palavra, ou seja, é o responsável pela docência da Igreja. Assim como os presbíteros são denominados *regentes*, os pastores são denominados *docentes*. Por força da CI, o pastor acumula a presidência do Conselho, a despeito de exercer a função apenas como moderador.

Antes, porém, de assumir o pastorado de uma congregação local, o pastor haverá de cumprir as exigências legais e formais, submetendo-se a uma trajetória que compreende um longo caminho que vai desde o seu encaminhamento como *aspirante* até ao solene momento de cerimônia de sua ordenação ministerial. Antes mesmo de fazer-se candidato ao Seminário Teológico, primeiramente, condição “*sine qua non*” é que seu nome seja aprovado pelo Conselho

da Igreja da qual é membro. Para tanto, deverá ser membro da Igreja há, no mínimo, 03 anos, após o exame efetuado pelos presbíteros, cumprirá um período de experiência nunca inferior a 1 ano. Após esta experiência supervisionada pelo Conselho, um novo exame definirá ou não o seu encaminhamento ao concílio superior, ou seja, o Presbítero. Vencida esta primeira fase, passa a ser denominado *aspirante* e é encaminhado ao Presbítero que, novamente submete-o a novos exames perante os presbíteros e os pastores. Sendo aprovado passa a ser considerado *candidato* ao Sagrado Ministério, sendo supervisionado por um tutor nomeado pelo Concílio que também receberá e providenciará a sua documentação com vistas à matrícula no Seminário Teológico.

Tabela 2 Etapas e trajetórias do candidato ao pastorado na IPB (síntese)

Fase	Responsável	Local	Período
Interesse	Conselho	Igreja local	03 anos
Aspirante	Igreja local	Experiência	01 ano
Candidato	Presbitério	Seminário	04/05 anos
Licenciado	Presbitério	Trabalho em campo	01 ano
Ordenação	Presbitério	Igreja	

Fonte: Constituição da IPB 1950.

As principais exigências legais para exame e encaminhamento ao Seminário são:

- a) Atestado de ser membro de uma Igreja em plena comunhão há, no mínimo, 03 anos;
- b) Atestado do Conselho, declarando que, no trabalho da Igreja, já demonstrou vocação para o Ministério Sagrado;
- c) Atestado de sanidade física e mental expedido por profissional designado pelo concílio;
- d) Diploma ou comprovação de conclusão do 2º Grau;
- e) Aprovação no exame de Vestibular em que se comprovam os conhecimentos bíblicos e doutrinários do candidato, além de aprovação em português e inglês.

Após o término do Curso de Bacharel em Teologia, o candidato submete-se a novos exames com vistas à sua *licenciatura*. A licenciatura é uma experiência que antecede à ordenação ministerial, constitui-se um *estágio* supervisionado pelo Presbitério, tipo residência, por um período mínimo de 01 ano e no máximo de 03 anos, em que o vocacionado haverá de dar evidências de sua habilidade para o exercício de função pastoral.

O candidato à *licenciatura* deve apresentar ao seu Presbitério:

- a) Uma exegese de um passo das Escrituras Sagradas, no texto original (hebraico ou grego) em que deverá revelar capacidade para crítica, método de exposição, lógica nas conclusões e clarezas no salientar a força de expressão da passagem bíblica;
- b) Uma tese de doutrina evangélica da Confissão de Fé (Corpo de doutrinas aceitas pela Igreja, também chamada de Confissão de Westminster, local onde se reuniram os teólogos para elaboração das referidas doutrinas);
- c) Um sermão proferido em publico perante o concilio, no qual o candidato revelara sua doutrina, boa forma literária, retórica didática e sobretudo, espiritualidade e piedade.
- d) Um rigoroso exame quanto a experiência religiosa e motivos que o levaram a escolha ministerial, opiniões teológicas, conhecimento e aceitação dos símbolos de Fé e as vezes materiais do curso teológico.

Finalmente, após este período tem-se ordenação ministerial que consiste numa solenidade especial, normalizada pela Constituição da Igreja e seus princípios de liturgia e só então será recebido no rol de membros arrolado do Concilio e ira receber a sua carteira de ministro.³

Após a sua ordenação, o ministro assumira a direção formal de uma igreja, podendo ser designado “pastor-efetivo eleito”⁴ “pastor efetivo designado pelo Presbitério”⁵, “pastor auxiliar”, “pastor evangelista”⁶ ou “missionário”⁷.

Além dos aspectos legais e constitucionais, uma serie de outros fatores normatizam e definem a aceitação ou não dos candidatos ao pastorado. Como são muitas as etapas, são também muitos os meandros capazes de agilizar ou incompatibilizar o acesso a novas vocações. Fatores como procedência familiar e eclesiástica, ou formação acadêmica, influencia política podem

³ Semelhante a carteira de trabalho, a carteira de ministro é a identidade do ministro nos concílios e onde há o registro do seu território ministerial

⁴ O pastor-efetivo eleito é aquele eleito por uma ou mais igrejas, pela prazo Maximo de 5 anos (podendo ser reeleito), competindo ao presbitério julgar as eleições e dar posse ao pastor. (art.34 letra a).

⁵ O pastor efetivo designado toma posse no presbitério que o designou, não sendo, portanto eleito por uma igreja (art 34 letra b)

⁶ O pastor evangelista (Art.34 letra4) será designado pelo presbitério para pastorear uma ou mais igrejas, via de regra, por um período próximo de 1 ano e diferente dos anterior, devera receber a sua cônica pastoral do próprio concilio.

⁷ O missionário, cedido pelo presbitério a uma agencia missionária ou junta de missões (art 34 letra e)

influenciar os concílios das igrejas locais e mesmo contribuir para o melhor acesso a diferentes etapas.

Considerando que muitas normas burocratizam o acesso de novas vocações e sempre há carência de pastores para atender a demanda da igreja, alguns concílios abreviam o processo de ordenação. Há inclusive mecanismos legais e alternativos para a formação de pastores em que o próprio presbitério, também por problemas financeiros, elabora o currículo de um curso breve de teologia para o candidato cumprir sob a orientação dos pastores do concílio.

Desta forma, pode ocorrer de, num concílio, haver resoluções que diferem de outro. Enquanto alguns são rigorosos no cumprimento das normas, outros tornam-se mais “tolerantes”. Este tipo de prática, freqüente em diferentes tipos de instituição ocorre também em instituições religiosas, podendo trazer repercussões na vida do corpo de profissionais, aqui no caso, os ministros. Alguns se julgarão mais preparados e terão melhor oportunidades de trabalho que outros considerados “menos capazes”. Geralmente, estes ocupam o pastorado de comunidades menores e mais simples, enquanto aqueles assumem as igrejas maiores e chegam a cargos de importância na denominação.

A prática do cotidiano evidencia que são diversos os fatores que influenciam uma comunidade e que muitos deles são velados, podendo ou não coincidir com as normas escritas, mas que são igualmente fortes e atuantes, e que procedimentos são acatados pelos fieis. Esta análise é clara para entender o ambiente da prática pastoral do ministro presbiteriano, cenário onde ocorre a dita crise de identidade.

1.2 . O LUGAR DO PASTOR JUBILADO E SUA MORTE SOCIAL

A representação da morte assimila múltiplas formas no imaginário popular, permitindo uma diversidade coerente de anúncio e compatibilidade entre pessoas, classes, raças ou religiões, cada qual destinando rituais ou simbologia própria.

A inadmissibilidade de uma concepção única envolvendo a morte adquire perfeição quando a convergência se debruça no papel singular que a ela é cometida em especial na desconsideração de mérito ou ganho obtido pelo ser humano no decorrer de sua vida. O efeito inafastável da morte retoma o cumprimento do destino do ser humano como realidade ampliada de um acontecimento

natural que se dá no mundo e pratica de forma igualitária uma justiça transcendental desenhada a todos os viventes.

Outra vertente da discussão envolvendo a morte merece o respaldo de atuantes variantes da mesma definição uma delas contemplando o papel desempenhado pelo indivíduo em sociedade, sua interação com os semelhantes na vida pessoal, profissional e religiosa. Neste sentido migra-se da definição convencional da morte como um já propalado fenômeno científico para um evento social, tipicamente marcado por desigualdades sociais em proporção ao avanço de sociedades capitalistas nos mais distintos Estados.

A crença sobre a existência da morte social principia pela reflexão mergulhada no âmago da intuição e afirmação da existência verdadeira e descentralizada sobre as múltiplas formas de se lidar com a morte aqui concebendo inclusive uma dimensão classista da mesma em vista da realidade socioeconômica do indivíduo.

No cenário apresentado se intensifica com relevo não imaginável a outras décadas a solidificação de perspectivas que enaltecem a responsabilidade social atrelada ao Estado. Sua vinculação tem origem ao impacto por vezes degradante de um mutável cenário econômico provocador de medidas arraigadas de cerceamento de direitos fundamentais ínsitos a cada cidadão por sua condição de portador de papel de destaque na circulação de riquezas.

A concepção acima disposta coloca-nos diante do cenário expositivo segundo o qual o indivíduo gozaria de uma espécie de vida útil no contexto social como partícipe da cadeia econômica produtiva absorvendo de parcela da força de trabalho gerando dividendos para o país sob a forma de impostos e maximizando seus desejos e expectativas pessoais de melhoria da qualidade de vida e bem-estar. Guarda atenção e destaque casos específicos e patrocinados pelo Estado que o inserem no compromisso entoado pela proposta neoliberal de proliferação de ideologias e tendências de gradativa transferência da expressão dos questionamentos sociais da atualidade para o âmbito da iniciativa privada e exclusão social digna de países periféricos.

Certas expressões atualmente em voga falseiam realidade vigente por meio de práticas como a “desospitalização”, cuidados domiciliares e transferência franca de atividades ou prestação de serviços públicos à entidades associadas ao chamado “terceiro setor”. O alcance demonstrado pelo Estado por meio de tais práticas compreende uma espoliação dos interesses do

indivíduo que numa dada época contribuiu sobremaneira para a sociedade conquistando riquezas partilhadas com a coletividade.

Esta tentativa estatal de humanização cada vez mais ampla do tratamento de indivíduos que não mais se mostram aptos de contribuírem economicamente favorece o desprendimento de uma lacuna moral e porque não legal das frentes de atuação do Estado no gerenciamento de suas atividades imprescindíveis de favorecimento político de diminuição do denominado “Estado social”.

Um dos reflexos desta imperiosa prática discrepante dos ideais dignos de tratamento do ser humanos projeta-se sobre a aposentadoria. Sem prejuízos de diversas outras formas que golpeiam parcela da população, lançando-a ao grupo daqueles que padecem da chamada morte social como ausência de integração de idosos aos meios de enriquecimento cultural, tratamento indigno junto ao sistema de saúde e falta de equipamentos essenciais de infraestrutura urbana como saneamento básico ou rural pelo descaso das autoridades em prover para comunidades mais afastadas serviços de irrigação ou energia elétrica de adequada qualidade.

A definição do que significa aposentadoria ou seus efeitos na concepção já proposta da morte social sem dúvida divide posicionamentos doutrinários ou estudos empiricamente arquitetados sobre seus efeitos e quais seriam os indivíduos efetivamente abrangidos por relativo fato.

No Rio de Janeiro da época imperial, de acordo Elia Séguin em seu livro o idoso aqui e agora, referência a semântica da palavra aposentadoria onde significava uma espécie de expropriação das mais suntuosas residências e conseqüentemente de seus pertences e empregados que lá laboravam para que parte da comitiva real pudesse ali se instalar contando desta maneira com uma estrutura anteriormente criada pelos até então ocupantes do bem. Todos os sentimentos benéficos de permanência e solicitude que povoavam a instalação física retirada sem qualquer indenização ou preocupação pelo poder público imperial despertavam com não menos razão uma abrupta e considerável redução de perspectivas de integração social do indivíduo expropriado, restando ao mesmo somente a denominada morte social.

O inconformismo despertado a partir da instituição da aposentadoria faz com que indivíduos plenamente integrados no seio da sociedade sejam levados a subitamente repensar suas atividades sem que ao menos seja a ele possibilitado um período de aclimatação ou

racionalidade quanto ao amadurecimento da ideia. Esta dimensão da noção de aposentadoria guarda um forte retrospecto jurídico e moral quando se procura analisar a razão pela qual alguém ainda com notória força motriz e capacidade voltada para a execução de suas atividades se vê obrigada pela imposição do sistema vigente a adaptar-se aos inconvenientes que uma indefectível alteração das atividades profissionais ou religiosas acarreta no emaranhado psíquico do indivíduo.

Uma das explicações desta chamada morte social aliada à aposentadoria transita por uma virtude institucional que assola um sem número de atividades que se deparam com a obrigatoriedade de desempenhar tarefas sob a interferência de compilações legais ou estatutárias. Uma das críticas desde já suscitadas caminha para uma crescente decomposição das relações humanas causadas em grande parte pela imobilidade de estatutos ou regimentos que determinam sem uma pertinência argumentativa a fundamentação para a criação de certas regras ou conteúdo normativo nitidamente restritivo à consecução de certas atividades.

Merece aqui destaque a inspiração obtida por tais regimentos na limitação injustificada de prerrogativas ou direitos cometidos ao integrante do grupo. Certas disposições ganham efeito neste exemplário tais como idade para aposentadoria, inacessibilidade a oportunidades conquistadas durante o período do exercício ativo da profissão ou ofício e a desvinculação direta e objetiva de atividades que demandariam ainda uma supervisão daquele que fora o responsável por sua edificação.

A ligeireza desta sobreposição de efeitos oriundos da aposentadoria assimila resquícios culturais fortemente impregnados em duas fontes diversas. Na primeira forma designativa de ruptura laboral a aposentadoria determina um reflexo imediato no aspecto financeiro, com uma redução salarial com ressalva quantitativa também nos benefícios acumulados pelo empregado que igualmente sofrerão com esta alteração da condição profissional. Esta análise propagada sob a limpidez material não coaduna com a ausência de neutralidade de outra corrente que vislumbra na aposentadoria o avanço implacável de uma perda do status social do ser humanos diante de seu grupo.

Uma aparente consequência natural do acúmulo de experiência laboral traduzida em anos de dedicação ao mercado de trabalho implica na verdade numa preocupação emergente por parte

do Estado e consubstanciada na criação de uma nova rede protetiva dos direitos agora daqueles “mortos socialmente”, mas que remanescem vivos para uma nova etapa de suas vidas.

A satisfação individual daquele que se aposenta resplandece uma alternância moralmente justificada do comportamento humano e que não deve passar despercebido pelo poder público. Sua responsabilidade aqui transita da locução dos “direitos fundamentais” para a expressividade advinda dos “direitos humanos”. Nota-se que a implicação prática de ambas as formas de se chamar esta longa-metragem de direitos do indivíduo pode sofrer variação no momento de sua aplicação.

Poderíamos ressaltar que com o alcance da aposentadoria a teia de direitos humanos garantidores da longevidade do espírito dos seres humanos comunga com o reconhecimento de uma plataforma inédita de proteção legal marcada sobremaneira por um complexo de documentos válidos internacionalmente e subscritos por diversas nações entre elas o Brasil e consistente na divulgação e construção de mecanismos de efetivação material de disposições universalmente aceitas a partir de desígnios do direito natural.

Em tais casos a mera condição humana notabilizada com sua existência torna o homem especialmente iluminado por esta tábua de direitos obrigatoriamente observáveis. Entretanto a experimentação propiciada pela aposentadoria realmente alcançaria seu desígnio último de suficiência e convencimento do destinatário da morte social?

A dificuldade de destinar um roteiro completo de identificação e possível reinserção daqueles acometidos pela morte social expõe simultaneamente uma fragilidade tanto por parte do estado como por aqueles que maculam por força de estatutos e regimentos a autoridade moral do ser humano de continuar com vigor e afeição as tarefas que lhe foram outrora transferidas. Pode-se assentar entendimento contudo, na assertiva compactada e alicerçada na compreensão da aposentadoria como algo psicologicamente danoso para parcela da população globalmente integrada por redes de comunicação e experiências sociais compartilhadas e adaptáveis aos novos tempos.

Nova verificação há de ser descrita quando prevalece o discurso daqueles que assumem a condição de aposentados de que o dever cumprido de uma missão abraçada fora alcançado com êxito, permitindo que o aposentado possa renovar sua esperança para o futuro onde este possa manifestar seu apreço ou ao menos respeito pelo ciclo natural da vida. Sentir-se valorizado nesta

etapa cria raízes com a captação sentimental de extrema tranquilidade e resignação com a situação apresentada, permitindo ao agora aposentado sempre que dirigir seus pensamentos para o momento em tela concluir que se doou ao extremo e que novos e tão bem dispostos valores podem suprir e continuar esta missão que por seu turno teve sua perenidade garantida pelo aposentado enquanto sua força de trabalho contava com o reconhecimento institucional.

O manejo desta transição entre a incapacidade de desempenho de ofício graças a limitação estatutária, exige uma combinação conceitual com a postura mantida pela “transição rumo a aposentadoria”. A definição do vocábulo aposentadoria, já contextualizado leva-nos à conclusão preliminar quanto a prática assídua de uma necessária coerência, harmonização e flexibilização que valores institucionalizados e empedernidos em regimentos devem guardar para com os destinatários normativos. O tratamento individual conduz a outro elemento componente desta transição aplicável à aposentadoria, ora transmitida por medidas que passem desde por uma diminuição gradativa da intensidade da carga laboral do executor do ofício, passando também pela recolocação institucional do mesmo profissional em campo onde sua experiência inegavelmente avolumada possa servir de inspiração e mérito para que outros jovens valores possam dela servir-se.

Em conjunto à valoração jurídica e psicológica exageradamente imposta ao indivíduo encontra-se sensível debate capaz de encaminhar o assunto em relevo para a seara da ética. Até o presente momento pensou-se que a limitação das ações humanas poderia engajar-se apenas num sentido negativo e restritivo a partir do qual a respeitabilidade a normas e condições determinadas por entidades superiores e legitimidades contariam com liberdade irrestrita para disporem o que seria mais adequado à nova etapa da vida humana coroada a partir da aposentadoria.

O que se desenvolveu em sentido oposto foi uma limitação positiva da conduta humana cristalizada sob a nuance de oposição de garantias livremente exequíveis pelo homem, mas que sofreriam indiretamente uma restrição diante de outros valores que seguem rota de colisão com os primeiros.

Nesta esteira é que se desenvolveu com importância reluzente a bioética e sua direção voltada á invocação de postulados científicos em substituição ao uso de éticas religiosas e filosóficas de acomodação de distintas garantias. A interlocução acelerada entre tais campos do

conhecimento permite a valorização passível de reserva dialética em outras áreas coligadas á bioética tal como ocorre com o chamado bio poder.

A composição do bio poder intenta o disciplinamento do poder exercido não apenas na mente como também no corpo dos homens de tal maneira que se possa continuamente controlar o homem por meio da dominação de sua consciência num movimento que resultaria na normatização de seu microcosmo ou seja um assíduo compasso de interiorização e influência de tudo aquilo que o homem deve saber e poder.

Este controle externo conta como agente manipulador em diversas passagens do histórico da vida humana da própria sociedade, que após tratar o corpo humano como uma máquina em funcionamento ininterrupto poder descartá-lo, sem qualquer suporte adaptativo a esta condição. A morte social nesta ilustração consolida sua presença com a retirada por vezes da personalidade individual, exigindo, por conseguinte uma nova reestruturação capaz de dialogar produtivamente com a religião e com toda a sociedade interligando áreas de interesse, porém ser descaracterizar valores humanísticos de observância obrigatória.

1.2.1 Problemas Sociais do idoso e do pastor jubilado

A Igreja Presbiteriana do Brasil, uma das herdeiras da Reforma Religiosa do século XVI, conta atualmente com aproximadamente 3200 congregações e 2250 pastores, distribuídos em todos os estados da federação. Embora demonstre vitalidade e crescimento neste momento privilegiado de sua caminhada, a IPB, como instituição, enfrenta desafios que envolvem suas estruturas governamentais e afetam diretamente os seus pastores.

As pesquisas realizadas neste trabalho verifiquei que, influenciada pela sociedade capitalista, moderna e secularizada, a IPB vem se tornando vítima de sua própria trajetória, absorvendo a mentalidade dominante do competitivo mercado de trabalho, e adotando medidas que resultam na profissionalização e secularização da vocação pastoral. Este fenômeno tem sido costumeiramente interpretado pela instituição como sendo parte de uma temporária crise teológica que afeta diretamente o presbiterianismo histórico, ou como sendo uma crise doutrinária prevista, profeticamente, para o final dos tempos, ou uma crise emocional ou psicológica, fruto do desgaste das inevitáveis obrigações eclesiais. No entanto, a minha

hipótese, é que a Igreja passa por uma crise sócio-estrutural, que vem se agravando nas ultimas décadas e afetando diretamente os líderes da comunidade local, ou seja pastores da igreja.

O pastor presbiteriano ao completar 35 anos de ministério ou chegar aos 70 anos de idade terá concedida a sua jubilação.

Por muitos anos o Supremo Concilio da IPB votava numa verba para o jubilado, a guisa de modestíssima aposentadoria. Já vigorava a atual constituição da Igreja. Poucos eram os pastores que continuavam ativos após a jubilação compulsória após os 70 anos. Depois disso a Previdência Social passou a admitir também a inscrição de pastores, concedendo-lhes a aposentadoria.

Mas, à medida que a media de vida do brasileiro sobe, porque melhora a qualidade de vida, cresce o numero de jubilados no trabalho quase pleno, na assistência pastoral a igrejas. A experiência, o amor a Igreja que é o amor aos irmãos, cultivado durante 30, 40 ou 50 anos de ministério, compensam pelo menos em parte as deficiências físicas trazidas pela terceira idade.

Que bem faz ao jubilado saber que esta sendo útil, ainda, na atividade pastoral, mesmo não exercendo plenamente a responsabilidade pastoral da Igreja?

Como filha de pastor da IPB, e tendo exercido o magistério em tradicionais Universidades brasileiras, venho observando ao longo do tempo que, se de um lado há crescimento quanto ao numero de congregações e de ministros, por outro existe o descontentamento crescente dos agentes sociais que interagem nos diferentes segmentos da instituição. Ao se analisar esse fenômeno sob a ótica dos ministros, ainda que nem sempre seja admitida, observa-se que esses iniciam sua trajetória encantamento, dando lugar a uma crise que culmina no esvaziamento da sua missão original. Com o passar do tempo por fatores diversos, muitos pastores se sentem desapontados, desanimados, desmotivados, etc, em prosseguir a carreira pastoral de dedicação exclusiva, buscam outras alternativas profissionais convencionadas também como ministérios, mas desvinculados da instituição, ou abandonam o cargo. A partir desta constatação, passei a investigar um intrigante questão: “A jubilação e os efeitos Sociais e Patrimoniais na vida do pastor presbiteriano”.

Para compreender e aprender este universo procurei primeiramente estudar o ambiente sócio-político-religioso da IPB e analisar ate que ponto as transformações, rupturas e continuidades estavam ligadas diretamente ao contexto histórico, e a partir destes estudos,

verificar se estaria ou não, ocorrendo uma deterioração da imagem do pastor, e no caso dessa deterioração estar ocorrendo, quais os fatores que influenciariam no processo e como este poderia acarretar em crise de identidade social.

Ao iniciar os estudos, deparei-me com a primeira grande dificuldade, a inexistência de obras específicas a respeito do papel do pastor protestante brasileiro dentro da perspectiva das ciências sociais, uma vez que as obras que abordam a temática, o fazem a partir da ótica da teologia predominante da instituição religiosa. Este fato obrigou-me a realizar diferentes estudos que permitissem definir e situar o que é o pastor protestante brasileiro, e qual a sua atuação em uma igreja histórica.

Devido as especialidades de temática escolhida, encontrei dificuldades em montar um quadro teórico que fornecesse instrumental de análise para a elaboração deste trabalho. Dos autores consultados, alguns foram de fundamental importância para o trabalho. Para a análise da instituição, seu funcionamento e sua construção social, foi de relevância os estudos das obras de Max Weber, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo e Economia e Sociedade*, especialmente o capítulo V, e de Pierre Bourdieu, *A Economia das Trocas Simbólicas*. Para a análise da instituição Igreja e sua estrutura organizacional, foi de fundamental importância os estudos de Gareth Morgan, *As imagens da Organização*. Morgan é um dos teóricos mais respeitados na atualidade para o estudo das instituições, dos sistema organizacional, bem como das imagens que estão projetadas na sociedade. O instrumental de análise fornecido por este autor permitiu-me o estudo da Igreja como um sistema político e como um fator de dominação. As obras de Michel Foucault, *Microfísica do poder e Vigiar e Punir*, foram de suma importância para a compreensão e análise dos bastidores da organização que modela os profissionais para satisfazer seus interesses. No que diz respeito a identidade pessoal, baseei-me, dentre outros, nas obras de Erving Goffman, *Estigma, Normas sobre a manipulação de identidade deteriorada e a representação do eu na vida cotidiana*, que oferecem uma rica interpretação quanto a identidade e os papéis assumidos ou representados pelos indivíduos, aqui aplicadas ao ministro presbiteriano.

No desenvolvimento do trabalho, verifiquei a necessidade de conhecer quem era o pastor presbiteriano, de onde vinha, quais eram seus antecedentes familiares, como vivia no ambiente de sua formação, como era preparado pela instituição, etc.,. Para tanto realizei entrevistas com vários pastores jubilados da IPB de varias cidades. A pesquisa foi delimitada aos período de 1950 e

1999. Estas datas foram escolhidas por representarem importantes marcos na historia da IPB, e que coincide com a época em que uma geração de pastores foi motivada e estimulada sob a égide do nacionalismo que propunha novos tempos para o país, prometendo grande progresso. O final da década de 90 simboliza a morte de muitos sonhos e idéias, que abriram “brechas” a partir de uma serie de acontecimentos que ocorreram dentro da IPB e que resultaram em modificações substanciais que acarretaram a perda, por sessão ou saída voluntaria, ou expulsão de muitos ministros e fieis, resultando em prejuízo para a unidade do presbiterianismo brasileiro.

Para a realização da construção social da instituição “pastor”, foi necessária realizar uma pesquisa no Seminário Presbiteriano do Sul, em Campinas, fundado em 1888, pelo missionário norte-americano Dr. John Rockwel Smith (1846-1918). O material de pesquisa referentes aos antecedentes históricos dos seminaristas, foi extraído de empoeirado arquivo morto do SPS, a partir deste material, que pude fazer o levantamento e o estudo dos documentos que forneceram as informações básicas de cada estudante, tais como nome, procedência, faixa etária, ocupação profissional dos pais e o histórico escolar dos estudantes. Após a analise e sistematização dos dados encontrados foi possível iniciar o processo de identificação do perfil dos seminaristas no período escolhido (1950 a 1999). Á semelhança de outros cursos universitários, o curso de Bacharel em Teologia sempre conviveu com algum êxodo escolar, sendo que no caso do período em estudo o motivo principal do êxodo foi ocasionado por problemas sócio-políticos. Esta pesquisa também permitiu-me listar os desistentes e os formandos de cada turma. Cada um dos nomes passou a merecer minha atenção e analise ate que por fim foi possível definir o perfil dos seminaristas da época e elaborar quadros e gráficos que trazem importantes informações.

Com o item sobre os Efeitos Sociais da Jubilação, procurei situar o pastor no contexto estrutural e histórico da IPB. Para elaboração desta parte foi importante a analise do Manual Presbiteriano, das resoluções e dos documentos afins, que definem a relação entre pastores e a instituição religiosa, bem como os seus vencimentos, benefícios dado ao pastor na atividade, tais como Casa Pastoral, veiculo automotor e extras como despesas de gasolina, cestas básicas etc..

Os efeitos psicológicos da jubilação, analisei alguns fatores voltados para históricos e internos geradores do conflito de identidade do pastor presbiteriano, a velhice não é um problema e sim uma etapa de nossas vidas. A jubilação tem que ser entendida com objetividade e cercada de cuidados, como uma fase normal da vida, associada com a felicidade e sabedoria concentrando

a minha atenção na formação teológica e suas implicações na carreira de ministro presbiteriano. Procurei verificar as razões da deterioração da imagem do pastor e as formas alternativas encontradas para compensar ou superar a sua crise de identidade.

A jubilação é um processo pessoal, natural e, indiscutivelmente, inevitável na evolução da vida do pastor. Envolve mudanças biológicas, fisiológicas, psicossociais, econômicas e políticas, modificando o cotidiano.

Finalmente para perceber as implicações e/ou repercussões da referida jubilação é necessário uma reflexão da construção social da velhice, presente na modernidade ocidental, a perfeita compreensão da função social do pastor presbiteriano em nossa sociedade e sua perda natural da capacidade funcional.

1.2.2 Aposentadoria e jubilação: morte antecipada do profissional

Em matéria de previdência social, historicamente, o Brasil adotou o modelo alemão, na qual o segurado deve fazer a contribuição para ter acesso ao benefício.⁸

Maria Garcia ensina que “de acordo com a Constituição Federal, artigo 194, A Previdência Social insere-se no sistema de medidas ou ações objetivando a proteção dos trabalhadores e circunstâncias especiais, previstas na própria Constituição, artigos 201 e 202. Trata-se do sistema de seguridade social que inclui outros subsistemas: a assistência social (art 203) e a saúde (art 196) devidas a todos que necessitarem. Desses três subsistemas, apenas a previdência social é mantida mediante contribuição dos próprios trabalhadores, conforme artigo 201, citado. A Previdência Social é o conjunto de medidas de proteção aos trabalhadores, nos casos emergenciais de incapacitação para o trabalho por doença, idade, por acidente do trabalho e casos equiparados e aos seus dependentes, quando da morte do segurado.”⁹

O estatuto do idoso, no artigo 29, determina que os benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral da Previdência Social observarão, na sua concessão, critérios de cálculos que

8 Zelia Luiza, A velhice, cit p.63

9 13 Maria Garcia, A Emenda Previdenciária e os direitos adquiridos, Caderno de direito constitucional e ciência política, n.26, p.113.

preservem o valor real dos salários sobre os quais incidiram a contribuição, nos termos da legislação vigente.

Ainda, o parágrafo único do artigo 29, do Estatuto do idoso, diz que os valores dos benefícios em manutenção serão reajustados na mesma data de reajuste do salário mínimo, pro rata, de acordo com suas respectivas data de início ou do seu último reajustamento, com base em percentual definido em regulamento, observados os critérios estabelecidos pela Lei número 8.213 de 24 de junho de 1991.

O artigo 30 e parágrafo único, do estatuto do idoso, determinam que a perda da contribuição de segurado não será considerada para a concessão da aposentadoria por idade, desde que a pessoa conte com, no mínimo, o tempo de contribuição correspondente, ao exigido para efeito de carência na data de requerimento do benefício. O cálculo do valor do benefício observará o disposto no caput e parágrafo 2º do artigo 3º da lei 9.876 de 26 de novembro de 1999, ou, não havendo salário-de-contribuição recolhido a partir da competência de julho de 1994, o disposto artigo 35 da lei nº8.213 de 1991.

No caso de pagamento a ser efetuado com atraso das parcelas relativas a benefícios, como preceitua o artigo 31, do estatuto do idoso, por responsabilidade da Previdência Social, será utilizado pelo mesmo índice utilizado para os reajustamentos dos benefícios do regime Geral de Previdência Social, verificado no período compreendido entre o mês que deveria ter sido pago e o mês do efetivo pagamento.

O Dia Mundial do Trabalho, 1º de Maio, é a data-base dos aposentados e pensionistas (artigo 32, do Estatuto do Idoso).

Ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS cabe dar atendimento preferencial ao idoso, especificamente nas áreas do seguro social, visando a habilitação e a manutenção dos benefícios, exame médico pericial, inscrições de beneficiários, serviço social e setores de informações. Deve prestar atendimento, preferencialmente, nas áreas de arrecadação e fiscalização, visando prestação de informações e ao cálculo de contribuições individuais.

Ao INSS cabe, também estabelecer critérios para viabilizar o atendimento preferencial ao idoso.

Compete ao INSS esclarecer o idoso sobre os seus direitos previdenciários e os meios de exercê-los. O serviço social atenderá, prioritariamente, nos postos do Seguro Social, os beneficiários em via de aposentadoria e, em parceria com os órgãos governamentais e não governamentais, estimulará a criação e a manutenção de programas de preparação para aposentadorias, por meio assessoramento a entidades de classes, instituições de natureza social, empresas e órgãos públicos, por intermédio das suas respectivas entidades de recursos humanos.

1.2.2 Jubilação do Pastor Presbiteriano

No Manual Presbiteriano promulgada a 20 de julho de 1950 no templo da Igreja Presbiteriana de Alto de Jequitibá – MG, lê-se:

Art.49 - O ministro poderá ser jubilado por motivo de saúde, idade, tempo de trabalho ou invalidez.

§ 1º - Ao atingir trinta e cinco anos de atividades efetivas, inclusive a licenciatura, o ministro terá direito à jubilação.

§ 2º - Ao completar setenta anos de idade a jubilação será compulsória.

§ 3º - A lei ordinária regulamentará a jubilação por motivo de saúde ou invalidez.

§ 4º - A jubilação põe fim ao exercício pastoral: não importa, porém, na perda dos privilégios de ministro a saber: pregar o evangelho, ministrar os sacramentos, presidir Conselho, quando convidado, e ser eleito secretário executivo ou tesoureiro.

§ 5º - O ministro jubilado, embora membro dos Concílios, não tem direito a voto: tê-lo-á se eleito secretário executivo ou tesoureiro.

§ 6º - Cabe ao Presbitério propor a jubilação e ao Supremo Concílio efetivá-la de acordo com a lei de jubilação que estiver em vigor.

Na lei atual da IPB, consta que um pastor presbiteriano pode ser jubilado ao atingir trinta e cinco anos de atividades efetivas ou por motivo de saúde ou invalidez. Aos 70 anos de idade, no entanto, a jubilação é compulsória. Ainda segundo a lei atual, o pastor jubilado não pode continuar exercendo o cargo de pastor efetivo de sua igreja, mesmo que não haja um pastor para substituí-lo, podendo ele apenas colaborar esporadicamente. A emenda recentemente aprovada é

fruto de muitas reivindicações feitas por pastores, pois diversos deles chegam aos 70 anos em pleno vigor e ricos em experiências e sabedoria (Brasil Presbiteriano, agosto/2004:14). Pela nova emenda, não haverá mais limite de idade para o pastorado e a jubilação não impedirá ou vetará os privilégios do pastor presbiteriano, inclusive o de poder ser designado pastor efetivo, se para tanto apresentar vigor e se houver convites das igrejas (Suplemento do Brasil Presbiteriano, abril/2004:17).

Isso significa que muitos pastores que gozam de uma boa saúde aos 70 anos vão querer continuar trabalhando e disputando com os mais jovens o pastorado das igrejas locais. Há ainda mais um ingrediente nessa questão – o salário. Os pastores dificilmente conseguem viver com a aposentadoria paga pelo INSS. Sendo pastor efetivo de alguma igreja, o pastor terá mais uma fonte de renda. Em acréscimo, há certos benefícios oferecidos ao pastor, além da cônica pastoral, como casa pastoral ou o aluguel de um imóvel, bem como o pagamento de despesas como telefone, água, luz, combustível, etc.. Segundo o jornal Brasil Presbiteriano (dez/2004:10), “A possibilidade do fim da jubilação compulsória, o contingente de novos pastores lançados todos os anos pelos seminários e a quantidade de pastores sem campo e sem sustento têm assustado algumas pessoas em relação ao futuro dos ministros da IPB”.

No que diz respeito à situação do Estado de São Paulo e da capital paulista, podemos observar que o número de pastores, em ambas as esferas, é superior ao de igrejas. Em todo o Estado de São Paulo temos 905 pastores para 762 Igrejas, ou seja, um déficit de 143 igrejas (15,80%). Na cidade de São Paulo, a diferença, em termos proporcionais, é ainda mais acentuada: Para 151 igrejas, temos 215 pastores, um déficit de 64 igrejas (29,76%). Esses dados mostram que em todo o Estado de São Paulo, especialmente na capital, há uma concentração de pastores, aumentando ainda mais a concorrência entre eles.

1.2.3 A trajetória social do pastor e o capitalismo constitucional

Quanto a vida social do pastor, considerando que ele é um “homem de prestígio” na sociedade as suas relações sempre deveriam contemplar profissionais úteis ao seu trabalho: e.g., *médicos*, visando facilitar o atendimento a carentes da comunidade; *jornalista*, que lhes permitem ocupar a imprensa, ainda que esporadicamente para escrever apologeticamente; *advogados*, capazes de defender as causas de seus fieis. Etc.

Ao participar de outras associações, o pastor deve agir com muita cautela para não prejudicar os seus afazeres eclesiásticos. Recomenda o Prof. Julio A. Ferreira: “ as agremiações políticas são as menos indicadas”¹⁰, pois a neutralidade favorecera as amizades em todos os partidos. Desde o tempo do Seminário o estudante aprendia a manter distancia da política, pois o regulamento diz que:

“Comprometem-se quantos residem nos prédios do campus do Seminário a: letra n) abster-se de envolvimento em propaganda política e ideologia ostensiva, secular ou eclesiástica, atividade que se coaduna com o espírito e natureza do Seminário.”

Certamente esta é causa de dificilmente encontrar-se algum ministro presbiteriano ocupando cargos políticos.

Duas outras áreas sempre foram vistas como fundamentais para o êxito do trabalho pastoral: a *visitação* aos membros da Igreja (ainda que sejam de caráter social) e a *correspondência* devidamente atualizada e organizada com os demais papeis e documentos, pois o ministro deve ser sempre pontual em seus compromissos. Alias, eficiência e organização são expressões chaves de seu êxito.

Chamam a nossa atenção as recomendações quanto aos seus relacionamentos. Por exemplo, no trato com as mulheres, recomenda Turner que, desde a formação teológica, deveria haver separação de sexo. Inclusive pensava que os seminaristas teriam que respeitar a norma da denominada “lei do meio metro e três minutos”¹¹ que recomendava ao jovem “não poder falar com um jovem por mais de três minutos estando sozinhos, e sempre se mantendo a uma distancia não inferior a meio metro entre os dois.” Nesta obra, o autor ensina aos seminaristas “como fazer um batismo” ou como tratar com uma mulher.

Quanto as exigências pessoais que sempre mereceram atenção especial na vida do pastor, estas envolvem cuidados que valorizam sobremaneira a sua indumentária e o seu visual, uma vez

10 Um dos mais citados professores do SPS e que influenciou profundamente os seus alunos, pois fez escola na área pastoral, principalmente em Homilética, a arte da pregação

11 Regimento interno e regulamento dos seminários, Junta de Educação Teológica da IPB, 1991, art.24 p.15.

que ele é homem publico que outorga status à Igreja. Desde o tempo do Seminário, o pastor aprendia a observar determinados hábitos, conforme prevê o regulamento:

“Comprometem-se quantos residem nos prédios do campus do Seminário a: letra j) Apresentar-se nas salas de aula, seus corredores e dependências, na secretaria e demais gabinetes e instalações no auditório, biblioteca e saguão principal, no período de expediente, devidamente trajados, limpos e asseados, não sendo admitido trajes sumários tais como bermuda, calções e similares ou trajes esportivos. Letra l) manter a todo tempo, atitude respeitosa, equilibrada, responsável, como convém a crentes cômicos de suas obrigações e a boa reputação da instituição, abstendo-se de brincadeiras ruidosas e descomedidas de gritarias e algazarras de qualquer forma de trote ou mau trato a quem quer que seja, coisas que perturbam o sossego da comunidade e tão desfavorável impressão causam na vizinhança.”¹²

O pastor deve se preocupar com sua imagem, cuidando de sua higiene pessoal quanto a banhar-se e barbear-se (esta deve estar sempre bem aparada) e apresentar-se com um vestuário simples, sem luxo, mas bem cuidado, inclusive sem excessos e provocação. Os mínimos detalhes de postura devem ser observados, evitando erros que depõem contra a dignidade do pastor.

Considerando que seu atendimento pastoral acontecera sobretudo em áreas rurais, ao pastor é recomendado levar em suas andanças a sua pasta de viagem que devera conter: roupas, estojo, livros e papeis diversos. Dentre elas, uma muda de roupa branca, pijama, toalha, agasalho, aparelho de barbear, sabonete, pente, remédio de emergência, copo inquebrável, Bíblia, Hinário. Manual Presbiteriano, Manual de culto, confissão de fé e catecismo, o livro que esteja sendo lido, cadernetas de endereços dos crentes do campo e em geral, bloco, papel, envelope, papel higiênico, bloco de registros de membros, documentos (estes podem ir no bolso) – um diário também pode ser útil no futuro.

Segundo os bons manuais, o descanso do pastor (o seu dia sabatino, que deve ser a Segunda-Feira, dia observado desde os tempos de Seminário) e as suas férias anuais também são

12 Regimento interno e regulamento dos seminários, Junta de Educação Teológica da IPB, 1991, art.24 p.16.

importantes. Mas, devido aos constantes problemas financeiros, os ministros deverão recorrer a empréstimos paroquianos.

A casa do ministro, sempre bem freqüentada, principalmente pelos seus paroquianos – a grande maioria das residências pastorais localizam-se próximas ao templo – deve ser um exemplo as demais famílias de sua comunidade. O (bom) pastor sempre atento as obrigações familiares precisa prover, além da manutenção da família, toda a organização e o funcionamento de sua residência, incluindo: cuidar da economia da água, energia elétrica, telefone, reparar pequenos defeitos, providenciar a localização e identificação de objetos úteis a família como: caixa de ferramenta (completa), remédios, arame, papel de embrulho, trapos de roupa, jornais velhos, garrafas usadas, caderneta de anotações. Haverá também de merecer grande importância a orientar seus familiares que são um espelho para os demais lares da Igreja.

A vida espiritual da família é de vital importância para o êxito do pastor, principalmente com a realização diária do Culto Doméstico, objetivo constante das investidas do Inimigo que “fará sempre que alguém se machuque, ou que alguém bata a porta, ou que.... são tantas as manhas” visando prejudicar esta necessária atividade no lar.

O pastor ideal é, então, aquele que deve cuidar de sua casa mantendo “um lugar para cada coisa, cada coisa no seu respectivo lugar” – expressão utilizada por Ellis ¹³ para caracterizar organização da vida doméstica do pastor. Observa-se, com freqüência, mulheres e filhos de pastores (já merecedores de uma pesquisa) revoltados e desanimados pela vivência religiosa em virtude da concorrência entre a Igreja e a família, esta comumente trocada por aquela. No entanto, estas são concebidas como parte dos “ossos do ofício pastoral”.

2. CONSTRUÇÃO SOCIAL DA VELHICE: MEMÓRIA E A SOCIEDADE

2.1 A RESPEITO DA VELHICE E AS LIÇÕES DA VIDA SOCIAL

A velhice é um processo pessoal, natural e indiscutivelmente, inevitável na evolução da vida do ser humano. Envolve mudanças biológicas, fisiológicas, psicossociais, econômicas e

¹³ Ellis, E.K. Op. Cit. P.23

políticas, modificando o cotidiano das pessoas. Muitas vezes, padrões sociais atribuídos a partir da idade cronológica dos indivíduos caracterizam a velhice carregada de desesperança, fraqueza, limitações. No entanto, estudos recentes comprovam que o avanço da idade não determina deterioração da inteligência, que esta associada a educação, ao padrão de vida, à vitalidade física mental e emocional.

Em muitas culturas e civilizações, o velho é visto com respeito e veneração, representando uma fonte de experiência, do valioso saber acumulado ao longo dos anos, da prudência e reflexão, contrapondo-se de “ultrapassado” refletida por outras culturas, como a nossa.

Beauvoir (1990) menciona o exemplo dos balineses, que mantiveram uma cultura arcaica até nossos dias, transmitida pela tradição oral, cuja idade é respeitada, embora não confira virtude mágica. Mantém-se uma imagem bem determinada do velho e um estatuto é oficialmente reconhecido:

O papel dos idosos é muito importante, tanto das mulheres quanto dos homens [...]Pede-se a opinião dos idosos sobre tudo. Ao se tornarem muito velhos e incapazes, são chamados de avô e avó. Quando já estão desdentados [...] perdem, então a influencia, mas continuam a ser bem alimentados e tratados. Mesmo fraco e incapaz, em velho pode ser o sacerdote de um templo; deve ter entretanto, um assistente mais jovem, sua função se torna honorária. (Beauvoir, 1990, p.197)

A compreensão que se tem da velhice fundamenta-se pela construção cultural que emerge da sociedade, conforme ressalta Birman:

Juventude e velhice não são concepções absolutas, mas interpretações sobre o percurso da existência [...] conceito construídos historicamente e que se inserem então ativamente na dinâmica dos valores e das culturas que enunciam algo sobre o seu ser.(1995 p.30)

A compreensão da função social do idoso em nossa sociedade esta atrelada ênfase que se da a perda natural da capacidade funcional, mais freqüente com o avanço do processo de envelhecimento do ser humano. Esta perda leva a categorizar idosos não saudáveis e não produtivos, condições incompatíveis com os valores predominantes na nossa sociedade.

A construção social da velhice desprovida de valor, presente na modernidade ocidental, contrapõe-se ao exemplo de algumas sociedades indígenas nas quais a velhice representa o lugar da memória coletiva e dos valores da ancestralidade.

Ainda que reconhecida, as perdas fisiológicas não impedem que o idoso mantenha sua condição de sujeito, respondendo pela transmissão da cultura e vislumbrando possibilidade de promoção a pajé.

A sociedade moderna ocidental não atribui valor a capacidade de detenção e transmissão dessa lembranças. Na cultura do passado, portanto não valoriza o idoso por tal capacidade. Como assinala Pondé (2001), lembranças podem ser associados a conservadorismo e não combinam com a obcecada idéia do novo que permeia nossa cultura, dissolvendo-se o lugar do ancião da memória e da própria noção de tradição.

A mudança de valores que se observa nesse momento histórico também é reconhecida em Magalhães, quando ele aponta.

“Uma visão distorcida e preconceituosa em relação a velhice [...] Suas experiências e seu saber são dispensados, quando são desprezados, na sociedade que valoriza a inovação e subestima o antigo. Tudo é novo é bom, bonito e interessante. Tudo que é velho é ruim, feio, desprovido de interesse. [...] A sociedade contemporânea parece perder o sentido e a importância da memória histórica, cultural e artística e até mesmo natural. Tudo se destrói com rapidez e sem escrúpulos. Tudo se alija sem maiores discussões em nome da expansão econômica e do progresso [...] que interessa aos consumo inesgotável e a destruição de tradições e valores e bens urbanos e rurais. Essa destruição faz os mais velhos sentirem-se como “imigrantes perdidos no espaço.”

Uma possibilidade de reversão desse sentimento pode estar na prática do diálogo em gerações, influenciando na produção de uma cultura por intermédio do cotidiano, conforme estudo realizada por Oliveira (2001). O autor ressalta, ainda a modificação recíproca decorrente desse convívio, podendo levar idosos a redefinir modos de agir e de pensar, bem como crianças a viver mais calorosamente o presente. Para promover o movimento de mudança que favoreça a

transformação, é necessária a presença do desejo e da vontade para, então, tornar-se uma possibilidade de revigorar e enaltecer nos idosos o comprometimento com a vida.

Pode-se tornar a experiência como uma possibilidade a ser valorizada, não por considerar como verdade a idéia de que com a velhice se alcança sabedoria, mas reconhecendo no processo de envelhecimento uma oportunidade para tal. Pondé elucida bem esta questão quando se refere ao conhecimento do velho não como um dogma, e explica:

“Uma pessoa que já viveu o bastante, e que pensa e quem tem chances de conhecer coisas, tem maior numero de instrumentos para pensar do que alguém com 21 anos. (2001, p.41)”

Sem aprofundar a questão de prejuízos decorrentes do uso de estereótipos culturais, não procede a sociedade tratar com discriminação o envelhecimento, que todos alcança. Afinal, o envelhecer inicia-se no momento seguinte ao nascer, caracterizando uma serie de transformações, desde o crescimento inicial do individuo em peso e altura à morte gradativa de neurônios que não são substituídos. Até mesmo o possível desenvolvimento de ramificações neurais por meio de freqüente cérebro, que cresce na medida em que acumula conexões novas, compensando a perda de neurônios, podendo a idade cronológica representar maior quantidade de ramificações. Portanto, sabendo-se que estamos em constante processo de envelhecimento, cabe refletir sobre ações que possam resguardar a dignidade, qualidade e respeito também na fase em que se acumulam muitos anos de vida.

Conhecer informações relativas a perspectivas de vida ao envelhecimento da população acentua a importância de reflexões sobre o papel que a pessoa idosa exerce na sociedade. É o que mostram alguns números divulgados recentemente no mundo inteiro.

Dados da ONU apontam para um crescimento da população mundial na ordem de 66% (de 6 bilhões em 2050), sendo que deve triplicar a quantidade de pessoas com mais de 60 anos (de 600 milhões para 2 bilhões).

Os idosos representarão, então, 25% da população do planeta. Em projeções feita pela ONU para a America Latina, a perspectiva é de quem em 2005 haverá 93 milhões com mais de 60 anos, significando um aumento de 3,5% de idosos que hoje passarão a ser 14,5% da população de 2040.

O Censo 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que somente em São Paulo a população atual é de 10,4 milhões de pessoas, representando cerca de 10 milhões de idosos.

Ressaltar números em torno da velhice é chamar a atenção para a afirmação: as pessoas viverão o maior período de suas vidas como velhas. Por isso, torna-se urgente rever valores, firmar conceitos e instituir práticas para direção de compreender oportunidades psicossociais envolvidas nessa longa fase da vida.

Bobbio (1998,p. 05) aponta diversas recomendações aprovadas pela ONU, em 1982, visando a população idosa, discorrendo sobre a crescente longevidade como um sinal de progresso:

“Anciãos são um recurso e não um peso para a sociedade, pela contribuição inestimável que possam dar uma riqueza acumulada de conhecimento e experiência [...] os anciões devem ser considerados como parte integrante da população e constituem um elemento importante no processo de desenvolvimento da cada Nação.”

Uma das hipóteses que fundamentam a pesquisa ora proposta é de que o idoso pode ser contributivo para a sociedade a partir de trabalhos informais e não remunerados que realiza, seja para sua família ou para sua comunidade.

2.1.1 Pastor Jubilado e as Conseqüências de sua Inatividade Perdendo Autonomia.

O trabalho torna o homem produtivo e independente. É certo que a aposentadoria é um direito e deve ser exigido. Mas, o idoso não deve ser afastado das atividades laborativas, principalmente quando não está preparado e diante de uma aposentadoria com valor irrisório que não lhe proporciona uma vida digna.

A aposentadoria deveria ser a efetivação de antigos sonhos, porem, para a maioria da população é uma queda do poder aquisitivo e o inicio de uma nova luta numa fase envolvida de preconceitos e mitos. O sistema de aposentadoria no Brasil tem muitas injustiças e desigualdades sociais, não permitindo ao aposentado usufruir a vida com qualidade.

A aposentadoria é o seguro para a velhice. Embora, no Brasil, as grandes maiorias das aposentadorias não proporcionam uma vida digna.

Apesar da irrisória aposentadoria recebida por inúmeros aposentados, é aquela que dá meio de sobrevivência a muitas famílias, ante o desemprego em alta escala e a enorme dificuldade em encontrar outro emprego, chegando em alguns casos levarem anos e em outros de até perderem as esperanças de entrar novamente no mercado de trabalho.

As sociedades desenvolvidas reconhecem que deve existir condições para o idoso trabalhar, se assim o desejar. A idade não deve ser motivo de dificuldade para obtenção de um emprego, como também o alto índice de desemprego, ou a alegação de que os mais velhos devem sair de seus trabalhos para dar oportunidades para os mais jovens.

O certo, o justo e o digno é que todos tenham direito ao trabalho.

A inatividade profissional do idoso acarreta uma mudança em relação ao estilo e ritmo de vida, exigindo grande esforço de adaptação, visto que para parar de trabalhar significa a perda do papel profissional, e perda de papéis junto a família e a sociedade. A interiorização emocional dessas perdas socialmente significativas para todos os homens, na maioria das vezes determina o afastamento do idoso na sociedade.

Desta maneira, o distanciamento do aposentado de diversos grupos, faz com que a sociedade também o distancie, não convocando para participar e não reconhecendo a sua existência social.

Ao longo da nossa existência somos submetidos a um processo educativo, que nos induz a um engajamento contínuo, seja pelo trabalho ou pela participação em grupos sociais. Nos responsabilizamos com a sociedade, adquirindo papéis voltados para o trabalho e para a família, entretanto, com o decorrer do tempo, aos poucos perdemos essa autonomia social, principalmente com a aposentadoria.

Sem dúvida que, em muitos casos, o advento da aposentadoria, resulta na desorganização individual e pessoal. O excesso de tempo livre, aliado a pobreza de tarefas e ocupações cotidianas, sem a presença da atividade profissional, faz o indivíduo sentir-se em desigualdade com aqueles que trabalham, sem falar nas dificuldades de manutenção dos relacionamentos

sociais. E assim, o aposentado sente-se isolado, favorecendo a perda da capacidade intelectual, e, conseqüentemente, a desatualização em relação ao próprio mundo.

Por isso, grande parte desta população, que não se dispõe de outros interesses nem de alternativas, para preencher o tempo de lazer cada vez maior, somente sobrara a televisão, os programa de radio e o jogo, como forma de passar o tempo e a diversão. O trabalho mecânico e rotineiro não tinha preparado essas pessoas para outros tipos de atividades nem despertado nela alguns desejos complementares. Surge, então, um sensação de vazio e tédio, não tem nada para fazer e elas próprias não sabem como superar esta situação.

A aposentadoria pode apresentar um perigo para aqueles que estão, preparados para o afastamento das atividades produtivas, ameaçando o equilíbrio emocional e a continuidade harmônica do individuo. Há necessidade de se considerar ações educativas ou de propostas que ajudem os indivíduos a se prepararem e valorizarem o tempo livre.

O envelhecimento e a aposentadoria devem despertar nas pessoas idosas os valores do lazer, com dimensões socialmente produtivas, capazes de reagrupar as diversas funções de outrora que de distribuíam entre o trabalho, a sociedade e a família. Preparar-se para o envelhecimento significa conhecer o processo natural da velhice, seus limites reais, rompendo os preconceitos, e não perdendo a auto-estima que acontece a todos que vêm envelhecimento um tempo exclusivo de perdas e improdutividade e que a velhice é a ultima etapa da vida.

Diante disso podemos verificar as contradições, se de um lado já é fato o acelerado crescimento da população de idosos, por outro lado observamos que a sociedade se omite ou adota atitudes preconceituosas sobre a velhice, protelando a implementação de medidas que visem atenuar os problemas daqueles que ingressam na terceira idade.

As conseqüências da inatividade são: a indiferença, a depressão e o pessimismo. Na velhice o individuo deve continuar desenvolvendo suas atividade normais, sem nenhuma mudança ou encontrar outras que as substituam, procurando superar as restrições pessoais e as apresentadas pelo contexto social.

As pessoas idosas tem o direito de viver com dignidade. Deve-se pensar nas respostas as suas necessidades mais urgentes em matéria de exigências econômicas mediante a aposentadoria: de assistência sanitária, com pessoal capacitado em nível técnico, humano e psicológico; o oferecimento de meios adequados capazes de atender a seus problemas específicos de cultura e

lazer, a fim de que possam preencher com proveito o tempo; soluções para o problema de moradia e adaptações as suas necessidades específicas etc. Tudo isso quer recursos econômicos que em grande parte, devem sair dos recursos do Estado.

No Brasil o assunto trabalho é árduo para o idoso porque quanto mais idade a pessoa menos chance tem de encontrar um emprego. Assim, a própria sociedade pode condenar o idoso a inércia, a frustração e dependência. E, ainda, há os que relacionam a velhice com prejuízo a saúde física e mental. Para muitos a pessoa humana vale pelo que produz, e não pelo que é. Porém, os estudos recentes tem mostrado que os trabalhadores idosos faltam menos, sofrem menos acidentes e tem um rendimento mais constante no trabalho.

2.1.2 Conflitos econômicos da jubilação: uma dura e cruel realidade

Os maus tratos contra idosos constituem situações crônicas, principalmente na cultura ocidental. Apenas, há duas décadas, nos países desenvolvidos e atualmente no Brasil, existe a preocupação de discussões e estudos a violência contra os idosos.

O desamor, a desatenção, a dominação, o egoísmo, o consumismo e o materialismo tornam as relações familiares danosas, particularmente para as crianças e para as pessoas idosas. A maioria dos idosos sofre maus tratos de seus familiares, em sua própria casa, muitas vezes até sem os familiares se darem conta do que pode estar acontecendo. Seja a ação imprensada, inconsciente, sutil, premeditada e sistemática, os maus-tratos não justificam.

“Conforme Lynch, mais de dois milhões de idosos, por ano, são vítimas de violência nos Estados Unidos, principalmente no meio familiar. As informações registradas no relatório da Comissão Especial da Velhice do Congresso Americano, 1981, no âmbito do EUA, 10 % da população idosa já foi vítima de violência. Este relatório expõe, ainda que: [...] o problema é de larga escala, em nível nacional acontece uma frequência que poucos ousariam imaginar. De fato, os maus tratos contra idosos pelos seus familiares ou cuidadores, são apenas ligeiramente menores do que aqueles cometidos contra crianças (U.S. Select Committee on Aging 1981, p.15)”

A violência contra os idosos não é uma fantasia, mas uma realidade que assusta.

Os maus tratos ao idoso classificam-se, de modo geral, em quatro tipos: físico, psicológico, negligência e financeiro. Sendo comum que o idoso sofra, simultaneamente, mais de uma forma de violência.

A violência física é da mais fácil reconhecimento, definida como agressões feitas com a intenção de provocar dor, lesão ou ambas, incluindo abuso sexual. Exemplos comuns são: tapas, socos, empurrões, beliscões, queimaduras, batidas com objetos.

Os maus tratos psicológicos constituem atos realizados com a intenção de provocar dano mental ou emocional. No geral associam-se aos maus tratos físicos. Porém, podem ocorrer isoladamente, sendo de identificação mais difícil. Exemplos comuns: agressões verbais em forma de ameaças (de internação, de abandono), insultos, humilhação, ridicularização, infantilização.

Tais constrangimentos induzem o idoso a aceitar passivamente o papel de pessoa dependente, por exemplo, decidem por ele até o que deve vestir.

Os maus tratos financeiros constituem uso inadequado ou exploração do dinheiro do idoso como: apropriação de aposentadoria, pensão ou uso ilegal de fundos, propriedades e outros ativos que pertençam ao idoso, como renda de investimento, juros etc.

A negligência, segundo Sengstock e O'Brien, ocorre quando há falhas no atendimento das necessidades básicas de um idoso dependente, tais como: alimentação, higiene, vestimenta, remédios, ambiente seguro e etc.

Para Cantera e Domingo, a negligência pode ser passiva, quando é consequência de um desconhecimento ou incapacidade por parte do cuidador, e ativa quando é realizada intencionalmente. A negligência também pode ser auto-infligida, por exemplo, nos casos em que o idoso recusa alimentação, a medicação, ou faz uso excessivo de tranquilizantes e outros.

É certo que muitos casos nem são conhecidos, porque os idosos tem vergonha e por vezes, também querem proteger o ente da família de um processo na esfera criminal, pois o grande número de violências ocorre dentro dos lares, além de temerem o aumento das agressões. A esses sentimentos acresce o de culpa, por acharem que não educaram suficientemente os seus e o descrédito, por conta de uma presunção de senilidade. Dificuldade adicional é representada pela presença de um membro da família que insiste em ficar com o idoso continuamente,

impossibilitando que alguém fale com ele sozinho. É freqüente que as agressões somente são conhecidas quando são fatais.

Somente os casos extremos de maus tratos dirigidos aos idosos chegam ao conhecimento geral pelos meios de comunicação. A grande maioria fica oculta no seio familiar ou das instituições de abrigo. A falta de preparo dos profissionais, a carência de recursos e serviços de amparo ao idoso são fatores importantes que acarretam uma investigação insuficiente desse problema em nossa realidade.

Quando os idosos são agredidos verbalmente, fisicamente e, muitas vezes, não sabem procurar ajuda. Todavia, existem alguns problemas que atendem os idosos.

Os maus tratos institucionalizados têm como causas: a capacitação imprópria número insuficiente de pessoal para o trabalho, supervisão deficiente, trabalho isolado etc.

Em Portugal, os atos de violência contra idosos estão aumentando. Em 2002 chegaram à Associação Portuguesa de Apoio a Vitima (APAV) quase dois mil casos de violência contra os mais velhos. Mais de 261 queixas do que no ano anterior. O agressor tanto é companheiro, como são próprios filhos. O suicídio na terceira idade também é uma realidade. Os números refletem o abandono por parte da família. Os números mais recentes, apresentados num estudo da Sociedade Portuguesa de Suicidologia (SPC), referem que entre 1996 e 1999 registraram-se cerca de 540 suicídios por ano, sendo que a metade foram cometidos por pessoas com mais de 60 anos.

2.1.3 Trabalho pastoral e a inexistência de relação de emprego: um chamado.

“Relação de emprego, pastor de Igreja Evangélica. Não pode ser considerado empregado o pastor da igreja evangélica que presta o seu serviço por convicção religiosa – sem qualquer subordinação jurídica á Igreja – estabelecimento que não exerce nenhum tipo de atividade econômica”.

“Vínculo de emprego – Pastor de Igreja – Não configuração. Ofício religioso prestado pelo pastor difere daquelas atividades de suporte necessárias à existência da Igreja, como por exemplo, a contratação de uma faxineira, de um escriturário, de um pedreiro permanente, etc. Suas atividades confundem-se com a própria função de Igreja, ou seja, da divulgação e pregação do evangelho, segundo a interpretação doutrinária dada pela Igreja. Os valores pecuniários recebidos

para seu sustento advém da contribuição dos fiéis e negócios desenvolvidos pela Igreja, não tendo os mesmos natureza salarial *strictu sensu*. Não visualizados na relação existente entre as partes os elementos previstos pelo artigo 3º da CLT ao reconhecimento do vínculo empregatício, mantém-se a sentença recorrida, negando-se provimento ao recurso ordinário do reclamante.”

“Relação de emprego – Trabalho religioso – Pastor. Inexiste contrato de trabalho entre pastor e sua Igreja. Apesar da atividade intelectual e física, o traço de união e fé religiosa, decorrente da vocação, sem a conotação material que envolve trabalhador comum. Revista parcialmente conhecida e provida”.

“Pastor Evangélico – Relação de emprego – Não configuração. O vínculo do pastor evangélico com a Igreja a que pertence tem natureza religiosa e não econômica. A prestação de serviços, nesse caso, tem como funcionamento a convicção religiosa e não a contraproposta econômica mensurável. O exercício de atividades religiosas é incompatível com o vínculo jurídico de emprego, pois, ao contrário, admitir-se-ia que a fé e a caridade são meros artigos exploráveis para a obtenção de recursos materiais, o voluntário previsto na Lei 9608/98, que afasta o reconhecimento da relação de emprego”.

“Vínculo Empregatício – Inexistência. Inexiste vínculo empregatício entre o pastor e a Igreja, quando a prova dos autos demonstra que a prestação de serviços decorre exclusivamente de natureza religiosa, ligada ao exercício do culto”.

“Pastor. Vínculo Empregatício. Restando comprovado nos autos que a inserção do autor nas funções deu-se *pela fé e ideologia religiosa* pregada pela entidade a qual atendia, não há que falar na configuração vê vínculo empregatício, uma vez que inexistentes nesta relação, os elementos caracterizadores elencados nos artigos 2º e 3º da CLT”.

“Vínculo Empregatício – Não configuração. Inexiste vínculo empregatício entre os litigantes, quando a prova produzida demonstra que o reclamante realizava trabalho voluntário de evangelização, dedicando suas atividades em prol da fé, missão esta que assumiu ao adentrar à congregação religiosa da qual faz parte, surgindo por conseguinte, relação desprovida da proteção laboral”.

“Vínculo Empregatício. Inexistência. Pastor Evangélico. O sacerdócio não é emprego, mas vocação divina, onde o ganho é espiritual e não material. Embora exercido com personalidade e em função de qualidade pessoais, de forma não eventual, o sacerdócio não se amolda ao conceito de emprego. A submissão do pastor à doutrina da igreja decorre na fé que professa e não se

confunde com a subordinação jurídica do empregado. O sustento dos obreiros é bíblico, porém, não caracteriza a onerosidade e a comutatividade necessárias ao reconhecimento do vínculo empregatício. Recurso conhecido e provido para julgar improcedente a ação”.

“ Relação de Emprego – Não configuração. Contando-se de toda a prova dos autores que o autor, como voluntário, auxiliava o padre em vários serviços inerentes à igreja – como na eucaristia, secretaria, serviços de contabilidade, processos de casamento, batismos e outros, atividades livres espontâneas, por amor a Deus e ao próximo e de acordo com a sua convivência, afiguram-se inexistentes os requisitos do artigo 3º da CLT, não se reconhecendo o vínculo empregatício pleiteado”.

“ Trabalho Voluntário. O que diferencia, essencialmente, o trabalho voluntário das demais formas de prestação de serviços, é o fato de que nele a doação desinteressada do prestador, salvo a satisfação íntima, imprime-lhe características que se aproximam muito mais de um estado, do que propriamente de uma função, pois a crença nos ideais e na doutrina propagada se integra à sua própria personalidade. Ou seja, o que define a inexistência da relação de emprego é a condição especial segundo a qual pessoa almeja dedicar-se de corpo e alma à instituição”.

“ Pastor – reclamação contra Entidade Religiosa – Inexistência de vínculo empregatício. O pastor que representa a igreja, exercendo atividades eclesiais e administrativas, sem subordinação, em função do dever religioso pelo qual estava vinculado, não é empregado. A circunstância de ser essa sua única atividade e dela resultar seu sustento, não é empregado. A circunstância de ser essa única atividade e dela resultar seu sustento, não é suficiente para caracterizar o vínculo empregatício”.

“ Relação de emprego – Inexistência – Atividade Pastoral. Dirigente de congregação religiosa, desempenhando atividade pastoral ou sacerdotal na qualidade de “obreiro”, que para os evangélicos é o pastor iniciante, no começo de seu ministério, onde prega, lidera cultos, faz visitas pastorais, recebe dízimos e ofertas, mesmo que exerça, paralelamente, atividades administrativas em sua igreja, além daquelas próprias de seu voto religioso, não pode ser tido como empregado. É que nenhum dos requisitos legais para tal configuração está presente nessa hipótese”.

“ Vínculo de emprego inexistente – Pastor Evangélico. O pastor liga-se às igrejas evangélicas através de vocação religiosa, para o exercício de exclusiva atividade espiritual, que não se

confunde com a atividade profissional. Incogitável a pretendida criação de vínculo de emprego com a Instituição religiosa.”.

“ Pastor Evangélico. Carência de ação trabalhista. A função de pastor evangélico, desenvolvida de forma espontânea e voluntária, por convicção religiosa, não pode ser considerada trabalho, ofício ou profissão, no sentido que a lei trabalhista dá a essas expressões. O trabalho prestado nessas condições transcende os limites do direito objetivo, para integrar-se numa atmosfera ética que não pode ser medida pelos mesmos instrumentos como se avalia o trabalho de natureza econômica”.

“ Relação de emprego – Ministro Evangélico. A subordinação hierárquica do ministro ao pastor da igreja, como no caso do reclamante, trata de vocação religiosa e não tem as mesmas características materiais que envolve a subordinação hierárquica do trabalhador comum. O pastor ou ministro, na verdade, não prestam serviços em proveito da pessoa jurídica da igreja, mas sim em proveito da comunidade religiosa, ou seja, para cada um daqueles da comunidade religiosa, ou seja, para cada um daqueles fiéis frequentadores do templo, não se caracterizando, assim, a relação de emprego desejada”.

“Vínculo Empregatício – Pastor de Igreja. Trata-se de hipótese peculiar, a da função de propagação da vida religiosa, que não se confunde com a prestação de serviços capitulada na norma consolidada. Ao contrário, o cidadão que abraça a vida cristã como opção religiosa, nos casos dos padres, pastores, presbíteros, o faz em nome da fé e sem qualquer objetivo financeiro. A legislação vigente é clara quanto ao tema, equiparando a trabalhadores autônomos “aos ministros de confissão religiosa, e os membros de instituto de vida consagrada e de congregação ou ordem religiosa, este quando por ela mantidos”, consoante o artigo 1º, parágrafo 1º, da Lei 6696/79. Recurso obreiro ao qual se nega provimento”.

“ Relação de emprego – Pastor Evangélico. Não é empregado aquele que divulga a sua fé. Não se trata, tecnicamente, de um trabalho, mais de uma missão. Não se trata de uma profissão de ofício, mais de uma profissão de fé. Não há subordinação jurídica, mas divina. Os aspectos materiais dessa missão decorrem das necessidades da vida moderna, são circunstâncias e não elementos jurídicos de um contrato. São, enfim, coisas de alma e do espírito, coisas do homem com a sua crença e não simples relação de trabalho do homem para o homem”.

“ Relação de Emprego – Pastor – Inexistência. A prestação de serviços pelo pastor à entidade religiosa não pode ser tida como relação de emprego, porque sua natureza é exclusivamente

religiosa, motivada por fatores espirituais que não se identificam ou se resumem em coisas materiais, tendo como fundamento a convicção religiosa e não a contraprestação econômica mensurável. O trabalho religioso não é prestado à igreja, mas à comunidade religiosa, com fins humanitários, buscando um ideal que transcende os limites do direito do trabalho, eis que ausentes os pressupostos dos artigos 2º e 3º da CLT. Ao exercício de atividades religiosas, aplica-se por analogia, o disposto na Lei 9608/98, que regula o trabalho voluntário e afasta o reconhecimento da relação de emprego.

“ Relação de Emprego – Prestação de serviços religiosos – Inexistência. Não gera vínculo empregatício entre as partes a prestação de serviços na qualidade de pastor, sem qualquer interesse econômico. Nesta hipótese, a entrega de valores mensais não constitui salário, mais mera ajuda de custo para subsistência de religioso e de sua família, de modo a possibilitar maior dedicação ao ofício de difusão e fortalecimento da fé que processa. Recurso ordinário a que se nega provimento”.

“ Religiosa. Não reconhecimento. Vínculo empregatício. Religiosa. A religiosa que se dedica 28 anos, na condição de noviça e depois freira, á atividades próprias da Congregação das Irmãs Filhas de Caridade de São Vicente de Paula, não se pode ser considerada empregada da congregação da qual também é parte. A ausência de pagamento de salário durante quase 3 décadas, a natureza do trabalho do artigo 3º da CLT. Relação de emprego não reconhecida. Recurso da reclamante a que se nega provimento”.

“ Vínculo Empregatício – Pastor. Estando evidenciada nos autos a inexistência de qualquer relação empregatícia e que a igreja sobrevive dos donativos e dízimos arrecadados, não há que se falar em vínculo empregatício, mormente quando o próprio recorrente afirma que trabalhava como pastor em razão de convicções religiosas e na utilização de um dom concedido por Deus”.

“ Colaborador religioso. Ausência de requisitos legais. Não configuração. Pregador de entidade religiosa, que se oferece para, como colaborador, realizar os serviços próprios da igreja, como cultos e visitas, com a finalidade de conversão de pessoas para a religião, e outros, não pode ser tido como empregado. Nenhum dos requisitos legais para tal configuração está presente nesta referida hipótese”.

“ Impossível o reconhecimento de pacto laboral entre o pastor e sua igreja. O trabalho do chamado ministro da confissão religiosa tem peculiaridades próprias e está baseado

fundamentalmente na fé decorrente de vocação para as coisas de Deus. Hipótese de carência de ação”.

“ Predominante, e isto para não dizer indiscrepantemente, a jurisprudência brasileira vem pra sempre palmilhando essa rota: Não há contrato de trabalho quando o religioso presta o serviço por espírito de seita ou voto, sem intenção de receber salário”.

“ Entidade religiosa – Inexiste vínculo empregatício quando a prova do autos demonstra que os serviços eram prestados de forma graciosa, como colaboração a uma igreja, em trabalho comunitário por força de convicção religiosa, sem caráter de subordinação”.

“ Relação de emprego. Religioso que presta serviços diretamente vinculados aos fins da igreja, não é empregado nos moldes do artigo 3º da CLT”.

PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ARTIGO 3º DA CLT – EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE EMPREGO

“ IOB 15935 – Relação de Emprego – PASTOR de Associação Religiosa – CARACTERIZAÇÃO DE VÍNCULO. Evidenciando nos autos que o reclamante, na condição de pastor responsável pela igreja nas localidades pelas quais passava, exercia seus misteres com subordinação jurídica perante a associação religiosa, a qual fiscalizava suas atividades, exercendo ainda o poder diretivo e hierárquico, pagando-lhe salário , conforme reconheceu a reclamada através do depoimento do preposto, mantém-se a v. sentença de 1º Grau que reconheceu o vínculo de emprego”.

“ Relação de Emprego. Vínculo de Emprego. Pastor Evangélico. Presentes, in casu, os elementos caracterizadores do liame empregatício (art. 3º, CLT), impõem-se o reconhecimento da existência da relação jurídica de emprego. Recurso provido para determinar a baixa dos autos à origem, para julgamento do mérito propriamente dito”.

2.1.4 O Amor na Preparação de uma Velhice Digna do Pastor

A preparação para uma velhice digna depende de todos nós, individual e coletivamente.

O Serviço Social do Comércio-SESC, desenvolveu uma pesquisa junto aos grupos de idosos, que possibilitou detectar a realidade vivenciada pela grande maioria da população idosa, expressa pelas seguintes características:

- a) Baixo nível de remuneração agravado pela aposentadoria;
- b) Deficiência de programas médico-sanitário para essa faixa etária;
- c) Inexistência de condições que favoreçam a permanência de idosos doentes em seus domicílios, para que se evite o excesso de internações;
- d) falta de programa para aposentadoria;
- e) falta de programas de lazer que proporcionem uma adequada utilização do tempo livre.

A informação acerca dessa fase da vida é condição básica para um envelhecimento digno. O envelhecer com saúde resume-se em assumir comportamentos e costumes de vida saudáveis desde a infância. A verdadeira formação humana é aquela voltada para a educação, o amor, cuidado, promoção e o respeito à vida humana. No processo educativo é importante o envolvimento de todas as idades.

Necessário, também, programas voltados para a saúde dos idosos, capacitação de agentes nessa área e preparação para a aposentadoria através de planos destinados aos trabalhadores e seus familiares, criando espaço de discussão, reflexão e esclarecimentos de dúvidas para que os trabalhadores tenham oportunidade de planejar sua aposentadoria e se ensejar em atividades profissionais ou voluntárias. Essas tarefas devem ser compartilhadas entre governo, empresários e sociedade civil. A aposentadoria tem que ser vista como uma circunstância, uma mudança e jamais uma despedida da vida.

Não podemos deixar de lado o componente subjetivo da pessoa, porque há quem sinta idoso com quarenta anos de idade e outros nem se sentem aos oitenta anos. E isso deve ser respeitado, dando-se ao idoso a oportunidade de continuar em atividade, se assim quiser.

A colocação, se preparar para a velhice, não é ter participação, não é incomodar o menos possível, não é tornar-se invisível ou até falar menos possível. Devemos criar condições para melhor atender a velhice. A condição básica é a partilha de informação acerca desta fase da vida. As condições gerais devem ser completadas com as peculiaridades de cada um. Na verdade, não há parâmetros absolutos, não há esquemas em que todos se devam enquadrar, mas tem que se levar em conta as próprias características, tendências e interesses de cada um. O tipo de sociedade

também influencia e faz com que as pessoas com mais idades se sintam prestigiadas, capazes e em condições de continuar lutando pela vida.

É preciso dar ao idoso ou ao aposentado a opção de querer ou não participar; porém a intenção deve ser a de participação. Contudo, devemos reconhecer a existência de limitações, diferenças individuais, preferências e peculiaridades. Muitos idosos poderiam trabalhar em movimentos voluntários, principalmente naqueles que pleiteiam melhores condições para beneficiar a vida do próprio idoso, utilizando habilidade e experiências anteriores.

A participação não significa, necessariamente, a mesma atividade que era executada anteriormente pelo idoso, podendo ser uma nova e se possível que seja em benefício da comunidade, através de atividades solidárias, tentando vencer a tendência natural à solidão e ao individualismo. Desta forma, toda a sociedade se beneficiará dessa atitude positiva de auto-doação, da experiência e sabedoria das pessoas da terceira idade.

Preparar-se para a velhice significa pensar em novas atividades que poderão ser exercidas na nova vida social.

O idoso deve estar integrado na vida familiar como também, a família deve estar integrada na vida do idoso. Essa participação é fundamental para que haja, reciprocamente, a troca de conhecimentos, de valores, de respeito, de solidariedade e de amor que é o mais importante para o ser humano e principalmente nesta fase, em que o idoso está carente pelas dificuldades que se apresenta pelo acúmulo de anos e pelas batalhas vencidas ao longo da vida.

O governo, sem dúvida, tem que desempenhar o seu papel. Sociedade, a comunidade e cada um de nós não deveriam ficar de braços cruzados e sim contribuir para encontrar e participar das soluções para que a velhice não seja uma doença, mas uma das fases mais belas da vida.

O chamado é para todos trabalharem, envolvendo todas as gerações, inclusive os próprios idosos, para que exista uma sociedade mais justa, sem discriminação por motivo de raça, cor, sexo e idade.

Os direitos conquistados na Constituição Federal, nas leis federais, estaduais, municipais demonstram um avanço com relação à proteção aos idosos e são benefícios para toda a sociedade como também para os futuros idosos. Mas durante muitos anos ainda, a grande maioria da

população de baixa renda, terá que lutar e reivindicar para obter melhores aposentadorias, benefícios de saúde, assistência hospitalar e domiciliar, transporte, alimentação etc.

O indivíduo, ao envelhecer, deve continuar amando a vida porque o futuro é manancial, isto é, uma fonte abundante. O idoso não deve fingir que é jovem para ser aceito e sim estar aberto para admitir novos valores. Em toda fase da nossa vida temos algo para dar, para fazer e muito para partilhar.

O ser humano deve se preocupar com a velhice, no sentido de se preparar para ter uma boa vida social, afetiva e continuar dando sua contribuição para a humanidade. E meio para atingir a felicidade, conforme palavra de Rita de Cássia da Silva Oliveira é “sentimento de ser, de pertencer, de significar, de crescer, de se dar e saborear plenamente a essência da vida”.

O envelhecimento bem sucedido para ser aquele em que a pessoa, em estado constante de experimentação, continua a inventar novas formas de viver e de estar no mundo, a fazer escolhas e a ocupar o seu lugar na família e na comunidade. Aumentando a participação dessa parcela significativa da sociedade na luta solidária e firme nos Conselhos dos Idosos, nos movimentos populares, nas associações, nos grupos sociais, nos sindicatos, para que os governantes implementem políticas públicas e novos direitos sejam conquistados e os já existentes sejam respeitados.

2.2 OS CONFLITOS ENTRE O TRABALHO RELIGIOSO E CONVIVÊNCIA FAMILIAR NA VELHICE

2.2.1 Mitos e preconceitos

O envelhecer, em geral, tem sido para o homem extremamente desagradável, porque o indivíduo começa a sentir que, em muitos aspectos biológicos e sociais, não é mais o que costumava ser. Assim, chega a pensar que a velhice é sinônimo de doença, franqueza e inutilidade.

A velhice é considerada umas fases ruins para algumas pessoas, por acharem que não podem mais serem criativas e, em consequência, se privam de muitas atividades normais, com medo de fracassarem e serem censuradas.

Os mitos precisam ser eliminados e devem ser dissipadas todas as idéias falsas que popularmente se lançam sobre a velhice, dificultando sua compreensão e seu desenvolvimento. Os preconceitos mais comuns são: a inteligência diminui com a idade, o idoso não aprende, o idoso perde a capacidade sexual, o idoso só deve conviver com idosos, velhice é doença, a velhice é uma etapa menos promissora da vida, o idoso está mais perto da morte, idoso não têm futuro e o aposentado é mantido pelo governo.¹⁴

Há quem ache que a velhice seja uma patologia, julgando que o envelhecer têm como consequência a perda da saúde e que especificamente aos 65 anos de idade, se sofre uma repentina degradação, física e mental. Isso, porém, não é verdade. A maioria das pessoas, aos 65 anos, gozam de boa saúde e não sentem declínio tão significativo que possa comprometer o seu bem-estar.¹⁵

A inteligência não diminui, nem acaba, a não ser por motivo de doença. O idoso tem a capacidade aprender, principalmente, o que ele quer. Os estudos realizados não conseguiram demonstrar que haja declínio importante da inteligência com a idade. Na maioria das pessoas a inteligência permanece intacta. Apenas em alguns casos, dos 80 a 85 anos, as funções intelectuais podem diminuir mesmo no envelhecimento normal.¹⁶

No decorrer do processo de envelhecimento, algumas alterações fisiológicas podem acontecer, com a diminuição do peso do cérebro e do número de neurônios em atividades. Essa diminuição é progressiva e de modo algum impede o funcionamento mental do idoso. E se algumas aptidões intelectuais podem diminuir, outras podem melhorar. Antes de avaliar a extensão da perda da capacidade intelectual do idoso, precisa-se avaliar a sua percepção sensorial, isto é, visão, audição, olfato, tato e outros sentidos. Ainda, os aspectos intelectuais do comportamento estão sempre relacionados aos aspectos intelectuais do comportamento estão sempre relacionados aos aspectos afetivos, como as motivações, os interesses que nos ligam à

14 CNBB, Manual, cit., p. 55; María Rosario Limón Mendizábal e Juan Antonio Crespo Carbonero, Grupos, cit. p. 102

15 María Rosario Limón Mendizábal e Juan Antonio Crespo Carbonero, Grupos, cit., p. 103.

16 CNBB, Manual, cit., p. 55; João Batista Lima Filho, Envelhecer, cit., p. 23; María Rosario Limón Mendizábal e Juan Antonio Crespo Carbonero, Grupos, cit. p. 103

vida, apesar do envelhecimento e dos problemas que poderão ou não existir. Os idosos continuam aprendendo, embora, de outra forma, com outro ritmo, com outros interesses.¹⁷

A memória nos permite reter as informações e as nossas experiências de vida que são armazenadas durante alguns segundos, minutos, horas, por muitos anos e a vida toda. Vários fatores podem ser responsáveis pela perda da memória e causando dificuldades no armazenamento das informações.¹⁸

Os problemas visuais e auditivos não permitem que as pessoas recebam bem as informações e, por causa disso, não as armazenam corretamente na memória. Os fatores psicológicos influenciam na perda da memória. O cansaço, a solidão, a tristeza, o estresse, a depressão, com baixo-estima, pode levar a pessoa a sentir dificuldade em se motivar ou em fazer esforço para se recordar, podendo até perder o interesse pelos acontecimentos presentes. A amargura e a falta de ânimo para a vida, inconscientemente, pode levar a pessoa a esquecer de tomar remédios, de tomar banhos e outros cuidados. Os alcoólatras, o que usam indevidamente medicamento para dormir e calmantes podem ter a sua memória afetada.¹⁹

A memória imediata e de curto prazo, em algumas pessoas, pode sofrer declínio, mesmo conservando sua capacidade intelectual, como, as dificuldades na evocação de lembranças recentes. Trata-se de pequenos esquecimentos que põe os idosos em pânico e que são muitas vezes inevitáveis. Por exemplo, a idosa que esqueceu o que ia fazer quando abriu a geladeira; da idosa que esqueceu a panela de feijão no fogo e quase incendiou a cozinha.

Quando ocorre com um jovem, há sempre uma boa desculpa, mas se acontece com uma idosa, ela está ficando ‘esclerosada’²⁰

Os idosos podem ter dificuldade para reter informações que não têm interesse para eles e os acontecimentos desagradáveis podem ser inconscientemente esquecidos. A memória visual e olfativa permanecem mais tempo intactas do que a auditiva e as relações espaço-tempo, isto é, onde e quando. Os idosos conservam sua capacidade de aprendizagem e são capazes de adquirir novos conhecimentos, se colocados em situação apropriada, isto é, em situações em que o fator

17 João Batista Lima Filho, *Envelhecer*, cit., p. 23 e 24; Antonia Maria de Oliveira Sena de Santos, *O imaginário de envelhecer*, (nine@mma.com.br), 24 de março de 2002, www.psiconet.com/tiempo/ (tiempo El portal de La psicogerontologia).

18 João Batista Lima Filho, *Envelhecer*, cit., p. 27

¹⁹ Idem

²⁰ Idem

tempo não for o importante. Na maioria das vezes, sua aprendizagem depende mais da motivação do que da memória. A atividade mental permite conservar a eficácia da memória.²¹

O contexto total de vida da pessoa, de modo geral, influencia no que é retido e aprendido. Por exemplo, as situações de aprendizagem são diferentes quando o idoso é um trabalhador rural, pobre, analfabeto, com poucos contatos sociais, ou com um idoso metalúrgico, urbano, com primeiro grau completo, com acesso à mídia (TV, rádio, jornal, revista...) e participante de seu sindicato. Isto significa que a aprendizagem e a memória têm muito a ver com o meio em que a pessoa vive, com sua visão do mundo e dos outros.²²

Quando os esquecimentos vão aumentando progressivamente, chegando a interferir nas atividades da vida cotidiana do idoso, como todo dia esquecer de tomar os remédios, de tomar banho, de dar os recados de alguém, mesmo tendo sido anotados, de perder-se na rua e não conseguir voltar para casa, nesses casos, o idoso precisa ser encaminhado ao médioco para avaliação e diagnóstico.

Outro mito é com relação à vida sexual que continua normal. A redução ou a freqüência das relações sexuais, nesta fase, dependem de cada indivíduo.

É inconcebível que muitos pensem que o idoso deva conviver somente com idosos. A transmissão do patrimônio cultural vivo representa a melhor herança que os jovens podem receber dos idosos. O idoso deve conviver com outras faixas etárias porque têm muito a dar e receber. Normalmente, é a sociedade que transforma o idoso numa pessoa passiva e solitária.

Outro preconceito que não deve prosperar é que o idoso está mais perto da morte. A doença e a morte não são exclusivas só da velhice, pois também correm tais riscos as outras faixas etárias.

Absurdo é achar que o idoso não têm futuro e que é mantido pelo governo. O ser humano é essencialmente produtivo, não importa a idade, por isso têm sempre futuro. E a aposentadoria representa segurança diante do infortúnio e também o direito de receber as contribuições que foram pagas, servindo para dar uma qualidade de vida melhor. A aposentadoria é um direito e não deve ser encarada como um peso para o Poder Público e para a sociedade.

²¹ João Batista Lima Filho, *Envelhecer*, cit., p. 31 e 32

²² João Batista Lima Filho, *Envelhecer*, cit., p. 37

Os preconceitos e mitos têm sua origem, de modo geral, na falta de informação a respeito de um grupo de pessoas ou de uma determinada realidade. A superação somente é possível através de esclarecimentos e educação. A sociedade precisa ser esclarecida dos pontos duvidosos para que possa ter uma perfeita compreensão da realidade das pessoas idosas. Na terceira idade a preparação para a aposentadoria, a reconstrução dos objetivos de vida, a compreensão do processo de envelhecimento e a promoção de uma boa saúde mental podem ajudar os idosos a vencer os preconceitos e os mitos. O programa para atingir a felicidade é o sentimento de ser, de pertencer, de significar, de crescer, de se dar plenamente a essência da vida.²³

2.2.2 Expectativa de Vida Após a Jubilação

A população mundial está envelhecendo rapidamente e o seu processo deve triplicar até o ano de 2050. Nesse ritmo, por volta de 2050, pela primeira vez na história da espécie humana, o número de pessoas acima de 60 anos será maior que o de criança abaixo de 14 anos. Segundo a ONU, a população mundial deve saltar dos 6 (seis) bilhões, constatada no ano de 2000, para 10 (dez) bilhões em 2050. No mesmo período, o número de pessoas com mais de 60 anos deve triplicar, passando de 600 milhões para 2 bilhões, ou seja, quase 25% da população do planeta. A expectativa de vida nos países desenvolvidos, em 2050, será de 87,5 anos para os homens e 92,5 para as mulheres (contra 70,6 e 78,4 em 1998). Já anos países em desenvolvimento, será de 82 anos para os homens e 86 para as mulheres (contra 62,1 e 65,2, em 1998).²⁴

As estatísticas demonstraram quem em todos os países o índice médio de vida cresceu significativamente, embora haja desproporção alarmante e ofensiva, entre as regiões mais ricas e as mais pobres. Se nos países desenvolvidos a média de idade é de 80 anos, em outros países africanos é de 35 anos. No caso da Espanha, trata-se de país da Comunidade Européia em que os homens atingem a mais elevada média das idades (74 anos), acima até do Estados Unidos, ao passo que as mulheres ocupam o terceiro lugar, depois da França e da Holanda, com 80 anos em

23 CNBB, Manual, cit., p. 131; João Batista Lima Filho, Envelhecer, cit., p. 41; Rita de Cássia da Silva Oliveira, Teorias, conceitos e preconceitos, A terceira idade, revista nº25 – agosto de 2002, SESC/SP, p. 39

24 Marcus Aurélio de Freitas Barros, Direitos dos Idosos, WWW.mpdf.gov.br, conforme trecho da matéria publicada no jornal O Estado de S. Paulo, em 10 de abril de 2002, sob título “Número de idosos no mundo deve triplicar até 2050”

média. Este envelhecimento atinge também os países menos desenvolvidos economicamente, tradicionalmente com taxas de mortalidade elevada.²⁵

Portugal está envelhecendo rapidamente, mais do que os outros países. Há cerca de seis anos ocupava o décimo primeiro lugar a nível mundial em taxa de envelhecimento. Neste momento ocupa o sétimo lugar. Os idosos já são mais que os jovens. Segundo os especialistas, por volta do ano 2030, a população idosa com mais de 65 anos será 25 da população. Existem áreas em Portugal em que os idosos são cinco vezes o número de jovens. A taxa de envelhecimento tem tido esta evolução porque resulta:

- a) Da diminuição constante da taxa de natalidade, em que as gerações deixam de ser substituídas numericamente e os adultos e os idosos aumentam no total. O declínio da taxa de natalidades está associado a diversos fenômenos, como a redução da nupcialidade, o casamento tardio, a emancipação da mulher se a sua maior participação no mercado de trabalho. Também a generalização dos métodos contraceptivos e os encargos sociais de uma família numerosa são fatores que condicionam uma baixa de nascimentos;
- b) do aumento significativo da esperança de vida, resultante das melhores condições sociais e tecnológicas, dos progressos da medicina preventiva, curativa e reabilitadora.²⁶

Adicionalmente, acentua-se o desequilíbrio entre homens e mulheres, devido ao forte aumento de longevidade feminina em relação à masculina e o aparecimento da designada quarta idade, a partir dos 85 anos aproximadamente.²⁷

No ano de 2000, em Portugal, 1.533.800 pessoas tinham mais de 64 anos, ou seja, 15,3% da população total. Atualmente, a esperança média de vida para um português é de 73 anos para os homens e 80 anos para as mulheres. A esperança de vida saudável é de 62 anos para o homem e 69 para as mulheres.²⁸

25 Eduardo López Azpitarte, *Idade*, cit., p. 16; www.paroquias.org, Valorizar os idosos, humanizar as sociedades, fonte eclasia, 2004

26 Rosa Maria Lopes Martins, *Envelhecimento Demográfico*, www.radioansiaes.nostri.pr; José Gomes Ermida, Portugal é um país de velhos, *Jornal de Coimbra on line*, 24 de julho de 2002, [HTTP://jornaldecoimbra.pt](http://jornaldecoimbra.pt).

27 Rosa Maria Lopes Martins, *Envelhecimento*, cit., www.radioansiaes.nostri.pt;

28 Viver mais tempo, www.ifa-fiv.org/menu7-demographie, 2002; A sociedade portuguesa nos próximos 50 anos, tal como a de todos os países desenvolvidos, será necessariamente uma sociedade muito envelhecida, com quase 1/3 da população com mais de 65 anos, reduzida a importância da juventude e uma diminuição da população ativa. Essa modificação abala a estrutura e as relações dentro da família e cria potenciais limitações econômicas para a capacidade de transferência de recurso dos ativos para os não ativos. A sustentabilidade do capital social (educação,

Na Alemanha, mais de 16% da população têm mais de 65 anos (19% das mulheres e 13% dos homens). Isto significa que existem hoje na Alemanha mais pessoas com mais de 65 anos do que pessoas com menos de 15 anos. No ano de 2030, mais de 26% dos alemães terão mais de 65 anos (quase 29% das mulheres e 23% dos homens). Em 2050 prevê-se que uma em cada três mulheres (32%) e um em cada quatro homens (25%) na Alemanha tenham mais de 65 anos. Neste momento, a esperança média de vida na Alemanha é de 77 anos (74 para os homens e 80 para as mulheres). Estatisticamente, um homem que tenha hoje 60 anos, viverá mais 19 anos, enquanto uma mulher da mesma idade tem uma esperança de vida de 83 anos. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), na Alemanha a esperança de vida saudável é de 69 anos (67 anos para os homens e 71 para as mulheres).

Em Espanha 16% da população têm mais de 65 anos. Mensalmente, cerca de 36.000 pessoas ultrapassam este limite etário. A esperança de vida é a mais elevada da Europa e, por conseguinte, do mundo, aproximadamente de 75 anos para os homens e 82 anos para as mulheres, em 1998. A Espanha conheceu uma verdadeira revolução no que se refere à esperança de vida, graças à melhoria dos cuidados de saúde, ao progresso de ciência médica e à melhoria das condições de vida. Atinge, agora, a velhice 85% da população. Proporcionalmente, existe hoje um maior número de pessoas idosas com mais de 65 anos devido à diminuição das taxas de mortalidade geral, infantil e o fato dos casais terem menos filhos.²⁹

Atualmente, 16% da população francesa têm mais de 65 anos. Este número poderá alcançar cerca de 30% em 2050. Poderá haver 4 (quatro) milhões de pessoas com mais de 80 anos em 2020 e 7 (sete) milhões em 2040. Na França, a esperança de vida é de 74 para os homens e 82 para as mulheres. Esta diferença entre os dois sexos é a maior de todos os países da União Europeia. A esperança de vida das mulheres francesas é a mais elevada do mundo, depois das japonesas. Contudo, a esperança de vida dos homens corresponde à média da União.³⁰

saúde, justiça, cultura) e a coesão do tecido social e económico da sociedade portuguesa só serão possíveis se existir uma estratégia global da idade e não apenas na juventude, da população ativa, da terceira idade, onde a política familiar, a sociedade e as famílias desempenham um papel importante no esforço da solidariedade entre gerações, na transmissão de valores, na realização de seus membros. Assim se contribui para a superação das limitações cada vez maiores da ação do Estado de forma a assegurar a qualidade de vida de todos. (Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança, A família está em acelerada transformação em Portugal, Lisboa 26 de junho de 2003, potal@sg.mssfc.gov.pt).

29 Viver, cit., www.ifa-fiv.org/menu7-demographie; María Rosario Limón Mendizábal e Juan Antonio Crespo Carbonero, Grupos de debate para idosos, São Paulo: Edições Loyola, 2004, p.17.

30 Viver, cit., www.ifa-fiv.org/menu7-demographie.

No Reino Unido (Inglaterra, País de Gales, Escócia, Irlanda do Norte) 18% da população têm mais de 65 anos. Em 2031, aproximadamente um quarto da população (23%) terá mais de 65 anos. Prevê-se que o crescimento abrange e em 2051, apenas 24% da população inglesa tenha mais de 65 anos. Atualmente, a esperança média de vida de uma pessoa no Reino Unido é de 77 anos (75 anos para os homens e 79 para as mulheres).³¹

Na União Européia (Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido, Suécia) a esperança média de vida é de 78 anos (74 anos para homens e 82 para as mulheres). O conceito de esperança de vida saudável (também denominado esperança de vida ativa ou esperança de vida sem incapacitação) refere-se ao número médio de ano que as pessoas poderão esperar estarem livres de limitações funcionais devido a uma ou mais doenças crônicas. É difícil comparar com precisão medidas de esperança de vida saudável entre nações devido às diferenças conceituais e de cálculo. Mais um em cada três europeus tem mais de 50 anos e um em cada cinco tem mais de 60 anos. No início do século XX, a esperança de vida na Europa era de 47 anos. Este valor atingiu os 65 anos no início do século XXI. Em 2050, estima-se que a população européia tenha uma esperança de vida de 77 anos, em média.

O Brasil, embora historicamente reconhecido como um país de jovens, vem envelhecendo a passos largos e assumindo um papel de realça neste processo de crescimento da população de terceira idade.

No crescimento demográfico do Brasil, segundo dados preliminares do Censo de 2000 do IBGE, a população total do nosso País alcançou 170 milhões de pessoas, sendo que 8,6% são idosos. Há projeções feitas pelo IBGE, segundo as quais, em 2050, a população brasileira alcançará 238 milhões de habitantes, dos quais 52 milhões (cerca de 22%) terão atingido mais de 60 anos de idade. Com esta situação, almeja-se que a expectativa de vida chegue aos 73,6 anos, bem maior do que a atual que é de 68,5 anos. Projeções recentes mostram que este segmento poderá vir a ser responsável por quase 10% da população total no ano de 2020. Além disso, a

31 Viver, cit., www.ifa-fiv.org/menu7-demographie. Viver, cit., www.ifa-fiv.org/menu7-demographie.

proporção da população mais idosa, ou seja, a de 80 anos e mais, também está aumentando a composição etária dentro do próprio grupo.³²

O nosso País precisa mudar o modo de tratar as pessoas idosas. A velhice, nos tempos atuais, ainda é encarada como um peso social. Os idosos são discriminados, sofrem preconceitos e são isolados do meio social. A estrutura hospitalar não está voltada para a população idosa, o modelo de previdência é caótico e inconsciente, como se constata nos baixos valores de pensões, aposentadorias e mais intermináveis filas junto ao INSS.

As possíveis mudanças estruturais que se apontam, principalmente, com o Estado do Idoso, responderão pela melhoria da qualidade de vida da população, mas também, haverá necessidade de novos conceitos e a reeducação quando à velhice.

O correto é entender a velhice como uma circunstância ampla com múltiplas dimensões. A sociedade, felizmente, embora em tênue movimento, está revendo esta cegueira política em relação a esta fase da vida, procurando reintegrar as pessoas idosas no contexto social. E, também já é possível se ver um ou outro movimento expressivo e crescente dos próprios idosos, conscientes e atuantes, que não aceitam essa situação de pouco e abandonado.

No mundo ocidental, com a industrialização assiste-se ao desaparecimento dos modelos de família baseados na economia da terra. O trabalho especializado leva a uma estratificação e segregação das faixas etárias: os que aprendem, os que produzem e aqueles que saíram do ciclo produtivo, onde se incluem os idosos.³³

Portanto, nas sociedades desenvolvidas sob o ponto de vista industrial e tecnológico e condição dos idosos é ambivalente: de um lado, são cada vez menos integrados na família e na sociedade; por outro, ao contrário, têm um papel fundamental, na medida que cuidam e educam seus netos para que seus filhos possam trabalhar. Ainda, em geral, existe atitude social de tratá-los de forma paternalista, negando-lhes as suas qualidades de interlocutores válidas e desrespeitando as suas individualidades.

32 Marcus Aurélio de Freitas Barros, Direito dos idosos, (www.ibge.gov.br) www.mpdtf.gov.br/promoj/prodide/dieitos; Ana Amélia Camarano (coordenadora) et al, Como vai o idoso brasileiro?, Ministério do Planejamento, orçamento e gestão, Serviço Editorial, Rio de Janeiro, dezembro de 1999, p.1.

33 Rosa Maria Lopes Martins, Envelhecimento, cit., www.radioansiaes.nostri.pt

A sociedade voltada para a economia e o lucro valoriza as pessoas pela sua utilidade e penaliza aqueles que não são produtivos. Desrespeitando o ser humano que têm deveres, mas, sobretudo direitos que não são podem ser deixados de lado.

Em resumo, diante do envelhecimento demográfico, as sociedades têm os seguintes desafios: a) declínio da população ativa e envelhecimento da mão de obra; b) pressão sobre os regimes de aposentadoria, pensão e as finanças públicas provocada pelo número crescente de aposentados e pela diminuição da população em idade ativa; c) necessidade crescente de cuidados de saúde e assistência às pessoas idosas; d) diversidade dos recursos e das necessidades dos idosos; e) à inatividade abrupta que cria sentimentos de inutilidade, rejeição e afastamento.

O envelhecimento não têm sido encarado ao longo dos séculos da mesma maneira. O conceito de velhice têm sofrido grandes alteração decorrentes da forma de se perceber e sentir a velhice, variando estas de acordo com as diferentes culturas e evoluções das comunidades. De fato, envelhecer a cinquenta anos atrás não constituía um problema, era encarado como um fenômeno natural, na medida em que poucas pessoas envelheciam e o aproveitando e a imagem que a sociedade tinha era diferente daquela que se têm hoje. Portanto, a sociedade mais consciente não pode admitir, atitudes que, antes mesmo da morte biológica, se decreta ao idoso a morte social como: aposentadoria que tira o idoso do seu círculo de relações contra a sua vontade, internamento em asilo, inatividade social, abandono, etc.

O problema não é a existência de idosos porque o aumento demográfico desta população demonstra a evolução do ser humano. O problema é não existir interesse para que os idosos tenham vida digna e sejam cada vez mais saudáveis.

2.2.3 O trabalho sem salário como produto econômico

O grupo de pessoas que fez parte dos trabalhadores pesquisados foi composto por 4 mulheres e 2 homens, sendo a maioria viúvos (5) e apenas 1 casado. As idades variam entre 60 e 81 anos, conforme mostra a tabela abaixo:

Do que vivem?

Todos recebem algum tipo de aposentadoria. Portanto, fazem parte do percentual de idosos beneficiados pela Previdência Social. Segundo Serapiao (2002, p.96) representam 32% pelo sistema da Previdência.

Aposentadoria do Conjuge + aluguel de imóvel..... 2

Aposentadoria própria + Aposentadoria do cônjuge + aluguel do imóvel.....1

Aposentadoria própria + Rendimentos de negocio da família.....1

Aposentadoria própria ou do cônjuge + ajuda de filhos.....2

Mesmo considerando que a maioria conta com alguma complementação própria, como alugueis, dois dos entrevistados tem rendimento inferior ao médio divulgado pelo IBGE, que é de R\$675,00, segundo o Censo de 2000.

Onde vivem?

A maioria dos entrevistados (5) moram na Zona Sul da cidade de São Paulo, sendo que 1 desses esta num bairro mais distante do centro. Outro entrevistado mora na zona leste, em Guaianases, bem distante de bairros centrais da cidade.

Brooklin 2

Itaim Bibi2

Socorro1

Guaianases1

Como vivem?

Todos são proprietários da casa onde moram, totalizando 06(seis) casas.

Pode-se dizer que fazem parte da estatística apresentada pelo IBGE: conforme o Censo 2000, dos idosos responsáveis por domicílios, 64,7% moram com ou sem cônjuge, mas com filhos e/ou outros parentes na mesma casa, como se pode ver no item discriminado a seguir.

Quais as ajudas financeiras constantes que dão aos filhos e netos?

Identificou-se uma tendência entre as pessoas pesquisadas de favorecer a condição financeira da família por intermédio de “ajuda moradia”, podendo significar ter filhos e respectiva família morando consigo ou disponibilizar para tal.

Moradia = 4 + 1³⁴

Pagamentos de algumas contas, despesas = 1

Esses dados estão de acordo com a informação apontada pelo Censo 2000, segundo o qual 62,4% dos idosos são responsáveis pelos domicílios.

Quais as ajudas financeiras que recebem dos filhos e netos?

Por outro lado, observa-se que duas pessoas recebem ajudas habituais na manutenção das contas de serviços e produtos básicos. Em um dos casos, a tendência é da situação ser temporária.

Pagamentos de contas, tais como: água, luz, telefone e produtos básicos de mercado = 2.

Outras duas pessoas recebem ajudas esporádica, quando da falta de pagamento por parte de inquilino ou por ocasião de algum recebimento extra percebido pelos filhos.

Pagamento de contas, tais como água, luz, telefone e produtos básicos de mercado = 2.

Contam com quais serviços de apoio?

Metade da população entrevistada dispõe de um prestador de serviço durante boa parte do tempo, para fazer basicamente comida e serviços de arrumação e limpeza de casa. Dos demais, um deles tem uma pessoa para fazer limpeza pesada, os outros dois não contam com ajuda de ninguém. Pode-se considerar que a amostra deste estudo é coerente com a notícia de queda da procura por empregada doméstica em São Paulo.³⁵

Empregada doméstica = 3

Diarista = 1

Como foram “as pagas” por trabalhos realizados no decorrer da vida?

Apenas uma pessoa entre os entrevistados nunca teve um trabalho assalariado, e atualmente os seis entrevistados não recebem salário algum.

Nunca foi remunerado = 1

Remunerado em poucos momentos = 1

Remunerado por um bom tempo = 2

34 Até recentemente o filho, a nora, a neta e seu cachorro moraram por mais de dois em sua casa.

35 Segundo informações obtidas no endereço eletrônico:

[HTTP://www.uol.com.br/folha/dimenstein/imprescindivel/dia/gd220702.html](http://www.uol.com.br/folha/dimenstein/imprescindivel/dia/gd220702.html), artigo “Contratação de domésticas cai 90% em São Paulo”

Remunerado por muito tempo = 2

Quais trabalhos/tipos de funções são hoje desempenhados pelas pessoas pesquisadas?

Cuidador de neto(a) = 5

Serviços domésticos = 3

Costureira = 1

Vendedora de loja de roupas = 1

Motorista = 2

Atenção a idosos (monitoria) = 1

Trabalhos manuais = 1

Serviços administrativos = 1

Desenvolvimento de pessoas = 1

Facilitador de desenvolvimento de grupo = 1

Quem são essas pessoas (breve apresentação)³⁶

Pasto Alegria

Sr Alegria tem 68 anos, viúvo, tem uma filha, dois filhos e três netas.

Morou durante anos com a esposa e os filhos junto com seus pais. Por causa da constante movimentação, a casa era conhecido como a casa da alegria. Atualmente tem a filha e a neta morando consigo e cuida da pequena Alegreta (7), quando a mãe esta trabalhando. Frequentemente a neta de 10 anos também esta em sua casa. Ela ajuda a criar o filho de uma moça que trabalhou com a família por um bom tempo, hoje com 15 anos, e que até um ano atrás morava, durante a semana, em sua casa, passando com a mãe só o fim de semana. Durante este período envolvia-se com tarefas diárias ligadas à educação do menino, idas e vindas a colégio, médicos, etc. Hoje ele passa a semana com a mãe, e os fins de semana Dona Alegria, pois andou tendo problemas de faltas na escola. Dona Alegria e a mãe do menino decidiram que assim seria melhor.

36 São usados nomes fictícios, preservando a identidade das pessoas na pesquisa. Inclui nesta apresentação como tais pessoas chegaram a pesquisadora, conforme mostram as respectivas referencias.

Referencia: a partir de minha observação, vendo-o buscar a neta na escola onde estudo minha filha.

Pastor Arte

Pastor arte tem 81 anos, é viúvo há dez anos, tem uma filha, um filho e três netos. Passou por adversidades de ordem financeira e familiar, não deixando de ensinar assiduamente nos últimos 50 anos, trabalhos manuais no salão de uma igreja no bairro do Itaim Bibi. Há algum tempo, também em um hospital da prefeitura da região de Socorro.

Ajuda na organização e na venda de roupas seminovas doadas da Igreja.

Referencia: indicado pela coordenadora de trabalhos sociais da Igreja do bairro, pelos serviços que presta aquela comunidade.

Pastor Faz tudo

O Sr. Faz Tudo tem 69 anos, é casado, tem três filhas e um neto.

Aposentado há cerca de 14 anos, considera não ser do temperamento que fica parado, continuando preenchendo seu dia com trabalho, ainda que respeitando alguns momentos de descanso, com uma sesta, sempre que possível.

Cuida dos serviços bancários, contábeis e de manutenção predial da empresa pertencente à família, no ramo de estética. Da suporte as filhas em assunto que vão desde a marcação de uma consulta medica, passeios e idas a médicos com o neto, manutenção de veículos, até a busca de recursos, contato, orçamentos e informações técnicas necessárias a montagem do consultório dentário para uma delas.

Contribui financeiramente no pagamento de despesas como faculdade, assistência medica, manutenção de veiculo, em especial a filha solteira.

Referencia: a partir da observação de meus pais, vendo-o passar diariamente com o neto e envolvido com assuntos relacionados às filhas.

Pastor Ajuda

Tem 70 anos, é viúvo há oito anos, teve quatro filhos, sendo que o primeiro deles, já falecido, foi portador da Síndrome de Down. Nascido em Portugal, veio para o Brasil ainda menino. Cuida da

neta enquanto os pais trabalham, recebendo-a todos os dias em sua casa logo cedo, preparando seu almoço, ajudando nas tarefas escolares e buscando no colégio. Até recentemente, teve seu filho, a nora, a neta e sua pequena cachorra morando com ela durante pouco mais de dois anos, tendo que realizar os afazeres da rotina de uma família de quatro pessoas. Sempre envolvido com trabalhos voluntários na comunidade deu assistência a uma creche durante muitos anos. No momento visita asilos, participando da Pastoral da Saude ligado a uma igreja do bairro.

Atualmente esta em tratamento, acometida por uma recorrente doença no pulmão.

Referencia: a partir do meu contato com a coordenadora de um grupo de pessoas que se reúne quinzenalmente, ligadas a uma igreja. O próprio pastor se prontificou a participar da pesquisa, em função do trabalho que realiza.

Sr Ministro

Sr. Ministro tem 60 anos, é viúvo há cinco anos, tem uma filha, dois filhos e duas netas. Nascido no Piauí, mora em SP há 40 anos. Moram com ele o filho mais novo (20) e uma empregada.

O Sr.Ministro da assistência a família nos cuidados com as netas, sempre que necessário, sendo mais freqüente o apoio a filha e a neta que moram sozinhas, com as quais permaneceu quase seis meses, no ano passado, quando o nascimento da neta, dando apoio e cuidando de assuntos administrativos da casa/família. Trabalha na comunidade, destacando-se no serviço que presta por meio do grupo de evangelização; o apoio dado a uma criança vinda do Piauí e em tratamento aqui em São Paulo, buscando facilitar condições de estadia e tratamento, contatando pessoas e cuidando freqüentemente da locomoção da criança e seu acompanhante.

2.2.4 A manutenção dos valores na visão dos familiares do pastor jubilado

Percebe-se a presença do amor na obtenção de ganhos recíprocos, no decorrer da análise das entrevistas com as pessoas pesquisadas e das respostas aos questionários por aqueles que representam a sociedade ao redor dos mesmos.

Falas que confirmam o que Izquierdo vem apontando no meio científico a partir de sua experiência de vida e de seus conhecimentos das neurociências: além de sólidas evidências de

que a capacidade de amar depende das funções do córtex cerebral, que é maior e mais evoluído no humano que nas demais espécies [...] a maior prioridade que todos nos temos como seres humanos, é o amor, com as muitas facetas e formas de expressão (Izqueirido, 2002, p.47)

Amor, ainda segundo o autor, que pressupõe respeito e dialogo. Envolve, além de relações carnavais, o amor-próprio, aos filhos, aos netos, ao outro; bem como aquele amor que compartilhamos com o próximo: a comunidade, o país o mundo. Esse grupo de pessoas evidenciou que ao redor das atividades não remuneradas praticam o amor, através da amabilidade e solidariedade envolvidas nas relações familiares ou comunitárias.

É o caso do Pastor Alegria. Fica furiosa quando pensam em distanciá-la das atividades com os netos, como ele mesmo diz: Eu tenho ciúmes quando os outros falam de arrumar uma pessoa para ajudar a tomar conta. Não quero. Não gosto.

E também o pastor ajuda, segundo sua filha, mães das crianças das quais cuida, fez o seguinte comentário:

Falei de colocar na creche e ela falou que não morreu ainda; fica bravo. Diz que os netos não são para ficar em creche. Para mim é bom do lado pratico, pois ela me ajuda bastante e naturalmente não gasto. Mas eu acho que é um pouco de abuso, as vezes pela idade dela, pois cuidar de quatro crianças que não são obedientes não e tarefa fácil.

Cabe ainda falar do pastor alegria, mesmo com medo de sofrer pelo apego de vem criando na convivência com a neta de quem cuida, não poupa olhares e emoções em torno dela:

Ela (a neta) esta precisando de muita atenção e eu dou essa atenção que ela esta precisando (...) Ao sair procuro sempre trazer um presente para ela. Hoje mesmo quis comprar um presente, mas a mãe não deixou (...) mas ela quer ter o larzinho dela né? Precisa Ter. Acredito que esteja feliz aqui (Pastor Alegria)

Todo esse amor pela neta é claramente percebido por sua filha ao considerar que “o carinho e dedicação que tem com filha são maravilhosos”.

O Sr.Faztudo, dedicando todo seu tempo a família, também fala de amor ao explicar a intensidade com que vive sua atividade: “eu não tempo pra mim, eu me dou, me entrego”.

Ato reconhecido por sua filha ao declarar dar preferência e significado ao trabalho do pai, por ser feito com amor sem interesse. Seu objetivo é conseguir ajudar e fazer tudo para melhor forma possível. Significa um ato de amor. Procura de satisfação e bem estar dos familiares.

Essa capacidade de produzir bem-estar social atribuída à família é tema estudado pelo espanhol Romero (2000), co quem concordamos. Ele lamenta a não quantificação do produto dessa atuação dentro das estatísticas econômicas convencionais. Segundo seu parecer, a família atua sobre três categorias de apoio social:

- 1) no plano emocional, estimulando o sentimento de pertencer e de auto-estima;
- 2) no plano estratégico, fazendo frente a problemas concretos;
- 3) no plano material, mediante a prestação de serviços e provisão de bens e dinheiro.

Infelizmente, o produto do terceiro apoio da família à sociedade não é considerado. Carter (2002, p.84), premio Nobel da Paz em 2002, também lamenta a não quantificação desses serviços, ao assinalar que as estatísticas sobre mão-de-obra compiladas por órgãos governamentais “se baseiam somente no que é feito remuneradamente, excluindo o mesmo (e mais benéfico) trabalho feito na casa das pessoas ou como serviços voluntários para os outros”. Conclui afirmando que “essa política de estatísticas subestima imensamente o trabalho de [...], especialmente mulheres e idosos”. Carter refere-se exatamente ao trabalho prestado pelos sujeitos deste estudo. Assinalam a todo momento, serem movidos, não pelo dinheiro, mas pelo carinho e amor ao outro.

Na realidade, pode-se assinalar que essas redes estabelecidas indicam a construção de um ambiente de paz, não ignorando conflitos, porem envolvendo as pessoas em praticas solidarias que geram riquezas. Em seu movimento pela paz, Madre Teresa de Calcutá, premio Nobel da Paz em 1979, chegou a declarar “o fruto do amor é o serviço; o fruto do serviço é a paz. (...) Não há tristeza maior do que a falta de amor”.

Também o Sr. Arte, já tendo atuado nos cuidados com netos e ainda hoje trabalhando com a comunidade, ajuda a ampliar a rede de ações pela paz. Ele deixa claro a sua relação recíproca e de amor com o ambiente social que integra, ao dizer: “Ah! Eu sou feliz aqui, (...)lugar que eu tenho para ser feliz.Aqui eu sinto que é o meu lugar.”

Na comunidade ele compartilha experiências a partir de suas vivências valorizadas pelos mais jovens. Segundo a coordenadora das atividades voluntárias, a comunidade “acolhe e motiva pessoas como ele, estão com a idade avançada, mas tem disposição e sentem-se realizadas com a ajuda ao próximo.”

Tais práticas aqui concebidas no âmbito familiar e comunitário podem ser exercidas em uma dimensão maior. De acordo com o ex-Secretário Geral da Organização das Nações Unidas, Boutros-Galli, quando nos entendemos como membros de uma família universal, a família humana, dirigida pela força do amor, sabe enfrentar dificuldades, superar conflitos, vencer antagonismos.

Diante de muitos desafios vividos pelos homens e transformados em conquistas ou derrotas, celebramos um maior domínio de tecnologia voltado a saúde e a telecomunicações, aos mesmo tempo em que lamentamos a perda de inúmeras vida diante de batalhas travadas por lutas de poder. É preciso mudar o eixo que move a cultura da força instaurada na sociedade atual para dar lugar a cultura da Paz, conforme escreve Reiner:

“O impasse de nossas sociedades só será resolvido mudando-se o eixo motriz. Prova do fracasso do modelo atual é que o homem nunca esteve tão perplexo face ao futuro, tão descrente em valores e, pior ainda, nunca esteve tão só e tão infeliz, mesmo possuindo nível de conforto e bens inimagináveis há poucas gerações. (2000,p.10)”

Nota-se nos sujeitos desta pesquisa, o movimento de ampliação da rede e de elos de comprometimento, ou seja, uma mudança no eixo motriz apontada por Reiner. Em um primeiro momento, pode-se assinalar o depoimento do Sr. Ministro ao nos mostrar que ele garante a filha cuidados importantes habitualmente consagrados aos pais:

Estou sempre fazendo e assistindo, principalmente a filha. Quando nasceu minha neta (agora com 10 meses), fiquei seis meses praticamente com ela, dormia em sua casa. Vinha em casa dar uma assistência, mas fiquei praticamente meses morando lá, para dar justamente uma cobertura para minha filha que estava um pouco insegura. Eu disse a ela: olha filha, eu nunca vi nenhuma mãe ter o

primeiro filho com diploma de mãe, então é o que vai acontecer tranquilamente. E é o que aconteceu, hoje ela esta craque já. Mesmo assim continuo assistindo, ela faz questão de morar perto de mim justamente para ter essa tranqüilidade, segurança; todo os dias vou vê-la. Quando a empregada folga, duas noites por semana eu durmo lá invariavelmente.

A comunidade também esta incluída na grande família do Sr.Ministro, envolvendo uma relação de reciprocidade nesse universo maior. Segundo ele:

Nossos dons são para nosso bem e para o bem comum, para o bem dos irmãos, para o bem da comunidade. Então seria uma atitude egoísta a gente se fechar e dizer: não, eu estou bem aqui, não são problemas meus. Na verdade não deve ser assim. O cristão não deve pensar assim, ou então não entendeu ainda direito. Não estou querendo dar aula, estou apenas dizendo aquilo que eu faço e o que me impulsiona a fazer. Então, a partir daí, você passa a viver isso em casa, na sua vida, no seu local de trabalho, enfim, a partir daí você é requisitado para um situação ou para outra.

A comunidade reconhece a dedicação do Sr.Ministro. Afinal, ele trata todos como se fossem sua família. Aqueles que responderam a respeito das atividades exercidas por ele apontam esse pertencimento:

Ele entende que minha filha precisa de proteção, não deve se expor (em meio a muitas pessoas, variações climáticas). Eu estaria sofrendo muito se não fosse essa ajuda. (mãe da criança que o Sr.Ministro ajuda).

(Ele) sempre procurando aprender mais, é uma pessoa simples e trata as pessoas com muito carinho e atenção. (...)Com esse trabalho ele nos ensina (...) que o amor não consiste em que amemos a Deus, mas em que Ele nos amou primeiro. Não fomos nós que O escolhemos. Foi Ele quem nos escolheu primeiro. (aluna do Sr.Ministro)

Na busca por um novo modelo, o amor é conhecido como fonte de energia produtiva. A força que a emoção do amor é capaz de gerar ou deixar de gerar pode ser mais bem

compreendida na afirmação que Maturana (2002) faz a respeito da influência danosa de uma tradição centrada da idéia de força e luta como agente e motivação para a ação, buscando uma forma de obrigar a uma convivência de respeito mútuo a partir da garantia de direitos, movida pela razão.

Maturana se refere à ambigüidade entre a prática e o conjunto de intenções propostas pela Declaração dos Direitos Humanos. Alegando que ao tentar impor-se pela razão, tal documento não instiga o desejo que motiva para a obtenção de resultados. Haveria uma prática natural dos conteúdos declarados se as pessoas estivessem envolvidas pelo amor como emoção e não pela razão como argumento lógico, expressando então o desejo de tratar as questões humanitárias conforme dita tal documento.

A análise das falas e dos escritos, colhidos sob abordagens e em momentos diferentes, elucida a compreensão que o grupo de pessoas participantes deste estudo tem a respeito da importância do desejo no movimento para a ação. Sr. Alegria, Sr. Ajuda, Sr. FazTudo, Sr. Ministro e Arte nos mostram pelas suas experiências e vivências da vida que tais ações só se dão porque estão envolvidos pelo amor e pela fé.

A evidência da importância de Deus, como do amor, na vida dos sujeitos desta pesquisa e na sociedade ao redor deles, pode ser mais bem compreendida segundo a vivência e interpretação da seqüência de seus estudos sobre a mente, feitas por Teilhard, conforme nos conta Capra:

Finalmente, ele viu Deus como a fonte de todo ser e, em particular, com a fonte de força da evolução. Levando em conta o conceito sistêmico de Deus como a dinâmica universal da auto-organização, podemos realmente dizer que, entre as numerosas imagens que os místicos tem usado para descrever o Divino, em Teilhard de Chardin o conceito de Deus, se despojado de suas anotações patriarcais, pode muito bem ser o que mais se aproxima das concepções da ciência moderna (Capra, 1982,p.298)

Sr. Ajuda, por exemplo, traz a marca da ajuda permanente à família ou à comunidade movida pela crença na perseverança como ele mesmo diz:

Acho que na minha vida foi fundamental a religião, ser fiel, ser perseverante. Eu confio, acredito e vou atrás, entendeu? Então, acho que nesse mérito eu tenho e é meu. O resto, acho que é tudo graça de Deus. Mas o mérito de perseverar é meu.

Sua nora o vê como “uma pessoa extremamente caridoso, atencioso e prestativo”, ao falar sobre a contribuição que presta a sociedade (por meio da sua fé). Acrescenta ainda que “o contato com a avó é [para minha filha] riquíssimo do ponto de vista afetivo”.

Na prática do seu dia-a-dia, Sr Ajuda reafirma que Carter vem apontando: “que a fé, seja em Deus ou em nós mesmos, permitira que nos arrisquemos num novo caminho, talvez diferente daquele que seguimos. Isso poderá nos conduzir a dimensões surpreendentes”

Essas “dimensões surpreendentes”, às quais chegou a pesquisa, evidenciam o trabalho de homens e mulheres que põem talentos, habilidades e experiências à disposição da família ou comunidade, em sintonia com a proposta de Handerson:

Um esforço consciente para expandir e exercer nossa capacidade de amar e ter um comportamento altruísta e cooperativo é crucial para que possamos sobreviver nesta Era de Interdependência (1991, p.149)

Em outras palavras, alargar a definição do amor, potencializando a capacidade das pessoas cuidarem uma das outras, numa concepção de família humana que de conta dos aspectos multiculturais, globais e interdependentes gerados pelas complexas relações sociais que se estabelecem no mundo atual.

2.3 A MANIPULAÇÃO DO PASTOR JUBILADO NA IGREJA

2.3.1 Efeitos psicossociais

A presença da igreja evangélica no Brasil não pode ser mais ignorada, pois esta vem recebendo bastante atenção não apenas de importantes veículos de comunicação, mas, sobretudo

de estudiosos de várias correntes do conhecimento humano que, intrigados com diferentes fenômenos que atraem multidões, passam a investigá-la através de suas óticas.

Comentando o assunto e a conjuntura social ligada a este processo, diz a jornalista Magali Cunha:

“O sucesso dessas formas religiosas estaria certamente garantido pela perfeita integração com a conjuntura da sociedade neoliberal (...) neste caso, os vencedores da grande competição social por um espaço no sistema seriam os escolhidos de Deus e a cumulação de bens materiais, interpretados como as bênçãos para os ‘filhos do Rei’”.³⁷

São partes das falácias religiosas próprias do mercado, quando acontece a ‘Mercantilização do Sagrado’ utilizando uma expressão proposta por Hugo Asmann, que acrescenta:

“Mercantilizarão do sagrado sugere, de imediato, a manipulação do sagrado como mercadoria. Comercialização do sagrado. Marketing religioso”³⁸.

Certamente, por trás de toda a mercantilização do sagrado encontram-se agentes ou promotores do produto religioso. São os que denominados de ‘Executivos da Fé’ que adotam uma prática ou modelo religioso compatível com a lógica do mercado.

A crise de integridade

O mercado religioso dos consumidores evangélicos é outro elemento indispensável à compreensão de presente crise, pois o protestantismo vem descaracterizando-se não resistindo à tentação mercadológica e termina por também montar a sua banca para comercializar os seus produtos. Artistas, atletas, personalidades, são convertidos às igrejas e passam a atrair multidões; cobram altos cachês e alcançam a fama, com discos de ouro e grifes evangélicas, que passam a ser o cartão de visita dos evangélicos capaz de abrir muitas portas. Como tudo é legitimado em nome de um ministério cristão fruto de uma vocação divina, os crentes compram os produtos para

37 CUNHA, Magali do Nascimento. A linguagem que dá... p.8

38 ASMANN, Hugo, Desafios e Falácias. São Paulo, e E. Paulinas, 1991, p. 20.

incentivar os artistas que se fazem “missionários” da obra do Senhor. Estas celebridades evangélicas não compartilham de celebrações nos templos mais sim, fazem apresentações em *shows* e programas evangélicos que, a despeito dos ingressos, são vistos como sem fins lucrativos (e a Receita Federal?) superlotando teatros, cinemas, ginásticos, templos etc. Aqui nem se cogita dos direitos autorais ou *copyright* dos produtos, pois neste caso, autores dedicam tudo para uma causa santa.³⁹

Recentemente, uma reportagem publicada na revista *gospel* VINDE⁴⁷ fez um levantamento em torno de algum desses grandes e famosos astros que se converteram a igrejas evangélicas e passaram a viver da carreira religiosa, como “testemunheiros profissionais”; Néelson Ned, Mara Maravilha, Dedé Santana, Jece Valadão, Gretchen, que cobram milhares de reais, mais passagens aéreas, acompanhante, hotéis (“o melhor da cidade”, prefere Néelson Ned; Mara deixa por menos, um hotel 4 estrelas).

Observa-se mais uma vez que “o maior domina sobre o menor”, pois este “sucesso” provém das igrejas americanas em que também se vive esta deterioração geradora de um grave conflito ético que afeta diretamente a integridade do protestantismo, conforme notícia W. Wiersbe em sua obra:

“o desejo de que a igreja receba a aprovação do mundo em geral e de ‘pessoas importantes’, em particular, e de que por elas seja aceita. (...) então tornou-se necessário que houvesse pessoas famosas no programa como astros de Hollywood, preeminentes atletas e conhecidos animadores de programa”⁴⁰.

Segundo esse autor, depois chegou a vez dos políticos e a forte ênfase na estatística para a promoção de crescimento, e tudo indica que o caminho traçado na América do Norte obedeceu a seguinte síntese: a) culto da personalidade; b) ânsia por estatística; c) mercadologia da fé. Para

39 Em anos próximos, um pastor evangélico, Mateus Iansen, da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, na qualidade de Deputado Federal, encaminhou um projeto de lei, pretendendo liderar a música evangélica para todos, isentando-a direitos autorais. Felizmente, deputados não-evangélicos foram procurados pela comunidade evangélica para votar contra esta lei. Felizmente, ela não foi aprovada. Poucos se lembraram que o proponente era (ou ainda é?) proprietário de emissoras de rádio e de estúdios de rádio e de estúdios de gravação, conseguidos pela conduta política do referido “pastor”, um dos anões do orçamento, que também foi autor da proposta da ampliação do mandato do Presidente Sarney de 4 para 5 anos.

40 WIERSBE, Warren. A crise de integridade. Trad. de Emma Andres de Souza Lima. 2ª impressão. Miami, Flórida, Editora Vida, 1989, p; 31.

concretizar este ideal, alguns métodos, indignos da ética cristã, foram adotados, por exemplo, através da adoção de alguns artifícios para se manter em evidência, resumidos, segundo Wiersbe

Nestas três expressões: a sedução da palavra, a adulação, que têm sido definidas como “manipulação”, e a oferta de respostas simples a problemas complexos⁴¹. E acrescenta

“ O evangelho tornou-se um alto negócio, e toda a sorte de estranhos pássaros estão empoleirados nos seus ramos. O culto da personalidade tornou-se um círculo vicioso, e estamos agora promovendo ministérios e mercadorias do mesmo modo que o mundo promove pastas de dentes e carros usados. A única mais nauseante (...) é visitar a exposição das habituais convenções cristãs, ver pessoas e mercadorias em cores vívidas e observar como competem entre si”⁴².

Nos bastidores do mercado evangélico

Inicialmente, devemos perguntar: Por que o contexto social favorável ao intenso mercado religioso? Ou qual a fundamentação desta mentalidade no meio evangélico? Já mencionamos os estudos de Max Weber sobre o favorecimento mútuo do protestantismo e do capitalismo. Acreditamos que O mito do desenvolvimento econômico⁴³ passou a integrar a pregação protestante tornando-se, na prática, assunto de fé, pois a pregação da universalização da mensagem encontra boa ressonância na obra da evangelização mundial pois se baseia na Bíblia Sagrada⁴⁴. Portanto, verifica-se que a mola propulsora da mentalidade tipicamente mercadológica não está instalada nos tempos presentes. No entanto, é a partir da década de 80 que há mudanças no próprio discurso econômico da burguesia que passa a falar de ajuste

41 Idem, pp. 42-44. A partir da realidade brasileira, recomenda-se: ROMEIRO, Paulo. *Evangélicos em crise*. São Paulo, Ed. Mundo Cristão, 1995

42 WIERSBE, W. *A crise de integridade...* p.33.

43 Furtado, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974

44 As palavras do evangelho: “Ide e pregai a toda criatura” ou dos Atos do Apóstolos: “Sereis minhas testemunhas até aos confins da terra” podem ser aplicados amplamente, inclusive porque alguns países que experimentaram a revolução industrial, são histórica e tradicionalmente formado de maioria protestante.

econômico, ou seja, a defender o pensamento neoliberal, ainda que de forma diferenciada da original, como observa Jung Mo Sung.⁴⁵

A afinidade das igrejas evangélicas com o poder dominante também contribuiu substancialmente para aceitação da mentalidade religiosa mercadológica. Estudos desenvolvidos por alguns cientistas políticos⁴⁶ indicam a forte presença do voto evangélicos na eleição dos últimos governantes defensores do neoliberalismo. O plano real, o alavancador da campanha e eleição de Fernando Henrique Cardoso, foi comemorada festivamente pelos evangélicos e motivam as suas intercessões para que o sucesso da estabilidade econômica do país se preserve. Não convém ao caso, analisar as misteriosas crenças dos governantes⁴⁷, pois argumentam alguns que, até mesmo governantes pagãos⁴⁸ são usados para a concretização dos propósitos de Deus.

Daí, na “reconstrução da esperança”, passa-se a depositar a fé no mercado, como contempla o Prof. Jung que acrescenta:

“ a razão deu lugar à fé, no núcleo dessa ciência econômica. Os economistas (...) não percebem que estão fazendo teologia e não economia. O núcleo de seu pensamento é teológico”⁴⁹. É difícil dizer que se todas as esperanças históricas têm ou não um fundo religioso. Mas com certeza essa esperança que a burguesia está reconstruindo, a partir das teorias neoliberais, é uma esperança religiosa. É a esperança de que os nossos problemas sociais e econômicos sejam resolvidos pela *intervenção mágica* do mercado, sem nenhuma intervenção consciente dos sujeitos históricos humanos”⁵⁰.

A profissionalização do saber

45 SUNG, Jung Mo. Deus numa economia sem coração. São Paulo, Paulus, 1992, 2º. Ed., p.54, onde o autor analisa a passagem de reformismo ao neoliberalismo, quando “o ser humano deixa de ser sujeito (consciente) histórico principal e aparece em cena o mercado como verdadeiro sujeito, supra humana” (p.56).

46 Vd. FRESTON, Paul. CAVALCÂNTI, Robinson. Cristianismo e política.

47 É o caso do presidente Fernando Henrique Cardoso, que já se declarou ateu, mas tem demonstrado simpatia a diferentes religiosos.

48 Uma alusão a Ciro, rei da Pérsia, na literatura bíblica considerando o instrumento de Deus para resgatar o povo judeu do cativo babilônico.

49 SUNG, Jung Mo. Deus numa economia sem coração, p.58

50 Id., ibid., p. 62 .

Dentre os fatores geradores da crise, observamos em nossas pesquisas uma tendência à profissionalização do saber religioso, bem como da vocação pastoral. Antes, é preciso indagar: o que pode ser considerado ‘profissionalização’? Joachin Matthes responde: ‘são profissionais as vocações que se apoiam um saber especializado e em uma competência técnica na missão de salvaguardar os bens superiores, em uma valorização inferior do aspecto comercial e em uma relação especial de confiança ente o profissional e seus clientes’⁵¹.

Há muitas evidências quanto à tendência à profissionalização da vocação pastoral. Ao embasar um interessante artigo sobre ‘*Neoliberalismo, Eficiência e Pastoral*’, o Prof Jung Mo Sung, observa que:

‘Qualidade total, eficiência, competitividade, individualismo. Esses valores estão chegando com toda força em diversas comunidades religiosas. Seus líderes têm como critério último o aumento quantitativo da membresia ou da riqueza da Igreja e correm risco de trocar a solidariedade pela insensibilidade diante do sofrimento do próximo’⁵²

Aos pastores cobra-se eficiência em todas as áreas da Igreja. E isto poderá influenciar profundamente o êxito de seu pastorado. Alguns exemplos comprovam esta afirmação, como:

- Maior arrecadação de recursos que viabilizarão *projetos de expansão*⁶⁰. Eis o tema principal de muitos cultos. A fé do crente passa a ser mantida pelo valor de sua contribuição e aí portas se abrem para a cura, a prosperidade, o sucesso, o bem estar familiar etc.
- Pregação convincente
- Maior frequência às reuniões

Continua comentando o tema, o autor que conhece o assunto com profundidade:

‘o problema é que eficiência é um conceito formal, isto é, vazio de conteúdo. Quando se fala que alguém é eficiente está se dizendo

51 MATTHES, Joachi. Introducción a la sociología de la religión. II. Iglesias y sociedad. Versión de A. Sanchez Pascual y A. Berasaín. Madrid, Alianza Editorial, 1971, o. 122.

52 SUNG, Jung Mo. Neoliberalismo, eficiencia e pastoral. IN.: CONTEXTO PASTORAL, Ano VII, nº36, p.5.

somente que ele atinge os seus objetivos com o menos custo possível. Não está em questão se os objetivos são bons ou não. Se uma pessoa é capaz de atingir o seu objetivo de matar milhões de pessoas com o menor custo possível, ela é eficiente”.

“Em nome da competência ou eficiência pastoral acabam reduzindo a Boa-Nova e a santificação das pessoas da comunidade e da sociedade a mero cálculo quantitativo. ‘Programas de qualidade’ são implementados, na maioria das vezes, sem uma devida crítica dos seus aspectos meramente mercantis. Não podemos esquecer que Programas de Qualidade Total foram criados para atender melhores desejos de consumidores, não para anunciar a Palavra que Cristo confiou às igrejas.”

“A grande diferença entre as empresas e Igreja é que as primeiras não têm principais ou valores a tem independentemente da vontade dos ‘consumidores’, algumas verdades e valores que não pode e nem deve renunciar”⁵³

Na mesma linha, Ricardo Barbosa, presidente da Fraternidade Teológica Latino-americana, afirma que:

“O Evangelho foi transformado em um produto, a Igreja num grande supermercado, o homem num consumidor e o pastor gerente, administrador e empreendedor. A grande preocupação da Igreja hoje, dentro dessa cultural neoliberal, é de como vender esse produto”⁵⁴.

O que se verifica é que há uma mudança profunda no ofício pastoral que o conduz à profissionalização que é uma tendência da sociedade secularizada e fortemente influenciada pelos mecanismos econômicos, pois antes voltado para o pastoreio, o cura d’alma, o pregador, o visitador, o mestre; ultimamente o pastor torna-se ‘um animador de auditório de mega-igrejas’, em que os cultos se assemelham a *shows*.

53 MONG, Jung Mo, Op. cit., p. 5

54 BARBOSA, Ricardo. A igreja no mercado e o profissionalismo religioso. IN.: CONTEXTO PASTORAL, Ano VII, Nº 36, p.6

Concomitantemente, observa-se outra tendência relacionada ao campo da economia, quando o pastor acumula funções de “administrador de Igreja” (leia-se empresa), enviando os seus esforços em Contabilidade, Direito, Marketing, Engenharia etc., abandonado o cuidado pessoas para se fazer um profissional ou especialista nos “negócios” da religião.

Comenta Ricardo Barbosa uma cena comum entre os característicos executivos da fé:

“... são vistos hoje desfilando de carro do ano, telefone celular e um séquito de assessores, todos com a esperança de um dia chegar a essa mesma posição. A linguagem deles é técnica, falam em números, investimentos, buscam o sucesso – e esse sucesso é compreendido como uma expressão de bênção de Deus sobre os seus ministérios. São admirados como celebridades, não há consciência vocacional nem deles nem do povo. São gerentes eclesiais que perderam o caminho do pastorado”⁵⁵

O que se observa é que, esta concepção de pastorado é fruto do modelo econômico neoliberal, centrada no ter e não no ser. Neste caso, o tratamento é tipicamente “clientelista” e não mais fraterno ou comunitário.

Segundo o Prof. Robinson Cavalcânti,

“as igrejas evangélicas no Brasil correm o risco de viver o apogeu do seu mundanismo. E, o que é surpreendente, os que estão na linha de frente desse preocupante fenômeno são justamente os que mais combatem o mundo. O mundo em que vivemos é do neoliberalismo, e é ele quem dá as cartas às igrejas” (...) O capitalismo vai-se tomando “natural”, “inevitável” “insubstituível” e até, sagrado”⁵⁶.

Outro sinal visível da força do neoliberalismo na Igreja, conforme Cavalcânti é que

“No lugar da obediência, valoriza-se a eficiência. No lugar da santidade, valoriza-se a qualidade total. O culto, antes que um ato

55 Idem, p.6

56 CAVALCÂNTI, Robinson, Neoliberalismo e neomundanismo. IN.: CONTEXTO PASTORAL, Ano VII, Nº36, p.8.

de adoração, é uma apresentação de produtos religiosos a serem consumidos por final bons (e caros) profissionais: apresentadores, cantores, músicos, pregadores, testemunheiros, deve ser contratados (com seus respectivos cachês) para que o produto seja do agrado da exigente freguesia (digo, membresia).

Há uma variedade de produtos no mercado religioso, com a qualidade aperfeiçoada pela competitividade e mesmo pela abertura às importações. Cristãos ‘dinâmicos’ (ex-empresários e ex-executivos) no exercício da livre iniciativa, vão criando as suas microempresas eclesiais (Eu & Deus LTDA.), com compras de controle acionário, concordatas e falências. O que barateia o produto religioso é a sua massificação: simples, acessível, padronizada e de baixo custo ‘⁵⁷

... ‘a tendência dos obreiros de tempo integral é de adotarem o discurso requerido ‘acionistas’ (sócios mantenedores) das igrejas, crescentemente neoliberais confessos ou enrustidos”.

2.3.2 Os trabalhos alternativos como forma de integração social

Tenho necessidade de fazer porque acho que somos um ser social que devemos viver em família, em comunidade, e isso não me permitiria deixar de fazer (Sr. Ministro)

Ao finalizar estes estudos pode-se constatar que a partir da realização de trabalhos não remunerados essas pessoas com mais de 60 anos se beneficiam e favorecem ganhos para a sociedade, contribuindo para a construção de uma cultura da Paz e para a formação de outras formas de capital, que não somente econômico, como também do capital social e capital da

57 CAVALCÂNTI, Robinson, Neoliberalismo e neomundanismo. IN.: CONTEXTO PASTORAL, Ano VII, Nº36, p.8

sabedoria. Com isso, vale questionar o significado do ser produtivo na concepção marxista, limitada a medição da riqueza por meio do dinheiro ou da mercadoria, propondo um critério de avaliação que considera o produtor social representado em cada um dos entrevistados. O valor maior dessas pessoas está em sua qualidade de ser único na interação com o meio que constroem e a partir do qual são construídas, não importando, apenas e unicamente, para tanto, seu tempo cronos, mas o tempo vivido, o ser presente.

Partindo da idéia de Lévy (2001) a respeito de quem somos, é possível entender o indivíduo como fruto do ambiente que vive e sendo particular na experiência da consciência que muda a cada segundo. Lévy põe mais força no sentido de interdependência e trata como uma amarração, um encadeamento ontológico radical, uma implicação recíproca, a ligação entre “os outros” e “nós”. Por intermédio das experiências vividas haverá sempre uma contrapartida pelos pensamentos e os feitos na existência daqueles que em algum momento estiveram ligados.

Na concepção do autor, o eu é compreendido como um “truque” da seleção natural, útil para a reprodução humana, porém caminhando para a não-dualidade e para a prática da benevolência onidirecional que assegurarão melhores aptidões cooperativas, mais criatividade, mais poder coletivo de agir e sentir, mudando o que se produz daquilo que emerge dos egos pelo poder, pela dominação, pela superioridade.

Assim,

nossa experiência manifesta um fluxo descontínuo e desordenado de sensações, de percepções, de emoções e de pensamentos que tomam emprestados os circuitos de um grande hipertexto oscilante e impessoal, formado e deformado no curso de um história local e transitória. (Lévy, 2001, p.172)

Entendo que essa história local e transitória é o eu, é cada pessoa, então o indivíduo não é menos heterogêneo e coletivo que a cidade ou o ecossistema. E as sensações, as emoções, as idéias que o atravessam e o compõem provisoriamente pertencem tanto à espécie ou ao ecossistema quanto ao indivíduo.

A língua e a cultura falam pelo indivíduo e a humanidade experimenta diferentes vias de cada cultura. A vida, em cada indivíduo, experimenta as formas subjetivas de todas as espécies.

O indivíduo é uma articulação intermediária, transitória, certamente não mais importante que a espécie, a linguagem, a situação, o momento, que são todos eles, portadores do ato, do pensamento, da sensação. E, no entanto, a idéia de caráter transpessoal não leva de forma alguma a uma desvalorização da pessoa, mas ao contrário, a essa idéia infinitamente regozijante de que todo o espírito esta (virtualmente) presente em cada um. . (Lévy, 2001, p.173)

Sob essa perspectiva, não faz o menor sentido atribuir ao indivíduo uma classificação “produtivo” ou “improdutivo”, considerando-se que tais categorias compartilham experiências e reforçam a idéia de que *somos simultaneamente produzidos e produtores* (Morin, 1995, p.90). Foi possível observar nas pessoas maiores de 60 anos que construíram parte desta pesquisa, os seus papéis de produtores da sociedade que os produz. Ao manterem-se em atividade, enriquecem o sentido de suas vidas e o meio do qual fazem parte, evidenciando a qualidade de produtores sociais que vem exercendo no decorrer da vida.

Pode variar os tipos de produtos gerados, a exemplo de casos em que não mais dispõem de salário para a construção de patrimônio, porem colocam de si próprios para a manutenção do mesmo, deixando visível o quanto utilizam recursos que tem disponíveis a cada momento, para darem e receberem contribuições, compondo assim o ambiente que integram.

Ainda que acometidos por perdas ou limitações de ordem financeira, física ou emocional, apresentam-se dispostos à interação com o meio por intermédio de suas atividades, independentemente da idade que tenham, como o Sr. Ajuda, que mesmo convivendo com um serio problema de saúde, declara que:

Entre ir visitar um asilo ou ir a um cinema (adora cinema), penso que posso assistir a um filme à noite e não desperdiçar duas, três horas do dia. Prefiro fazer alguém feliz, pois acredito na satisfação e no retorno da ajuda que se dá. Na medida em que você ajuda, não faz para os outros, faz para você, porque volta muito mais para você. Seja em tempo, em trabalho, ou o que for que você faça para

o outro, aquilo vem em dobro. Então te enriquece muito mais e você se sente feliz. Fica feliz quando já estando em casa, lembra dos olhinhos daquela pessoa, da vida dela, como esta sendo, e você pode colocar uma alegria naquela vida triste. Então você sente o quanto a gente, a vida, o tempo é valioso, importante. Agora depende da pessoa, porque as vezes (ele) não descobre isso.(ajuda)

Finalmente, ao atendermos às muitas chamadas que trazem o tema do envelhecimento da população e a tendência de uma sobrevida maior para cada um de nós, devemos considerar que não basta deter-nos nas questões operacionais, do tipo:

- a) Organizar-se financeiramente para garantir autonomia através de um plano de previdência privada;
- b) Planejar atividades como forma de passar o tempo;
- c) Contratar um bom plano de saúde etc.

É muito importante a reflexão sobre como decidimos viver a vida, envolvendo aspectos que remetam a valores e à posição que desejamos ter no mundo, guias no decorrer de nossa caminhada e na forma como usamos os recursos que temos a cada momento na interação com o meio que construímos e nos constrói sucessivamente. Nessa escolha se estabelece a qualidade de produtores sociais que somos e seremos, cabendo fazê-la no decorrer da vida, independentemente da idade que temos.

2.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso entender as associações feitas entre velhice e jubilação para compreender a estigmatização que o sujeito sofre ao jubilar-se. Para tanto, a explicação de alguns conceitos a respeito dessas questões é indispensável. A jubilação como instituição social e a velhice como integrante do ciclo de vital são construções sociais definidas em um espaço-tempo. Portanto, modificam-se no decorrer da história de acordo com a política, a economia, a cultura e o desenvolvimento de estudos científicos.

Seria, então, possível dizer que uma pessoa pode ser tão velho quanto seu corpo, sua mente, seus princípios, seus valores, que o impeçam de ser ministro da palavra de Deus? Ou será que o olhar do outro tem o poder classificatório? Fatores fisiológicos, psicológicos e sociais tornam o termo “velhice” impreciso. É difícil definir conceitos universalmente adequados e termos globalmente empregados referentes ao envelhecimento. Cada sociedade possui, inevitavelmente, questões políticas e ideológicas associadas ao conceito (Veras, 1994). Nesse sentido, Motta (1999) salienta que as condições socioeconômicas, a cultura, o ambiente são todos eventos articulados no processo de envelhecimento biológico, caracterizando-o como biopsicossocial. Acrescenta os hábitos, gostos e estilo de vida adquiridos ao longo dos anos como elementos que devem ser levados em consideração nesse processo. Contribuem para o esclarecimento do limite cronológico para o ingresso na velhice. Apontam que a proposta da ONU, em 1982, ao tomar por base a idade da aposentadoria estabelecida na maioria dos países, induz a associação corrente entre velhice e aposentadoria. Para os autores, embora, na prática, nem sempre se confundam, enquanto associadas, remetem a uma representação coletiva na qual o velho é percebido como não mais produtor de bens e serviços, portanto marginalizado nos contextos sociais pautados pelo velho valor produtivo. Ante o exposto, percebe-se que a sociedade impõe marcas que visualizam as mudanças no ciclo vital e a jubilação constitui-se em um dos selos da passagem à velhice.

A jubilação, como ato burocrático e formal, não está necessariamente relacionada a uma ruptura definitiva com o mundo eclesial. Manter-se vinculado a igreja pode constituir-se numa alternativa de preparação subjetiva para o futuro afastamento. Nesse sentido, levam-se em consideração determinações de uma realidade exterior que se impõe. O aperfeiçoamento tecnológico e as mudanças socioeconômicas da sociedade contemporânea influem nos modos de

organização do trabalho. Constantemente, novas profissões são criadas; outras, extintas, como ocorre com as formas de atuação profissional. E o pastor idoso é o que mais sente o impacto dessas transformações ao se considerar a sua menor flexibilidade para adaptar-se e incorporar novos procedimentos e inovações no exercício de sua jubilação.

A dificuldade de se ter uma única conceituação de jubilação inscreve-se nas suas próprias divisões – jubilação por idade, tempo de serviço, e aposentadoria especial – cada uma com as suas respectivas especificidades. Também em cada uma delas há sujeitos que, após a jubilação, ocupam-se com atividades, distintas, através do trabalho gratificante ou extenuante, da intensificação dos relacionamentos familiares, da participação em grupos ou da continuação dos estudos nas universidades para a terceira idade, a exemplo como ocorre na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Esses fatores se interpretam nos diferentes grupos, proporcionando uma combinação extremamente abrangente do modo como a jubilação é experimentada.

Muitos não desejam jubilar-se por gostarem de uma atividade e/ou das relações sociais estabelecidas na igreja; outros desejam-no, mas planejam manter-se engajados em outra ocupação profissional. Destaca, ainda, a existência de pessoas que, mesmo estando motivadas para a jubilação, não tem planos sobre como organizar a vida na ausência do trabalho. Nesse sentido, pode haver certa euforia para realizar novos projetos, no entanto dificilmente conseguem detalhá-los e levá-los a efeito. A jubilação, para alguns pastores, significa a liberação de atividades rotineiras e desgastantes, um período caracterizado pelo descanso. Em contrapartida, outros, por terem se vinculado quase que restritamente a uma área de interesse, no caso, o pastor constrói uma igreja desde os tempo de congregação, difícil, pois, frente a seu afastamento, a sensação de um vazio na vida instala-se. De qualquer forma, para entender o que a jubilação representa, o significado do pastor e seu trabalho deve ser analisado.

A jubilação torna-se atrativa quando descrita com um tempo de liberdade. Por essa característica que lhe é atribuída, pode constituir-se em uma época Ideal para executar empreendimentos anteriormente não realizados. Entretanto, também é possível que a jubilação se torne um período de empobrecimento em virtude das constantes depreciações de seu valor e da quase-inexistência de trabalho para os idosos, o que vem a dificultar uma complementação de renda. A perda do papel profissional pode vir a criar um problema de adaptação a um novo

esquema de vida, que, talvez, não ofereça compensação comparável ao prestígio advindo do trabalho. (SALGADO, 1982).

A reinserção no trabalho pode se tornar mais difícil com o passar da idade, mas não significa a sua completa eliminação. Olhando nessa perspectiva, a população idosa, há uma resignificação do trabalho pelos limites sociais impostos. A preocupação é ser ativo, buscando atividades, que podem ser remuneradas ou não, mas, de preferência, no espaço público, onde se consegue obter reconhecimento social.

Aos quarenta anos um jogador de futebol, em geral, já é considerado velho, mas um advogado na mesma idade talvez não tenha ainda atingido o ponto para obter a credibilidade no seu mercado de trabalho.

A questão sobre manter-se envolvido em atividades que ofereçam reconhecimento social ou nas mais restritas ao lar depende não somente das contingências sociais, mas das prioridades estabelecidas pós-jubilção. Os modos de pensar e de agir tornam a velhice, como a aposentadoria, constitutiva de uma heterogeneidade, o que vem a caracterizar a impossibilidade de definições universalizantes. É um mito considerar os adultos mais velhos e os idosos como iguais. A diversidade de estilos de vida, de oportunidades educacionais, de situação econômica, de expectativas e papéis sociais e de personalidade, cujos efeitos são interativos e sobrepostos às influências genéticas, expressa a heterogeneidade de modos de ser, própria de todo ciclo vital. A velhice depende de uma vida saudável, de envolvimento em atividades variadas, operacionalizando, assim, competências compatíveis com as dos mais jovens. Nesse sentido, conclui que a possibilidade de definir o que é idoso em uma forma regular, deixou de existir, pois os dados empíricos oferecem diferentes visibilidades. A noção de um declínio generalizável leva a se olhar o idoso como um ser incapaz intelectualmente e, conseqüentemente, inábil para o trabalho, concepção preconceituosa e homogeneizante.

É possível que a jubilação se torne um provedor desse pensamento ao proporcionar a rotatividade no trabalho, garantindo espaço aos mais jovens e fortalecendo a pressão social para que o idoso ativo libere seu lugar em prol da geração mais nova. Assim, a política de aposentadoria contribui para a criação de um novo valor social, segundo o qual os trabalhadores, numa determinada idade, devem se afastar das atividades economicamente produtivas, pois a aposentadoria pode representar pelo sistema previdenciário. Todavia a aposentadoria pode

representar uma perda financeira significativa, havendo necessidade de continuar a trabalhar para manter o padrão de vida anterior ou, mesmo, para sobreviver com dignidade.

A questão do novo valor social é evidenciada na polemização da jubilação compulsória ou obrigatória pela CI-PB. As pessoas contrárias a ela apontam que, do ponto de vista administrativo, é uma solução para a inserção de novos pastores no campo de trabalho. No entanto, ignora as alternativas do seu potencial produtivo, a sua capacidade de permanecer trabalhando e seu desejo de continuar chamado. Desconsidera, ainda, as diferenças particulares na execução do ministério e as necessidades de cada pastor. Os indivíduos que defendem a jubilação compulsória afirmam seu caráter gerencial – objetivo, imparcial, impessoal – evitando a discriminação e o favoritismo; ainda permite a transição de pastor efetivo para o de jubilado quando a saúde declina e a produtividade não é adequada; promove uma organização mais eficiente e adaptável com a entrada dos jovens e incentiva o pastor a prepara-se para a sua aposentadoria.

Debert (1999), entretanto, alerta que a concepção do envelhecimento na contemporaneidade está num período de transição. O aumento da expectativa de vida e do número de idosos permite a visibilidade de formas distintas de experimentar a velhice. Também, estando intrinsecamente articulada às mudanças políticas e às transformações do sistema capitalista, a aposentadoria vem a estabelecer uma relação indissociável com o último estágio da vida; ao garantir remuneração após uma vida de trabalho, leva a que o mercado de consumo passe a considerar os mais velhos como potencialmente consumidores de bens e serviços.

” Nesse sentido, Eizirik (2002, p.45) afirma:

“Nem sempre o outro, percebido como perturbador, é o que está fora, distante, estranho: muitas vezes, o que incomoda é o ‘estranho em nós’, aquilo que percebemos como diferente em nós mesmos e com o qual não queremos nos defrontar. Assim, rejeitamos nos demais aquilo que não podemos tolerar em nós mesmos [...].”

Vive-se, no mundo contemporâneo, um período no qual a instantaneidade impera, acarretando que objetos produzidos não permaneçam no mercado por muito tempo, pois, tão logo são criados, outros são construídos, tornando-os rapidamente velhos e descartáveis. Nesses

termos, Harvey (1996) afirma que a dinâmica da sociedade é a do descarte, jogando fora os bens produzidos, os valores conquistados, lugares, pessoas e modos adquiridos de ser. Esses mecanismos forçam as pessoas a lidar com a descartabilidade, a novidade e as perspectivas de obsolescência instantânea. Os movimentos devem estar sempre ligados à volatilidade do tempo acelerado, cabendo a nós a capacidade de adaptação às mudanças do mercado. Nessa perspectiva, Morin (1975) aborda os modos atuais de civilização, que, em permanente transformação, tornam essencial a adesão ao movimento e não mais a experiência acumulada. A vivência dos velhos é remetida a uma concepção de “[...] lengalenga desusada, anacronismo. A sabedoria dos velhos é considerada um disparate” (p. 132).

Esses fatores estão articulados na produção de subjetividade capitalística, que, conforme Guattari e Rolnik (1986), quer produzir indivíduos normalizados, dentro de esquemas de valor hierarquizados, articulados na submissão engendrada na produção de subjetividade social; sua intenção é modelar os corpos, decompondo-os e reestruturando-os, pautada nos níveis de produção e consumo. Os códigos e signos são os instrumentais utilizados para a produção de uma cultura em gera modos de pensar e agir como modelos a serem consumidos e integrados nas formas de ser.

Os pastores, quando jubilado e desvinculados do mundo do trabalho, não são mais produtores de bens e serviços; são, então, marginalizadas da sociedade pautada pelo mérito produtivo. A compreensão a respeito dos velhos, quando reduzida a esse valor, é vinculada aos estereótipos de incapaz e inválido. Os velhos que possuem poder aquisitivo maior e/ou que se aposentaram em melhores condições são mantidos parcialmente integrados na sociedade, por serem visualizados como potencialmente, consumidores outro valor social proeminente.

2.4.1 Jubilamento: significados e concepções da velhice (estudo de casos)

Considerando-se que as satisfações encontradas no trabalho foram interrompidas quando os pastores foram jubilados, quais são os significados imputados ao jublimento nessas condições?

Primeiramente, é importante considerar que alguns pastores da pesquisa tiveram parte ativa na elaboração de algumas decisões do supremo concílio, quando mais jovens e, agora, cumpriram

a determinação de que eles próprios prescreveram. Na criação de novas leis, foram instituidores de seu processo, sendo posteriormente instituídos nas regras por eles mesmas organizadas.

Os normativos da CI-PB contêm no capítulo IV – Oficiais, seção segunda, artigo 49 a respeito da jubilação, o seguinte artigo referente ao jubramento:

Art. 49 O ministro poderá ser jubilado por motivo de saúde, idade, tempo de trabalho ou invalidez.

Parágrafo primeiro: ao atingir trinta e cinco anos de atividades efetivas, inclusive a licenciatura...

Parágrafo segundo: ao completar setenta anos de idade, a jubilação será compulsória.

Parágrafo terceiro: a lei ordinária regulamentara a jubilação por motivo de saúde ou invalidez.

Parágrafo quarto: A jubilação põe fim ao exercício pastoral; não importa, porém, na perda dos privilégios de ministro, a saber: pregar o evangelho, ministrar os sacramentos, presidir Conselho quando convidado, e ser eleito secretário executivo ou tesoureiro de Concílio.

Parágrafo quinto: o ministro jubilado, embora membro do Concílio, não tem direito a voto; se eleito secretário executivo ou tesoureiro.

Parágrafo sexto: cabe ao Presbitério propor a jubilação e ao Supremo Concílio efetivá-la de acordo com a lei....

Os pastores da pesquisa, apontam que o prazer encontrado pelo pastor na realização das atividades, o ambiente, o trajeto para a igreja, as relações com os membros e demais pastores são alguns componentes que fizeram parte de sua história. Por esse motivo, alguns pastores não querem se desligar da igreja. Retirar-se do ministério representa, para grande parte dos pastores da pesquisa, “uma injustiça”, “um demérito”, que “frustrou”, “que foi penoso”, que deixou

um “vazio”. O que delineaia esses significados atribuídos ao jubramento e suas repercussões? A impossibilidade de continuarem obtendo satisfação por intermédio do pastorado por terem se sentidos julgados inaptos para seu exercício em virtude da idade. Essa percepção está nas narrativas de grande parte dos pastores. Quanto à perda do convívio com os membros, a elocução de um deles é ilustrativa:

[...] o que mais sinto falta hoje não é propriamente em pregar a palavra em si, mas é por causa do contato com as pessoas. Então, eu, por exemplo, sou bastante avesso a alguns costumes atuais, eu sou incapaz de ir igreja que eu não agüento aquelas musicas, baterias, aquela coisa e aquele barulho. No meu tempo, quando a gente ia prestar culto a Deus era diferente, o avivamento desregrado tem tomado conta de nossas Igrejas. Então, este contato eu acho superimportante para gente não ficar completamente ultrapassado e sepultado com idéias do passado que hoje já não valem mais.

Outro entrevistado refere-se à ruptura de projetos e do relacionamento com os colegas de trabalho:

[...] você dedica uma vida inteira a um projeto e, de repente, você se afasta deste projeto, embora você soubesse disto, foi se preparando, embora tudo isto. Cria realmente uma relação bastante difícil. Então você se afasta de pessoas com as quais você convivia [...].

Ou, mesmo, a interrupção da própria execução do seu trabalho: “[...] então, quando você faz as coisas porque gosta, você faz bem e tudo. Então eu lecionava na escola dominical, preparava os textos, estava sempre em contato com a leitura. Agora quando chegou no jubramento, eu já estava esperando porque sabia, eu não gostei [...].”

Um dos pastores aponta a perda de motivação para continuar se atualizando visto que, não encontrando uma reciprocidade de interesse pelo conhecimento adquirido, este perde muito de seu valor:

[...] a gente não tem mais aquela atividade que a gente tinha: bom, eu vou preparar sermão, aquele negócio mudou, deixa eu ver no livro como é que é [...]. Uma leitura pra mim tá, aumenta o meu conhecimento, mais eu não posso passar este conhecimento pra ninguém. Eu podia na igreja: “Ah, a propósito, eu li um livro que trata , o teólogo fulano diz isto e isto”. Então isto eu podia passar para alguém e provocar reflexões em alguém, que alguém também se interessasse por isto. Isto agora é o que eu leio eu tenho que guardar pra mim.

Os pastores apontam a falta de respaldo da IPB após o jubramento, bem como não acreditam receber o respeito e nem cõngruas que entendem serem merecedores. No sistema de valores sociais, o pastorado tem valor preponderante, de tal modo que sua ausência é um fator de marginalização social. Portanto, ai não mais trabalhem na instituição, os pastores jubilados sentem-se completamente excluídos por ela:

[...] agora com a igreja não tem nada, não posso, não tenho plano de saudade da igreja, não posso votar na reuniões, não há nada, que dizer, passou e não existe mais: tchau. Não que a gente queria um reconhecimento, que isto é bobagem, porque fazemos para honra e gloria de Deus, mas assim, não fazer, por exemplo, daqui há mais 5 anos, ou coisa assim, eu sou um estranho completo, se eu chego lá na Igreja, dizem: “Quem é este cara que apareceu aí?” Então não há, se houvesse alguma coisa assim, como há, por exemplo, com os pastores pra alguns eventos serem convidados também os jubilados, como por exemplo “dia do pastor jubilado”. Também neste ponto da assistência médica, aí, o indivíduo, evidentemente, teria que continuar colaborando financeiramente todos os meses, mais não simplesmente excluir o indivíduo do plano de saúde. [...]

Nesse sentido um pastor reforça: “[...] mas jogar fora e simplesmente isolar os pastores: agora não tem a palavra mais aqui, você não é mais nada. Pelo amor de Deus, isto é horrível.”

Também se identificou como dificuldade para desligar-se das atividades de ministro o fato de a maioria dos pastores terem se jubilado, anteriormente. Dessa forma, as habilidades

conquistadas ao longo dos anos foram investidas integralmente no exercício de suas funções como professores da UPM. A fala de um entrevistado ilustra essa questão:

[...] eu fiquei com o tempo livre, então eu já não podia dar aulas de manhã, de noite, que não havia mais choque nenhum de horário. Aí eu fiquei dando estas duas disciplinas até o ano de 2000, o ano que fui jubilado. [...] eu vou sair e não parar, eu vou me preparar melhor, pra poder dar melhores aulas, para poder ser melhor professor, vou ter mais tempo para isso, vou ter dedicação integral [...] Eu acho que por isso eu senti mais falta da igreja, é porque ela representou a parada completa do trabalho.

Os pastores jubilados certamente foram substituídos por outros, por meio de novas eleições. A saída deles ofereceu condições para a entrada dos mais jovens, com a renovação do quadro de pastores. A jubilação torna-se uma possibilitadora de um novo valor social.

Ao se fixar uma idade para a jubilação, começa a haver conjecturas incorretas de que a idade estabelecida significa velhice e incapacidade funcional, as quais vem sendo utilizadas para pautar políticas de jubilação compulsória. Para os pastores (entrevistados) é desse modo que foram julgados pela igreja onde trabalhavam, pois “[...] dizendo: com 70 anos ninguém mais pode trabalhar, quer dizer, presumir que com 70 anos todo mundo não serve mais. Neste sentido, a gente se sente frustrado porque a gente é julgado inútil.

O jubilamento retira a autonomia do sujeito na medida em que não lhe possibilita uma escolha, ou seja, é uma norma positiva. A autonomia, significa uma pessoa ser capaz de deliberar a respeito de seus objetivos pessoais e de agir em direção a eles. respeitá-la é valorizar a opinião e as escolhas, favorecendo ao indivíduo a liberdade de agir com base em seus próprios julgamentos. Com base neste esclarecimento, evidencia-se que não houve consideração à autonomia dos pastores, elucidada pela seguinte elocução: “Jubilação é um termo muito bonito: fui jubilado, né, mas é só o termo.[...] É que você não escolhe né, você não optou por deixar de pastorear, foi uma imposição.”

A fala transcrita introduz a questão do termo “jubilamento” e a generalização de sua determinação a todos os pastores, independentemente das suas particularidades. A aposentaria e o

jubilamento são utilizados como sinônimos, contudo o segundo tem muito mais a conotação de encher-se de júbilo, alegria.

De acordo com a análise realizada, pode-se dizer que as satisfações encontradas na atividade profissional, quando impossibilitadas pelo artigo 49 da CI-PB a respeito do jubilar, configuram o seu significado como uma injustiça. O ato impede que continuem exercendo a atividade prazerosa e para a qual se consideram plenamente aptos, representando uma ruptura de projetos, de expectativas, do convívio com colegas de trabalho e com a juventude. Também é uma injustiça com os próprios membros, ao desprestigiar o ensino, dispensando a formação, a prática e a competência daqueles ainda capazes de transmitir o conhecimento adquirido durante longos anos, enfim, desrespeita as diferenças individuais. O jubilar retira do pastor autonomia de decidir a respeito da própria vida, e por causa dessa imposição, os jubilados entendem-se julgados como inúteis e, portanto dispensáveis.

Por outro lado, para um entrevistado o significado do pastorado é meramente ocupação para a vida e para a subsistência e o sujeito satisfazendo-se em fazer algo razoável, facilmente substituível por outra ocupação, o jubilar é uma lei a ser cumprida. Nessa perspectiva, para esse sujeito a norma é necessária para dar espaço aos jovens e, embora as particularidades evidenciem diferenças quando às plenas condições de suas capacidades ou não, os setenta anos representam um período de declínio, de modo geral, lentidão dos reflexos e do raciocínio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Roberto A. R. de *Direito, poder e opressão*. 3º Ed. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1990.

AGUILERA, José Miguel Mendonza. *Terceiro milênio: um desafio para a Igreja Evangélica*. IN.: Boletim Teológico da FTL-Sector Brasil. Vol. 8, nº22. São Paulo, 1994

AGUIRRE, Luiz Pérez. *A igreja em crise. Questões pendentes para seu terceiro milênio*. São Paulo, Ed. Ártica, 1996.

ALVEZ, Rubem.. *Protestantismo e Repressão*. São Paulo, Ed. Ártica, 1928.

_____. *O que é religião*. São Paulo, Brasiliense, 1976.

_____. *O suspiro dos oprimidos*. São Paulo, Paulinas, 1994.

_____. *Dogmatismo e Tolerância*. São Paulo, Paulinas, 1982.

_____. A volta do sagrado: os caminhos da sociologia da religião do Brasil. IN.: Igreja e Sociedade 3 (outubro de 1978). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 109-141.

AMORESE, Rubem M. *Mentoria e modernidade*. IN.: Idem. Meta-História. São Paulo, ABBA Pres, 1994.

ARAÚJO, João Dias. *Inquisição sem fogueiras*. 3º Ed. Rio de Janeiro, ISER, 1985.

_____. *Igrejas Protestantes e Estado no Brasil*. IN.: Cadernos do ISER, Rio de Janeiro, 1976.

ASSMANN, Hugo & HINKELAMERT, Franz. *A idolatria do mercado. Ensaio sobre economia e teologia*. Petrópolis, Vozes, 1989.

ASSMANN, Hugo. *A Igreja eletrônica e seu impacto na América Latina*. Petrópolis, Vozes, 1986.

_____. *Desafios e Falácias*. São Paulo, Paulinas, 1991.

AZEVEDO, Israel Belo de. *A doutrinação na sociedade de massas*. IN.: Missão, Revista Evangélica de Cultura. Ano I, nº2. Belo Horizonte, Centro de Estudos Cristãos, 1987.

AZPITARTE, Eduardo López. *Idade inútil? Como se preparar para tirar proveito da velhice* (tradução João paixão Neto), São Paulo: Paulinas, 1995.

BARBOSA, Ricardo. *A Igreja no mercado e o profissionalismo religioso*. IN.: Contexto Pastoral, ANO VII, nº 36 Janeiro-ferveiro, 1997,p.p.6.

BASTIAN, Jean-Pierre. *Historia Del protestantismo em América Latina*. México, Casa Unida de Publicaciones, 1990.

BASTIDE, Roger, *Elementos de sociologia religiosa*. São Bernardo do Campo, Ciências da Religião 6 (Cadernos de Pós-Graduação), 1990.

BENCOSTTA, Marcus Levey Albino. *Ide por todo mundo: a província de São Paulo como campo da missão presbiteriana*, Campinas, Fapesf, Centro de Memória, UNICAMP, 1996.

BERGER, Peter L. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológicas da religião*. Trad. De José Carlos Barcelos. São Paulo, Paulinas, 1985.

BINGERMER, Maria Clara Lucchetti org. *O impacto da modernidade sobre a religião*. São Paulo, Edições layola, 1992.

BONINO, José Miguez. *Rastros Del protestantismo latinoamericano*, Buenos Aires, Nueva Creacion, 1995.

BOURDIER, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1982.

BONHOEFFER, Dietrich. *Sociologia de La iglesia*. Trad. De A. Saens Y. N. Fernandez Marcus. 2º Ed., Salamanca, Ediciones Sigueme., 1979.

BRASIL PRESBITERIANO. Órgão oficial da IPB. São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, Anos de 60-79.

BURKE, Peter. *A escrita da História*. Novas perspectivas. São Paulo, Ed. UNESP, 1992. (p. 7-38; p. 39-62).

CALDAS, Carlos Ribeiro Fº Fé e Café. Viçosa, Centro Evangélico de Missões, 1997 (Tese de Mestrado).

CALVINO, João. *Instituições da religião cristã*. Trad. De Waldyr Carvalho Luz. São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1998.

CAMPOS, Leonildo Silveira. *Destino pessoal e organização religiosa – um estudo de carreiras pastorais no interior de uma organização religiosa*. São Bernardo do Campo, Instituto Metodista de Ensino Superior (Tese de Mestrado em Administração de Empresas (Recursos Humanos), 1987.

_____. *O estudo do pentecostalismo diante das mudanças de paradigmas em Ciências da Religião*. IN.: Novos Paradgimas. Revista de Ciências da Religião, Ano I (1), 1975.

_____. *A crise na formação do pastor protestante em um contexto de pós-modernidade*. IN.: Contexto Pastoral, Ano VII, Nº39, SET/97.

CASTIÑEIRA, Àngel. *A experiência de Deus na pós-modernidade*. Trad. de Ralfy Mendes de Oliveira. Petrópolis, Vozes, 1997.

CAVALCANTI, Robinson. *Igreja: agência de transformação histórica*. Co-edição: Niterói, VINDE & São Paulo, Editora SEPAL, 1987.

_____. *A Utopia possível*. Viçosa, Editora ULTIMATO, 1993.

_____. *Cristianismo & política. Teoria Bíblica e Prática Histórica*. Niterói, VINDE, & São Paulo, CPPC, 1988.

_____. *Neoliberalismo e neomundanismo*. IN.: CONTEXTO PASTORAL, Ano VII, Nº36, p.8.

CÉSAR, Waldo. *Para uma sociologia de protestantismo brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 1973.

COAMPA, Antonio da Costa. *Identidade*.: IN.: LANE, Silvia T.M & CODO, Wanderley (orgs.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. 9º ed. São Paulo, Brasiliense, 1991.

COELHO, Saldanha. *Envelhecer feliz*. Rio de Janeiro: editora garamond. 2001.

COX, Harvey. *A cidade do homem*. Trad. de Jovelino Pereira Ramos e Myra Ramos. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1971.

CEOATTO, José Severino. *Los lenguajes de La experiência religiosa. Estúdio de Fenomenologia de La Religión*. Buenos Aires, Funcación Universidad a Distancia ‘‘Hernandarias’’, 1994.

CUNHA, Guilhermino. *O que a Igreja espera dos nossos seminários*. Campinas, 1995 [edição do autor, mimeografado]

CUNHA, Magali do Nascimento. *A linguagem que dá forma ao mundo protestante*. IN.: DEBATE. Suplemento do CONTEXTO PASTORAL, nº38, maio/junho de 1997.

DUTRA, Marcelo. *Nos bastidores do testemunho*. IN.: Revista VINDE, Niterói, Vinde Editora, Ano 2, nº15, Janeiro 97.

- DEELEN, Godofredo J. *A sociologia a serviço da pastoral*. Petrópolis, Vozes, 1996.
- DI NOLA, Alfonso. *Sagrado/profano*. IN.: ENCICLOPEDIA EINAUDI, Vol. 12. Lisboa, Imprensa Nacional, 1987.
- DOUGLAS, Jane T. *Mulheres, liberdade e Calvino*. Trad. de Américo Justiniano Ribeiro. Manhumirim, Editora Didaquê, 1995.
- DUSILEK, Nancy. *Mulher sem nome*, São Paulo, Ed. Vida, 1992.
- DUPRONT, A. A Religião. *Antropologia Religiosa*. IN.: LE GOFF, J. & NORA, P., orgs. História: novas abordagens, Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- ELLIS, E.K. *The work of a pastor*. London, A. R. Mowbray e Co. Limited, 1958.
- ERDMAN, Charles R. *The work of the pastor*. Philadelphia, the Westminster Press, 1928.
- ESTRADA, Juan A. “*La cristis Del teísmo tradicional*”. IN.: Idem, Dios em lãs tradiciones filosóficas. Madri, Trotta, 1994.
- FERRAROTTI, F. [et.al.]. *Sociologia da religião*. Trad. Bertilo Brod. São Paulo, Paulinas, 1990.
- FERREIRA, Júlio Andrade. *O ministro organizado*. Campinas, Seminário Presbiteriano do Sul, [s.d], apostila (distribuição interna).
- FIALHO, Magnus Galeno Felga. *Modelos pastorais na IPB: passado, presente e futuro*. São Bernardo do Campo, Instituto Metodista de Ensino Superior, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Trad. de Ligia M. Pondé Vassalo. 9ª Edição. Petrópolis, Vozes, 1991.

_____. *Microfísica do poder*. Org. e Trad. de Roberto Machado. 11ª reimpressão. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1995.

FRANCO, Paulo Alvez. *Estatuto do Idoso anotado*. São Paulo: Editora de Direito, 2004.

FRESTON, Paul. *Evangélicos na política brasileira: História Ambígua e Desafio Ético*. Curitiba, Encontrão Editora, 1993.

FRESTON, Paul. *Fé bíblica e crise brasileira*. São Paulo, ABU Editora, 1992.

FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*, Trad. de Luís Cláudio de Castro e Costa. 4ª edição. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1987.

GEORGE, Pierre. *Sociedades em mudança; introdução a uma geografia social do mundo moderno*. Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1982.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 3ª Ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.

_____. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. de Maria Célia Santos Raposo. 3ª Ed. Petrópolis, Vozes, 1985.

GONDIM, Ricardo. *Fim de milênio: os perigos e desafios da pós-modernidade*. São Paulo, Abba Pres, 1996.

GRIFFITH, Thomas. *Pastoral Work*. London/ New York, Longmans, Green and co, 1913.

HANNUCH, Maria Eugenia Madi. *O Seminarista da Igreja Presbiteriana de Londrina: Identidade psicossocial e características de personalidade*. São Bernardo do Campo, Instituto Metodista de Ensino Superior, 1990.

HARVEY, David. *Condição pos Moderna*. São Paulo, Ed. Loyola, 1992.

HERNANDEZ, Carlos José. *O lugar do Sagrado da terapia*. São Paulo, Nascente Editora, 1985.

HILTNER, Seward. *The Christian sherpherd: some aspects of pastoral care*. New York, Abingdon, 1959.

HOUTART, François. *Sociologia da religião*. Trad. de Mustafa Yasbeck. São Paulo, Ed. Atica, 1994.

HUNT, L. *Apresentação: historia, cultura e texto*. IN: *A nova historia cultural*. São Paulo, Martins Fontes, p.1-29.

JORDÃO NETTO, Antonio. *gerontologia básica*. São Paulo: Lemos editorial. 1997.

LAGENEST, J.P. Barruel. *Elementos da sociologia da religião*. Petrópolis, Vozes, 1976.

LIMA FILHO, João Batista. *Envelhecer bem é possível*. São Paulo: Edições Loyola. 2004.

MAY, Gerard G. *Saúde da mente, saúde do espírito: psiquiatria e atendimento espiritual*. São Paulo, Paulinas, 1985.

MARDONES, Jose Maria. *Postmodernidad y cristianismo: El desafio Del fragmento*. Santander, Editorial Sal Terrae, 1988, 155p.

MATEUS, Odair Pedroso. *Discutimos o futuro da educação teológica*. IN: *Contexto Pastoral*, Ano VII, nº39. Set. 1997.

MENDONÇA, Antonio Gouveia. *O celeste porvir. A inserção do protestantismo no Brasil*, São Paulo, Associação Evangélica de Literária Pendão Real, 1995.

MORGAN, Gareth. *Imagem da Organização*. Trad. de Cecilia Whitaker Bergamini Roberto Coda. São Paulo, Ed. Atlas, 1996.

RAMOS, Jovelino. Protestantismo Brasileiro: Visão panorâmica. IN.: Revista "Paz e Terra", Ano II, nº 6.

RAMAYANA, Marcos. Estatuto do Idoso Comentado. Rio de Janeiro: Roma Victor Editora. 2004.

RIBEIRO, Américo Justiniano. A doutrina da vocação. Campinas. Luz para o caminho, 1987.

ROMEIRO, Paulo. Evangélicos em crise. São Paulo, Mundo Cristão, 1995.

SALGADO, Marcelo Antonio. Velhice, uma nova questão social. São Paulo: SESC-CETI. 1980.

SANTA ANA, Julio de. Teologia e modernidade. IN.: SILVA, Antonio Aparecido (org.). America Latina: 500 anos de Evangelização. São Paulo, Paulinas, 1990.

SÈGUIN, Elida. O idoso aqui e agora. Rio de Janeiro: Lúmen Júris. 2001.

SILVA, Héleron. Casa de profetas. Historia do Seminário Presbiteriano do Sul. Campinas, SPS, 1995.

SOUZA, Omar de. O homem atrás do púlpito. IN.: O revista VINDE. Ano I, nº 10, agosto de 1996, p-14-16.

SUNG, Jung Mo. Economia e teologia: repensando a teologia da libertação e utopias. 2º edição, Petropolis, Vozes, 1995.

SUNG, Se Deus existe, porque há pobreza? A fé cristã e os excluídos. São Paulo, Paulinas, 1995.

TURNER, Donald T. A pratica do pastorado (tradução). São Paulo, Imprensa Batista Regular, 1989 (copyright 1969).

WACH, Joaquim. Sociologia da Religiao. Trad. Attilio Cancion. São Paulo, Paulinas, 1990.

WEBER, Marx. Economia e Sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Vol.1. Trad.Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasilia, DF, Editora Universidade de Brasilia, 1991.

ZANDRINO, Ricardo. Curar é também uma tarefa da Igreja. São Paulo, Nascente, 1986.

ZIEGLER, Edward Kruser. The Village pastor his work and training for tomorrow's world. New York. Agricultural Missions, Inc, 1959